ELSEVIER

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

Maria Yedda Linhares (Organizadora)

Ciro Flamarion Santana Cardoso

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Hamilton de Mattos Monteiro

João Luís Fragoso

Sônia Regina de Mendonça

Marcello Otávio N. de C. Basile

9ª Edição Revista e Atualizada

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

balho – uma maneira de compensar a pobreza técnica com uma forte pressão sobre os trabalhadores. Deve notar-se, porém, que alguns tipos de empresas complexas – engenhos de açúcar, estaleiros de construção naval – e alguns ramos artesanais, sem anular tal tendência predominante, exigiram sem dúvida uma divisão do trabalho relativamente grande, envolvendo a própria mão-de-obra escrava mas também trabalhadores livres. No setor amplamente majoritário da economia – o da agricultura –, era no beneficiamento dos produtos tropicais que as técnicas alcançavam níveis mais elevados.

Passando agora à nova ordem de fatores, ocupar-nos-emos com os derivados do *sistema colonial mercantilista:* o pacto ou exclusivo colonial e o grau de integração (variável segundo épocas e regiões) ao mercado atlântico; a tributação metropolitana na Colônia; a coação estatal; a escassez interna da moeda em circulação; e a ação da Igreja.

No interior dos limites impostos pelas forças produtivas – dificilmente modificáveis a curto prazo –, as formas coloniais de trabalho deviam atender às necessidades da lógica mercantil da colonização, contribuindo para que as colônias se inserissem na divisão mundial do trabalho que se estava então gerando pela primeira vez na história. Isso quase sempre veio a ser um fator a mais no reforço das formas compulsórias de trabalho.

O peso da incidência de tal fator dependeu muito do grau de inserção do Brasil colonial – de suas diversas regiões – ao mercado mundial. É conhecido o fato de que a situação dos escravos negros se agravava nas fases de vinculação intensa ao comércio atlântico. Os auges da economia exportadora significavam uma pressão maior sobre os cativos, uma intensificação da sua exploração, ao mesmo tempo que a regularidade do tráfico escravo favorecia a substituição a preços aceitáveis dos escravos que morressem.

A forte tributação que incidia sobre todas as produções e comércio da Colônia foi fator favorável, como tantos outros, ao estabelecimento e manutenção de formas compulsórias de trabalho – um dos meios de garantir ganhos consideráveis aos colonos apesar de tão fortemente taxados em suas atividades diversas.

Por outro lado, Portugal, ou melhor, seus agentes na Colônia, exerciam poderes de coerção militar e judiciária que eram faceta necessária na sustentação do escravismo e de outras modalidades de trabalho sob compulsão. Cabia ao Estado organizar a repressão a revoltas e quilombos de negros fugitivos da escravidão – nesse último caso, usando quase sempre tropas de índios e mestiços –, ou à própria fuga. É verdade que, em certos períodos, algumas instâncias do poder na colônia portuguesa chegaram a ser controladas pelos grupos dominantes coloniais: é o caso, em especial, das câmaras municipais. Isso podia levar a algum choque com as diretivas metropolitanas quanto a certos aspectos do trabalho, sobretudo os que tinham a ver com o acesso aos índios aldeados como mão-de-obra. Assim, em 1661, os jesuítas foram expulsos do Pará em um movimento em que foi ativa a câmara da capital, Belém: o movimento acabou sendo derrotado, e os jesuítas voltaram, mas os revoltosos receberam o indulto do governador e das autoridades metropolitanas. É claro que, quanto à escravidão, a coação privada completava a do Estado e, às vezes, competia com ela.

É possível que, em uma colônia predominantemente escravista como o Brasil, a escassez de moeda circulante pesasse menos do que na América espanhola como

2

O Trabalho na Colônia

Ciro Flamarion Santana Cardoso

DO ESQUEMATISMO EXCESSIVO À RELATIVA COMPLEXIDADE

Escravidão negra, latifúndio e monocultura. No início da década de 1960 afirmava-se ser esse o conjunto de fatores em que se assentara a economia brasileira do século XVI ao XIX, como resultado da sua forma de integração ao mercado mundial na qualidade de área subsidiária da Europa, produtora de artigos tropicais e, posteriormente, de metais preciosos. Essa visão, excessivamente reducionista, com freqüência se associava à concepção dos ciclos da economia colonial, já criticada no capítulo anterior.

Não se negava, mas minimizava-se em forma decisiva a presença e a importância de outras relações de produção que não a escravidão de africanos e seus descendentes. Uma historiografia que refletia, em última análise, os interesses metropolitanos e os dos grupos dominantes coloniais e posteriormente imperiais – sempre obcecados, seja com a *plantation* monocultora e exportadora, seja com a mineração de ouro e diamantes –, sob uma perspectiva simplificadora que já foi chamada de "obsessão plantacionista", não vislumbrava a considerável complexidade econômico-social brasileira. Por outro lado, duvidava-se da presença expressiva de negros escravos em um setor complementar ou secundário da economia colonial: o da pecuária, em que se acreditava predominassem os indígenas, os libertos e os mestiços.

Possuir ou não terras e escravos: eis o que, dizia-se, em tempos coloniais classificava ou desclassificava socialmente. Em conseqüência, a colônia organizava-se com nitidez em torno da dicotomia: senhores escravistas/escravos – definidora do único setor verdadeiramente estruturado e estável da sociedade. Os brancos pobres, os livres pobres em geral, mesmo se numerosos, integravam, na expressão de Caio Prado Júnior, as "formas inorgânicas da sociedade colonial" já que, entre escra-

vos e senhores, pólos bem definidos de uma sociedade simples, estendia-se o território fluido de setores sociais indefinidos, instáveis, inorgânicos:

> ... os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na Colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados na hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre essas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma.[1]

Tudo o que acabamos de resumir se nos afigura, hoje, excessivamente esquemático, ou mesmo empobrecedor de uma realidade bem mais complexa. Explicava-se, naquela fase da historiografia brasileira, por uma concepção da Colônia como mero complemento ou corolário da Europa na fase da expansão mercantil criadora dos primórdios de um mercado capitalista; também pela pesquisa insuficiente, baseada sobretudo em escritos de viajantes e cronistas, e em tipos limitados de fontes oficiais.

Nas duas últimas décadas, o desenvolvimento da profissionalização de historiadores e cientistas sociais, o incremento da pesquisa fundamentada em documentações maciças e às vezes seriadas, uma percepção da importância das diversidades regionais, enfim o manejo de novas teorias e novos pontos de vista permitiram vislumbrar a racionalidade intrínseca da sociedade colonial – que não exclui, claro, a necessária dialética externa/interna – e sua considerável complexidade.

A propriedade da terra como elemento básico de classificação? Sem dúvida. Mas também é verdade que um jesuíta, o padre João Daniel, escrevendo em meados do século XVIII, menciona proprietários de "léguas e léguas de terras, e terras ótimas", que, na Amazônia, viviam na pobreza, reduzidos a plantar alguma mandioca para alimentação de sua família, pela falta ou perda de seus escravos índios.

Os estudos locais e regionais da distribuição da propriedade de escravos negros mostraram muitas vezes – na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo – ser reduzido o número de senhores de grandes plantéis de cativos, grande a proporção de donos de poucos escravos (cinco ou menos), considerável a dos proprietários de mediano porte. Reconhecendo-se embora a diversidade de situações regionais – em certas áreas havia uma concentração maior de *plantations* típicas (mas mesmo ali a concentração da posse dos escravos não era tão grande quanto seria de se esperar) –, isso indica uma difusão da propriedade escravista como um dos elementos geradores de uma complexidade antes insuspeitada das estruturas sociais. Longe de estruturar-se à volta de duas posições polares somente, a sociedade abria-se em leque que não anula mas relativiza a dicotomia simples antes percebida.

Do lado dos escravos, a pesquisa iluminou também uma paisagem bem mais acidentada do que a que vislumbraram estudiosos no passado. Abordando as propriedades dos monges beneditinos, Stuart Schwartz menciona, no fim da época colonial, o caso do escravo mulato Nicolau, administrador da fazenda de Jaguaribe, em Pernambuco: ele fora capaz de comprar a liberdade de sua família – mulher e filhos – e

também pudera adquirir para si próprio dois escravos: pessoalmente, porém, continuava cativo, pois os religiosos, não querendo perder os seus serviços, recusavam-se a deixar que pagasse por sua alforria! Mesmo sendo necessários mais estudos, já se demonstrou, pelo menos para certos períodos e lugares, a inverdade de assertivas como a da ausência ou extrema raridade de famílias entre os trabalhadores escravizados. As relações familiares englobavam, em 1801, 53% dos escravos de Lorena (São Paulo), sendo alta, ali, a incidência de famílias nucleares de cativos (casais com filhos a eles ainda ligados), como se depreende de um artigo de Iraci da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz. Merece atenção, igualmente, o variegado mundo dos libertos e escravos urbanos, antes tão mal conhecido, agora analisado em sua diversidade de situações e atividades por pesquisas pioneiras como a de Mary Karasch sobre o Rio de Janeiro.

A anterior "obsessão plantacionista" diminuiu. Percebe-se por fim uma sociedade rural onde um campesinato sempre esteve presente. Um estudo como o de Hebe Mattos de Castro – acerca do século XIX, mas certamente generalizável para a Colônia – mostra que, entre agricultores livres sem grandes posses, mas vinculados em graus diversos ao mercado local, a situação de uma família que não fosse proprietária da terra que trabalhava, nem possuísse escravos, mas contasse com filhos adultos jovens ainda ligados à parcela familiar (e que também acrescentassem à renda da família ganhos obtidos com o trabalho assalariado ocasional ou intermitente), seria superior à de outra família que, possuindo um pequeno sítio, só contasse com o trabalho do casal e de um ou dois escravos velhos e doentes. Em Minas Gerais, onde se afirmava anteriormente que a escravaria se concentrara toda ou quase na extração de ouro, Carlo Magno Guimarães e Liana Maria Reis acharam pelo contrário – e desde o início do auge minerador – uma estrutura agrária diversificada, na qual existiam a produção camponesa, a produção escravista de alimentos e ainda o complexo mina/fazenda.

Note-se que esses exemplos, e outros que poderíamos aduzir, não pretendem anular o predomínio da escravidão negra, ou mesmo da *plantation*, nas estruturas coloniais. Aliás, entre outras coisas, mostrou-se que também nas regiões de pecuária, ao contrário do que se dizia, os escravos negros estiveram muito presentes. Mas certamente ampliam e nuançam o enfoque das realidades da Colônia. A pesquisa regionalizada demonstrou que a escravidão foi somente uma das modalidades – embora sem dúvida a mais importante – de uma categoria mais geral: o *trabalho compulsório*. Áreas houve, como a Amazônia até 1750 e mesmo depois, onde o trabalho compulsório apresentou aspectos divergentes, mais semelhantes aos das zonas nucleares da América espanhola.

FATORES INCIDENTES NO ESTABELECIMENTO DAS GRANDES LINHAS DO TRABALHO NA COLÔNIA

Os fatores que explicam as configurações básicas do trabalho colonial apresentam-se intimamente ligados entre si. Parece-nos possível, entretanto, bem como analiticamente útil, distinguir três grupos de fatores: 1) os que se referem às forças produtivas – elementos que, por sua lentidão em transformar-se, definem, para cada situação histórica, os limites das possibilidades; 2) os que resultam do impacto

do sistema colonial mercantilista, em cujo contexto se formou a sociedade colonial brasileira; 3) por fim, os que definem mecanismos básicos na estruturação das relações de produção.

Abordando, então, em primeiro lugar as *forças produtivas*, os fatores principais a incidir nos parecem ser três: demografia, distribuição espacial das áreas ecológicas e recursos naturais, técnicas de produção.

Em grandes linhas, a distribuição da população nos últimos tempos anteriores à chegada dos europeus ao que veio a ser a América Latina foi fator central na configuração colonial, do ponto de vista étnico e quanto às formas de trabalho. O Brasil nunca pertenceu à zona nuclear do povoamento pré-colombiano, o que quer dizer que a densidade de sua população autóctone no momento do contato inicial era muito menor do que a então existente na Mesoamérica ou na Zona Andina central. As densidades, no que é hoje território brasileiro, variavam muito, porém. Com base em certos cálculos e em parcos dados do século XVI, Warren Dean propôs para a zona costeira do Rio de Janeiro e de São Paulo a densidade média de 9 hab./km^2 em 1500 – em uma região em que os recursos da pesca e da coleta marinhas se uniam aos da caça e coleta na floresta tropical, e aos agrícolas. Outras partes do território mencionado constituíam virtuais desertos. Seja como for, a inexistência de concentrações semelhantes à mesoamericana, por exemplo, incidiu na questão do trabalho colonial. Isso é certo também de um ponto de vista qualitativo. O grão de verdade contido na assertiva usual da "superioridade" da mão-de-obra africana sobre a dos índios é que esses últimos, não tendo qualquer antecedente de trabalho agrícola intensivo – ao contrário de muitos africanos –, originários de uma economia dominada pelo valor de uso e não por finalidades mercantis, resistiam fortemente às imposições de um trabalho contínuo (sendo outrossim, entre os índios, feminino o trabalho agrícola propriamente dito, cabendo aos homens a abertura das clareiras), o que lhes valeu a pecha de "preguiçosos", atribuída pelos que tentavam escravizá-los.

À falta de estudos como os que já existem para outras partes das Américas, ignoramos a magnitude da catástrofe demográfica no caso brasileiro. Mas ela foi indubitável e espantosa. As epidemias, facilitadas em sua expansão pela concentração forçosa dos índios em aldeias na segunda metade do século XVI, a destruição do sistema social e cultural que conheceram até então, a escravidão e o desenraizamento através do intenso tráfico interno de cativos, nas zonas costeiras cedo dizimaram a população indígena. Na costa do Rio e de São Paulo, segundo os cálculos de Warren Dean, a diminuição ter-se-ia dado a uma taxa média anual de 0,85% entre 1500 e 1555, subindo para a cifra elevada de 1,8% ao ano entre 1555 e 1600.

Densidade demográfica pré-colombiana bem inferior em média à da Indo-América nuclear, catástrofe demográfica irreversível em zonas tropicais baixas como a da costa brasileira: eis aí fatores de peso na explicação de que o Brasil colonial na sua maior parte integrasse o setor afro-americano das Américas, não o indo-americano, no tocante à população e às formas de trabalho.

Com efeito, sobretudo a partir de 1600, o tráfico africano desembarcou nas costas brasileiras uma quantidade de cativos difíceis de calcular, mas que, se preferirmos os cálculos mais cuidadosos e conservadores, pode ter chegado a uns dois milhões e meio entre 1550 e 1800.

Se o tráfico africano – uma migração forçada – foi talvez a mais importante corrente migratória no concernente à conformação do mundo do trabalho na Colônia, também teve importância o fluxo de brancos pobres que caracterizou, principalmente o sul do Brasil colonial e o século XVIII: o impacto dessa variável se expressa em diferenças sensíveis nas oportunidades de ascensão social abertas aos libertos no Nordeste, onde competiram com poucos europeus ou descendentes de europeus sem recursos, e no Centro-Sul, onde, pelo contrário, foram alijados de muitas possibilidades de empregar-se como artesãos, militares ou pequenos funcionários. Isso é algo que se tem estudado mais para a fase posterior ao fim da escravidão em 1888, mas é também constatável em tempos coloniais, como foi ressaltado por Katia de Queirós Mattoso.

Mencionemos um último fator demográfico: a mestiçagem. Mesmo se rechaçarmos proposições simplistas como a de Marvin Harris acerca da criação "deliberada", pelos portugueses do Brasil, de um grupo de mulatos que ocupassem posições funcionais intermediárias na sociedade escravista, não há dúvida de que a mestiçagem pesou no mundo do trabalho colonial, que entre outras coisas classificava as pessoas pela cor, como ainda havemos de mencionar.

Se atentarmos ao fato de ser o sistema de navegação dos "Tempos Modernos" caracterizado por fretes caros, torna-se evidente que, na colonização das Américas durante a era do capital mercantil, só era justificável a produção para exportação de artigos cujo valor fosse alto por unidade de peso ou volume: metais preciosos, produtos tropicais. Esses últimos primeiro, em especial o açúcar, e depois o ouro, fizeram parte das possibilidades brasileiras em função da ecologia e dos recursos naturais, servindo de aliciante, após o período relativamente breve e logo esgotado de escravidão indígena predominante, para a importação crescente de cativos africanos.

No que diz respeito aos recursos naturais, o mais insistentemente invocado pelos teóricos é a abundância de terras. Com efeito, mesmo sendo um exagero falar indiscriminadamente – no espaço e no tempo – de uma "disponibilidade ilimitada de terras", tal disponibilidade foi, sem dúvida, durante todo o período colonial brasileiro, forte o suficiente para que o único meio de se conseguir trabalho abundante e contínuo para os proprietários mais importantes fosse a coação, o trabalho compulsório.

Historicamente, então, no Brasil o conjunto de fatores ligados às forças produtivas no período de montagem dos sistemas de trabalho coloniais confluiu para favorecer a instalação de formas de trabalho compulsório, entre as quais foi predominante a escravidão de africanos e seus descendentes. O último desses fatores em questão – o das técnicas de produção – reforça tal idéia. No contexto em que se deu a colonização – terras abundantes, forte tributação metropolitana, condições comerciais no conjunto mais favoráveis à metrópole, necessidade de importar a alto custo todo o ferro consumido (até fins do século XVIII) – a tendência foi naturalmente reduzir ao mínimo indispensável os investimentos em tecnologia. No setor agrícola, adotou-se o sistema indígena de coivara ou queimada. Observe-se que o próprio ambiente intelectual da colônia brasileira, onde ao contrário da América espanhola nunca houve universidades e só muito poucas escolas, era desfavorável à circulação das idéias novas e ao progresso técnico. A conseqüência disso, no que nos interessa, foi justamente ter constituído mais um fator a favorecer formas compulsórias de tra-

forma de pressionar o mundo do trabalho. Com efeito, ao funcionar adequadamente, o pacto colonial tendia a drenar para fora das colônias – e o Brasil não foi exceção – a maior parte do metal precioso e das moedas cunhadas, resultando de tal tendência uma séria falta de dinheiro em circulação. Esse último se concentrava nas mãos de comerciantes e outras pessoas ricas. Não somente tal fato pode ter influído no estabelecimento ou prolongamento de relações de dependência através de empréstimos – coisa conhecida no caso de arrendatários e parceiros em dívida para com fazendeiros e comerciantes no século passado, mas ainda mal estudada em tempos coloniais –, como também ajudou a configurar uma situação em que o desenvolvimento de relações salariais típicas era forçosamente muito limitado, dada a insuficiente mercantilização e monetarização internas da economia colonial.

Ainda no plano dos elementos ligados à colonização mercantilista em sua incidência nas formas de trabalho e sua reprodução, resta mencionar a ação da Igreja Católica – intimamente associada à obra colonizadora.

Os missionários tentaram durante muito tempo – com sucesso variável conforme lugares e épocas – impedir a escravidão dos índios, em especial daqueles que reuniam em aldeias e em missões. Em áreas recuadas de população indígena parcialmente nômade – afeita a uma agricultura itinerante associada à caça e à coleta –, as missões religiosas constituíram um esforço de gerar um campesinato indígena sedentário como base para a colonização, através da auto-reprodução, de uma mão-de-obra em princípio livre (embora forçada ao trabalho por disposições legais e pela coação), a que teriam acesso os próprios religiosos, o governo e os colonos, segundo certas regras.

Por fim, como principais intelectuais do mundo colonial português, os clérigos, que gozavam de grande prestígio moral, tinham um papel central na justificação ideológica das formas de trabalho compulsório vigentes na colônia – por mais que também criticassem com veemência, muitas vezes, o que viam como abusos dos senhores. Na preservação de tais formas de trabalho foram também ativos: era muito freqüente, por exemplo, que missionários jesuítas fossem enviados ao encontro de quilombolas ou negros revoltados para tentar convencê-los a que voltassem às fazendas e engenhos.

O último conjunto de fatores tem a ver com a definição das *relações de produção*. Referimo-nos à apropriação dos recursos naturais mais importantes e à estratificação sócio-étnica.

A propriedade sobre os meios de produção mais importantes é central no estabelecimento das relações de produção. A conquista e o regime colonial moldaram de perto as formas de acesso à terra, às minas e a outros recursos naturais, levando ao despojamento progressivo dos índios e a um processo de ocupação marcado pelo fato consumado – mesmo quando legalizado *a posteriori* –, pela força e por um sistema de concessão favorável aos que dispusessem de escravos, capitais e influência sobre os funcionários. O recurso ao aparelho de Estado sempre permitiu corrigir, a favor dos grupos dominantes, a incidência da oferta muito grande de terras no mundo colonial, e assim, ajudou a configurar a coação necessária ao funcionamento dos sistemas coloniais de trabalho.

Subordinados e aviltados pela conquista, pelo regime colonial e pelas formas de trabalho compulsório a que se viam submetidos, os índios e negros eram percebi-

dos como “inferiores” pelos colonizadores. Com o tempo, em um processo heterogêneo em seus ritmos e alcances segundo as regiões, deu-se a transferência da percepção de tal inferioridade do índio vencido e do negro escravo às etnias indígena e africana como tais. O sistema de estratificação sócio-étnica resultante, ao adquirir sanção legal, tornou-se importante instrumento de justificação ideológica do trabalho forçado e de perpetuação da ordem social em vigor – em especial barrando o acesso a índios, negros e mestiços de certas profissões, vantagens sociais e regalias. Serviu, assim, de elemento reprodutor do sistema colonial de poder e das relações de produção existentes.

A DIVERSIDADE NO TEMPO

Se considerarmos somente as partes do Brasil que, em cada época, concentraram principalmente a população e as produções coloniais, tornar-se-á possível perceber quatro fases no relativo à história do trabalho:

1) 1500-1532: período chamado pré-colonial, caracterizado por uma economia extrativa baseada no escambo com os índios;
2) 1532-1600: época de predomínio da escravidão indígena;
3) 1600-1700: fase de instalação do escravismo colonial de *plantation* em sua forma “clássica”;
4) 1700-1822: anos de diversificação das atividades em função da mineração, do surgimento de uma rede urbana, mais tarde de uma importância maior da manufatura – embora sempre sob o signo da escravidão predominante.

De 1500 a 1532, como se viu no capítulo anterior, a economia brasileira – se assim merece ser então chamada, tal sua insignificância – assentava-se em uma série de feitorias costeiras onde se iam acumulando, à espera dos navios, mercadorias pouco numerosas (pau-brasil, pássaros e animais da terra, uns poucos escravos indígenas) obtidas por escambo, ou seja, mediante uma troca comercial primitiva com os índios – cuja estrutura social, aliás, limitava muito o impacto possível dessas relações mercantis, apesar da rapidez com que apreenderam as vantagens dos instrumentos de ferro como machados e anzóis. Calculou-se que a quantidade de trabalho envolvida na mais dura das tarefas – o corte da madeira tintorial – não fosse, no conjunto, importante. Os índios supriam igualmente em alimentos a pequena população européia residente, com a qual tratavam de estabelecer laços cerimoniais e alianças envolvendo não só trocas de bens como, também, a concessão de esposas indígenas aos brancos.

A partir de 1532, com o início da colonização efetiva e da economia do açúcar, as exigências de alimentos para a população européia crescente, e de mão-de-obra para os engenhos, mudaram com rapidez o caráter das relações com os autóctones. Desde o início, chocaram-se os missionários, apoiados pelo Estado português, que pretendiam converter os índios ao catolicismo, “pacificá-los” e torná-los disponíveis como trabalhadores eventuais assalariados, e os colonos, cuja urgente necessidade de braços levava a expedições de escravização – diretas, ou lançando uns grupos in-

dígenas contra outros e em seguida negociando com os vencedores os cativos de guerra. Embora a escravização dos índios tenha sido banida por numerosas leis desde 1570, não cessou jamais de todo no período colonial, só perdendo importância, nas regiões coloniais periféricas, em meados do século XVIII.

Desde aproximadamente 1560, os jesuítas trataram de reunir os índios da costa e proximidades em aldeias, rompendo os seus padrões culturais de forma radical. Além disso, a concentração em povoados compactos facilitou a expansão de ondas epidêmicas, algumas das quais historicamente comprovadas em sua terrível mortandade. Nas regiões costeiras ou próximas à costa, a luta dos religiosos foi vã: os próprios catecúmenos das aldeias tornaram-se escravos com freqüência, enquanto expedições ("entradas") iam ao interior negociar índios que, pelo menos teoricamente, "resgatavam" da morte em mãos de tribos inimigas – o que configurava um dos casos de escravização que a lei continuava permitindo.

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e à ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, a fuga de tribos inteiras mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma *plantation* açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre em teoria mas na verdade sob compulsão na imensa maioria dos casos. Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra.

O século XVII foi, de fato, aquele em que o Nordeste do Brasil se transformou, pioneiramente, em relação a outras áreas afro-americanas, em região típica de *plantations* – os engenhos de açúcar assentados sobretudo no trabalho de escravos africanos.

Deve ser recordado que desde o século XV, no sul de Portugal e, mais tarde, nas ilhas africanas do Atlântico, a escravidão de negros em associação com engenhos de açúcar já tinha uma certa tradição e desenvolvimento antes de que começasse (no século XVI) ou se intensificasse (no século XVII) o tráfico para o Brasil. E acabamos de ver que os engenhos brasileiros já levavam várias décadas funcionando principalmente à base de mão-de-obra indígena, quando a importação de africanos tornou-se mais importante. Isso mostra não ser correta a hipótese, bastante popular há alguns anos, de que, sendo o tráfico de escravos da África peça essencial da acumulação européia de capitais, foi o tráfico que gerou a escravidão de africanos, e não o contrário: em outras palavras, a oferta teria precedido a procura. Pelo contrário, o que aconteceu foi que, com a insuficiência crescente da disponibilidade de escravos indígenas, uma procura já existente passou a ser atendida de outro modo, isso é, pela importação de africanos.

O tráfico tendeu, aliás, a se desenvolver cada vez mais sob o controle de comerciantes estabelecidos em cidades como o Rio de Janeiro ou Salvador, não em Lisboa. Quando se decidiu expulsar os holandeses de Angola, no século XVII, foi no Rio que se organizou a frota enviada com tal objetivo. Pesquisas em curso de João Luís Fragoso procuram provar quantitativamente, para o fim do período colonial, que grandes comerciantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro acumularam internamente, no Brasil, e através do tráfico africano, sem qualquer dependência financeira para com a Europa, os capitais que em parte investiriam na agricultura de exportação. Tal afirmação soaria estranha há poucos anos, mas hoje em dia há processos semelhantes sendo iluminados alhures pelas pesquisas – por exemplo a de Russell Menard sobre Baltimore.

Na sua imensa maioria, os escravos e escravas do Brasil viveram, trabalharam e morreram nas áreas rurais. Quando se fala em escravidão rural, de imediato se pensa na agroindústria exportadora, em especial os engenhos de açúcar. Apesar de suas dimensões variáveis, o engenho médio comportava dezenas de escravos e era, nos "Tempos Modernos", uma das formas mais complexas de empresa quanto às instalações que exigia e ao grau considerável de divisão do trabalho que apresentava. Diz-se correntemente que, submetidos a senhores ou administradores em zonas às vezes distantes, onde o poder colonial estava mal representado –, ou se apoiava, justamente, nesses mesmos senhores os escravos das *plantations* eram vítimas da exploração mais brutal, tendo poucas chances de ascensão social através da alforria. Era nas zonas rurais, no entanto, que muitos dos cativos recebiam, dentro dos engenhos e outras fazendas, parcelas de terra em usufruto e tempo livre para cultivá-las (fins de semana, feriados), com a licença de vender os excedentes eventuais que produzissem, acumulando assim um pecúlio que poderiam empregar para comprar a sua liberdade. Cabe recordar, no entanto, que, pela acumulação de um pecúlio ou por quaisquer outros meios, só uma porcentagem ínfima de escravos teve a possibilidade de obter a liberdade predominando entre eles as mulheres, os domésticos e outros escravos de confiança, os mulatos (bastardos de senhores ou de outros homens brancos).

Foi lucrativo, no Brasil, o emprego do trabalho escravo? As estimativas se concentraram nos engenhos, e variaram da hipótese de que os senhores conheceram longos períodos de "déficit estrutural" – com lucros nulos ou perdas – à crença em ganhos fabulosos. Stuart Schwartz estudou os engenhos da Bahia no período colonial e no século passado, mostrando que ocorriam lucros variando, em média, de 5 a 10% ao ano na maioria dos casos, sendo considerados excepcionais lucros de 10 a 15%. Mas encontrou, também, engenhos em que os lucros foram bem inferiores à média.[2]

Como definir o escravo? Seguindo David Brion Davis, apontaremos três características principais: 1) sua pessoa é propriedade de outro homem; 2) sua vontade está subordinada à autoridade do seu dono; 3) seu trabalho é obtido mediante coação. Outros autores acrescentariam que tais características só definiriam um escravo nos casos em que transcendessem os limites das relações estritamente familiares: não são chamados escravos os filhos e esposas explorados por pais e maridos tirânicos em sociedades patriarcais. Além do exposto, diversos outros atributos decorrem de ser o escravo uma propriedade. A sua situação não depende da relação que tenha com um senhor em particular, e não está limitada no tempo e no espaço. Em outras palavras, sua condição é hereditária e a propriedade sobre sua pessoa é transmissível por venda, doação, legado, aluguel, empréstimo, confisco etc. Essa característica transforma o escravo legalmente em uma "coisa ". Ele não tem direitos nem família legal – quando a lei reconhece a validade do casamento religioso, como no Brasil colonial, esse é, com freqüência, impedido pelo senhor. Carece, mesmo, do direito ao próprio nome, que o dono pode mudar quando quiser. Não pode legalmente possuir, legar, iniciar processo. E, no entanto, sua incapacidade jurídica não é acompanhada pela incapacidade penal: pelo contrário, ao escravo estão reservados os castigos mais duros e a tortura.[3]

O mundo dos escravos não era homogêneo. Distinguia-se, em primeiro lugar, entre o cativo recém-chegado da África, o "boçal" e o "ladino" – africano já acultura-

do e entendendo o português. Os africanos eram, como um todo, opostos aos "crioulos", nascidos no Brasil. Havia ainda distinções reconhecidas entre "nações" africanas de origem, diferentemente valorizadas. E, dada a mestiçagem, a pele mais ou menos clara também era fator de diferenciação. Os mulatos e negros crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos negros, sobretudo os africanos, a dura labuta dos campos e outras tarefas pesadas.

A fuga, a resistência e a revolta foram, desde o início (na verdade, já sob a escravidão indígena no século XVI) inseparáveis da escravidão. Existiram centenas de "quilombos" dos mais variados tamanhos e durações, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de associação política, religiosa e de parentesco similares às africanas, dedicando-se à agricultura, à caça, à coleta, à pilhagem e ao comércio. O mais famoso e duradouro desses quilombos foi o de Palmares, rede de povoados com vários milhares de habitantes e sólida organização, na região nordestina que hoje corresponde ao estado de Alagoas, o qual resistiu aos holandeses e portugueses, caindo definitivamente só em 1694. Entrevemos uma considerável variedade na organização e nas atividades dos quilombos, mas esse é um tema maldesenvolvido, em parte pelo fato de concentrar-se a documentação oficial nas medidas para sua supressão, raramente informando sobre suas características internas. Embora os quilombos e revoltas sejam mais espetaculares, talvez mais importante – mas difícil de estudar – tenha sido a resistência, cultural e em nível do trabalho, no dia-a-dia das fazendas e das cidades coloniais.

A situação dos escravos variava bastante segundo o setor em que eram empregados. Os mais desgraçados eram os escravos do campo, mas também o trabalho nos engenhos de açúcar, nos meses da moagem e da preparação do produto, era duríssimo e marcado por longas jornadas.

As áreas de pecuária, sendo a mais antiga a do sertão do Nordeste, constituem setor no qual se postulava, no passado, a virtual ausência dos escravos e o predomínio do trabalho de libertos, mestiços livres de todo tipo e brancos pobres. Novas pesquisas mostraram estar a escravidão muito presente também nesse ramo de atividade, embora sem dúvida as zonas de pastoreio apresentassem menor densidade de escravos, maior pobreza e rusticidade, uma hierarquia social mais frouxa.

Fora das atividades produtivas, temos os escravos domésticos – pequena minoria que foi objeto do estudo famoso de Gilberto Freyre. Sua situação caracterizava-se por certa ambigüidade. Gozavam, sem dúvida, de privilégios negados aos outros cativos. A intimidade com os senhores valia-lhes a alforria com freqüência bem maior do que no caso de escravos de outros tipos. Mas tal intimidade e convívio próximo significavam também uma maior dependência e uma vigilância constante. A humildade, a obediência e a fidelidade poderiam transformá-los em libertos; mas qualquer falta aos padrões esperados de conduta faria pesar sobre eles a ameaça de terríveis castigos, ou mesmo a possibilidade de serem enviados para o eito.

Além dos engenhos – os maiores chegaram a ter várias centenas de escravos –, os "lavradores de cana" também possuíam parcelas importantes da escravaria. Talvez seja possível definir tais "lavradores" como protoplantadores que, sem recursos suficientes para fundar ou comprar um engenho ou outro tipo de *plantation,* e às vezes sem terras próprias – arrendavam-nas de um senhor de engenho –, produziam cana-de-açúcar para uma empresa rural determinada a que estavam ligados, segun-

do e entendendo o português. Os africanos eram, como um todo, opostos aos "crioulos", nascidos no Brasil. Havia ainda distinções reconhecidas entre "nações" africanas de origem, diferentemente valorizadas. E, dada a mestiçagem, a pele mais ou menos clara também era fator de diferenciação. Os mulatos e negros crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos negros, sobretudo os africanos, a dura labuta dos campos e outras tarefas pesadas.

A fuga, a resistência e a revolta foram, desde o início (na verdade, já sob a escravidão indígena no século XVI) inseparáveis da escravidão. Existiram centenas de "quilombos" dos mais variados tamanhos e durações, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de associação política, religiosa e de parentesco similares às africanas, dedicando-se à agricultura, à caça, à coleta, à pilhagem e ao comércio. O mais famoso e duradouro desses quilombos foi o de Palmares, rede de povoados com vários milhares de habitantes e sólida organização, na região nordestina que hoje corresponde ao estado de Alagoas, o qual resistiu aos holandeses e portugueses, caindo definitivamente só em 1694. Entrevemos uma considerável variedade na organização e nas atividades dos quilombos, mas esse é um tema maldesenvolvido, em parte pelo fato de concentrar-se a documentação oficial nas medidas para sua supressão, raramente informando sobre suas características internas. Embora os quilombos e revoltas sejam mais espetaculares, talvez mais importante – mas difícil de estudar – tenha sido a resistência, cultural e em nível do trabalho, no dia-a-dia das fazendas e das cidades coloniais.

A situação dos escravos variava bastante segundo o setor em que eram empregados. Os mais desgraçados eram os escravos do campo, mas também o trabalho nos engenhos de açúcar, nos meses da moagem e da preparação do produto, era duríssimo e marcado por longas jornadas.

As áreas de pecuária, sendo a mais antiga a do sertão do Nordeste, constituem setor no qual se postulava, no passado, a virtual ausência dos escravos e o predomínio do trabalho de libertos, mestiços livres de todo tipo e brancos pobres. Novas pesquisas mostraram estar a escravidão muito presente também nesse ramo de atividade, embora sem dúvida as zonas de pastoreio apresentassem menor densidade de escravos, maior pobreza e rusticidade, uma hierarquia social mais frouxa.

Fora das atividades produtivas, temos os escravos domésticos – pequena minoria que foi objeto do estudo famoso de Gilberto Freyre. Sua situação caracterizava-se por certa ambigüidade. Gozavam, sem dúvida, de privilégios negados aos outros cativos. A intimidade com os senhores valia-lhes a alforria com freqüência bem maior do que no caso de escravos de outros tipos. Mas tal intimidade e convívio próximo significavam também uma maior dependência e uma vigilância constante. A humildade, a obediência e a fidelidade poderiam transformá-los em libertos; mas qualquer falta aos padrões esperados de conduta faria pesar sobre eles a ameaça de terríveis castigos, ou mesmo a possibilidade de serem enviados para o eito.

Além dos engenhos – os maiores chegaram a ter várias centenas de escravos –, os "lavradores de cana" também possuíam parcelas importantes da escravaria. Talvez seja possível definir tais "lavradores" como protoplantadores que, sem recursos suficientes para fundar ou comprar um engenho ou outro tipo de *plantation*, e às vezes sem terras próprias – arrendavam-nas de um senhor de engenho –, produziam cana-de-açúcar para uma empresa rural determinada a que estavam ligados, segun-

do um sistema de partilha do açúcar resultante e, se não fossem proprietários, pagando o aluguel da terra.

A propriedade de escravos no Brasil colonial foi, socialmente, muito mais difundida do que se acreditava no passado. Nas cidades como no campo, muitos dos cativos viviam e trabalhavam em grupos pequenos, para senhores que dificilmente poderiam, no caso rural, ser chamados de "fazendeiros" – e que muitas vezes produziam gêneros alimentícios (farinha de mandioca, por exemplo) para abastecimento de *plantations* e núcleos urbanos.

Outrossim, a população rural livre cresceu com o tempo. Brancos pobres, mestiços e libertos com freqüência viviam na dependência dos senhores de engenho ou outros fazendeiros, recebendo às vezes parcelas de terra em arrendamento ou parceria, ou desempenhando serviços variados. Em certos anos, a julgar pelos poucos dados disponíveis, até um quarto das despesas de um engenho importante poderia corresponder ao pagamento de artesãos especializados (carpinteiros, pedreiros, reparadores de caldeiras), especialistas na confecção de açúcar, feitores e capatazes, eventualmente um advogado e um capelão etc. É verdade, porém, que muitas das funções artesanais e de controle podiam ser exercidas também por escravos, o que pressionava para baixo os salários dos trabalhadores livres. Sabe-se ainda da existência de uma população crescente de lavradores independentes em terras próprias ou ocupando terras devolutas, produzindo alimentos em regime de auto-subsistência ou para mercados locais, sempre ameaçados pelos fazendeiros em sua posse, em geral malconhecidos em suas características.

Falemos agora da fase que vai aproximadamente de 1700 até o fim do período colonial (1822).

Com a mineração de ouro e diamantes, bem como devido à urbanização intensificada, e ainda em função da expansão e diversificação agrícolas (estas visíveis sobretudo na segunda metade do século XVIII), deu-se nesse período uma intensificação da escravidão e, por conseguinte, do tráfico que a alimentava. Calcula-se que 1.891.400 africanos tenham sido desembarcados em portos da América portuguesa entre 1701 e 1810. Por outro lado, em função primeiro do ouro, depois também do chamado "renascimento agrícola" de fins do século XVIII, deu-se a imigração no Brasil de centenas de milhares de portugueses, na sua maioria sem posses, alterando radicalmente a estrutura demográfica e social da Colônia, e repercutindo no mundo do trabalho.

Um dos efeitos da mineração foi o surgimento de uma rede urbana considerável nas zonas das minas e o crescimento do tamanho e importância do Rio de Janeiro – porto de abastecimento das minas e de saída do ouro, capital colonial desde 1763 e sede da corte portuguesa desde 1808.

Nas regiões de mineração – e especialmente em Minas Gerais –, a escassez aguda de mulheres brancas nas primeiras décadas, levando a uma intensa mestiçagem, a presença mais visível do Estado e seus controles, o caráter temporário das concessões de terrenos auríferos – levando à necessidade de explorá-las com rapidez e por conseguinte ao estabelecimento de incentivos à produtividade dos escravos –, o desenvolvimento urbano e portanto de uma sociedade mais complexa, são alguns dos fatores invocados para sugerir uma dinâmica da escravidão distinta da que se observa nas regiões de *plantations*. Em especial, afirma-se a incidência relati-

vamente maior da alforria. Os dados numéricos o confirmam. Em 1814, havia em Minas Gerais 84 mil brancos, 143 mil libertos e 150 mil escravos: a proporção de libertos era, de fato, bem mais elevada, nessa região recentemente povoada do que, por exemplo, na Bahia, onde, no entanto a mestiçagem e a alforria vinham incidindo há dois séculos e meio (em contraste com um único século no caso de Minas).

Pela força das coisas, os escravos urbanos gozavam de maior liberdade de movimentos, em uma sociedade que abria uma gama mais variada de atividades do que a rural aos cativos e libertos, que podiam ser artesãos, vendedores, carregadores, "escravos ao ganho" (estabelecidos por conta própria com licença dos donos), escravos alugados para tarefas diversas etc. Não somente havia maior chance de que os cativos acumulassem um pecúlio e comprassem a liberdade, como também há provas de maiores possibilidades econômicas e sociais para os libertos. Tudo isso é só relativo, surgindo da comparação entre o urbano e o rural. Os escravos urbanos eram, sem dúvida, muito controlados: recordemos que nas cidades as tropas e forças policiais faziam-se muito presentes todo o tempo.

Considerando-se a intensificação da vida e das atividades urbanas no período – no Rio de Janeiro ainda mais importante após a chegada da corte portuguesa em 1808 –, convém dizer algo acerca do artesanato e das manufaturas coloniais.

O seu desenvolvimento foi bem menor do que na América Espanhola durante a maior parte do período colonial. A produção domiciliar de panos de algodão e redes, uma herança indígena, manteve-se em várias regiões. O artesanato corporativo à européia existia, sob controle municipal, mas escravos e negros libertos eram usados no artesanato tanto ou mais do que os mestres e oficiais brancos e mulatos, e as corporações eram fracas. No século XVIII, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro surgiram verdadeiras manufaturas de tecidos, proibidas por alvará de 1785 – medida que excetuou a fabricação de panos grosseiros para sacos e vestimentas dos escravos. A proibição feita na mesma época à fundição de ferro foi levantada em 1795.

Os estaleiros de construção naval eram as empresas manufatureiras maiores e mais complexas do Brasil colonial. O de Belém, no Pará, contava em 1771 com 283 trabalhadores portugueses e brasileiros. Estaleiro bem maior existiu na Bahia desde 1790. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro data de 1763 e para sua organização foram importados de Portugal operários especializados. Mas eram escravos os trabalhadores que carregavam os toros e pranchas de madeira.

A DIVERSIDADE NO ESPAÇO

A cronologia exposta no item anterior deste capítulo baseou-se na consideração exclusiva das áreas produtivas nucleares da Colônia. Em qualquer momento que se examine, porém, constatar-se-á a heterogeneidade de situações entre diferentes regiões, já que aquelas áreas nucleares coexistiam com outras, periféricas, em que o trabalho se organizava, às vezes, em formas bastante divergentes. Mencionaremos aqui dois exemplos: a Amazônia portuguesa no período 1650 a 1750 e o Rio Grande de São Pedro – futuro Rio Grande do Sul – na fase final da Colônia.

A Amazônia portuguesa manteve-se durante toda a época colonial como região pobre e subpovoada. Entre 1650 e 1750, sua economia baseou-se na coleta de recursos florestais – as "drogas do sertão" – e na escravização de índios na região do rio

Negro, atual estado do Amazonas, levando-os para o que é hoje o estado do Pará. Esses escravos indígenas proviam a mão-de-obra agrícola básica em uma região que carecia de recursos para importar escravos africanos.

Cacau selvagem, salsaparrilha e pau-cravo eram recolhidos na floresta amazônica por trabalhadores recrutados através de ordens administrativas nas numerosas missões espalhadas ao longo do Amazonas e do baixo curso de seus afluentes. Em cada missão, os índios adultos do sexo masculino eram teoricamente divididos, cada ano, em três grupos: um terço ficaria na missão, pescando, plantando e recebendo instrução religiosa; um terço – até o limite de vinte e cinco índios – ficaria à disposição dos próprios religiosos, os restantes do grupo disponíveis para os colonos como remadores das canoas que subiam o rio para a coleta; o último terço trabalharia para o governo na medida em que lhe fosse solicitado. As missões, aqui como em outras partes da América portuguesa – mas com maior êxito por mais tempo – tinham a função de gerar um campesinato sedentário em uma região que não o conhecera em tempos pré-colombianos. Por outro lado, elas produziam um excedente de alimentos que contribuía para o abastecimento de Belém e outras pequenas cidades amazônicas.

Em princípio, todo trabalho dos índios fora das missões seria voluntário, e deveria ser remunerado em espécie (em têxteis quase sempre). Na verdade, as leis que estabeleciam os grupos rotativos de índios não eram respeitadas, nem o caráter voluntário do trabalho externo. Era proibida a repartição de índios entre os colonos para tarefas agrícolas, mas isso se fazia correntemente.

Até 1750, o sistema econômico da região tinha como setor dominante a atividade coletora de produtos florestais e as expedições para escravização de índios em teoria condenados à morte por outros índios ("tropas de resgate"): ambas as modalidades de expedição dependiam de remadores índios das missões. Havia, ainda, um setor agrário subsidiário constituído: por pequeno número de grandes propriedades (engenhos, fazendas de gado) que empregavam escravos e libertos índios e, ilegalmente, índios das missões repartidos; pelo setor agrário das próprias missões; por um campesinato variado (pequenos proprietários ou posseiros livres, brancos, índios ou mestiços; atividades autônomas dos escravos índios nas parcelas que recebiam em usufruto no interior das fazendas).

Tal sistema econômico reproduzia sua mão-de-obra internamente à Amazônia, através das missões e das "tropas de resgate", o que convinha a uma região pobre, ocupada em primeiro lugar por motivos estratégicos (expulsão de estrangeiros, proteção da retaguarda das minas de ouro), enfrentando obstáculos naturais enormes à colonização e carente de imigrantes e capitais – região cujos recursos básicos eram a própria floresta com suas "drogas do sertão" e os índios. Com isso, no século XVI e na primeira metade do século XVIII, essa parte da América portuguesa conhecia uma estruturação *sui generis,* enquanto a escravidão negra e a *plantation* ou a mina floresciam nas zonas coloniais nucleares.

Passando ao outro exemplo, no fim do século XVII a ocupação dos domínios portugueses se interrompia, ao sul, em Laguna, no que hoje é o estado de Santa Catarina; bem mais ao sul, os lusos tentavam preservar um enclave ameaçado pelos espanhóis, a Colônia do Santíssimo Sacramento do Rio da Prata (no atual Uruguai) – centro de contrabando anglo-português que desafiava o monopólio colonial espa-

nhol. O fato de estar vazio o Rio Grande dificultava a ligação entre Sacramento e o Rio de Janeiro – capital colonial desde 1763. Já antes, sobretudo a partir de 1737, o governo tentava povoar a região com soldados que também criavam gado, com pessoas de Laguna e com colonos dos Açores: esses últimos se estabeleceram em pequenas propriedades, plantando víveres.

Missões religiosas fundadas no território do atual Rio Grande do Sul por jesuítas espanhóis haviam sido destruídas por caçadores de escravos índios provenientes de São Paulo no século XVII. O gado dessas missões proliferara em estado selvagem, sendo caçado por uma população bem pouco densa de mestiços de branco e índio, cavaleiros nômades que viviam da carne dos animais e da coleta de mate. A eles se juntaram na caça ao gado selvagem pessoas de São Paulo e de Laguna. Se a carne era consumida, exportava-se o couro.

O desenvolvimento de Minas Gerais veio mudar as características da economia da região. Em primeiro lugar, criando uma demanda para o gado, que assim se valorizou. Em segundo lugar, gerando uma produção de mulas para o transporte entre a região das minas e a costa. A partir do início do século XVIII, homens de Laguna e de São Paulo, soldados-criadores e outros beneficiários das sesmarias concedidas desde 1733 iniciaram o processo de reunir o gado selvagem em grandes fazendas criadoras, as "estâncias". Os mestiços, que antes caçavam livremente o gado selvagem e coletavam mate, bem como muitos índios, foram submetidos às estâncias como empregados. As mulas eram vendidas na feira de Sorocaba, em São Paulo, e daí conduzidas a Minas Gerais. Eis aí, então, outra estruturação *sui generis* da economia e do trabalho em uma zona periférica da América portuguesa.

NOTAS

1. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemparâneo.* Colônia. 7a. edição. São Paulo, Brasiliense, 1963, pp. 279-280.
2. SCHWARTZ, Stuart B. *Sugarplantations in the formation of Brazilian society.* Bahia, 1550-1835. Nova York, Cambridge University Press, 1985, pp. 218-229.
3. DAVIS, David Brion. *El problema de la esclavitud en la cultura occidental.* Trad. de R. Bixio. Buenos Aires, Paidos, 1968, capítulo 2.

BIBLIOGRAFIA

Na primeira seção do capítulo, ao abordar as formas renovadas de encarar aspectos do trabalho colonial, uma das questões discutidas foi a dos padrões de difusão da propriedade sobre escravos. Acerca desse tema, a exposição baseou-se em: SCHWARTZ, Stuart. "Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil". *Estudos Econômicos.* XIII, nº 1, 1983, pp. 259-287; LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial; economia e sociedade.* São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Pioneira, 1982; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil.* Novas perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, capítulo 1 (em especial pp. 32-46, escritas por Hebe Maria Mattos de Castro).

O exemplo do escravo Nicolau foi buscado em: SCHWARTZ, Stuart B. "The plantation of Sr. Benedict: The Benedictine sugar mills of colonial Brazil". *The Americas.* XXXIX, nº 1, 1982, pp. 1-22.

Referimo-nos, a seguir, a dados de: COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. "A família escrava em Lorena (1801)", *Estudos Econômicos,* XVII, nº 2, 1987, pp. 245-295.

O trabalho de Mary Karasch acerca da cidade do Rio de Janeiro que foi mencionado é sua tese doutoral: *Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850.* Princeton, Princeton University Press, 1987.

Um livro sobre o século XIX mas cujas idéias básicas julgamos ser, em certos casos, pertinentes também para o período colonial é: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História.* São Paulo, Brasiliense, 1987.

Por fim, usaram-se ainda, na primeira parte do capítulo, argumentos tirados do artigo: GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". *Revista do Departamento de História* (Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais). I, nº 2, 1986, pp. 7-36.

A segunda seção do capítulo, que se refere aos fatores incidentes no estabelecimento das formas de trabalho no Brasil colonial, apoiou-se, para sua organização, em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O trabalho na América Latina colonial.* São Paulo, Ática, 1985.

O trabalho indígena nos primeiros tempos coloniais foi discutido segundo: DEAN, Warren. "Las poblaciones indígenas del litoral brasileño de São Paulo y Rio de Janeiro. Comercio, esclavitud, reducción y extinción", in SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (compilador). *Población y mano de obra en América Latina.* Madrid, Alianza Editorial, 1985, pp. 25-51; SCHWARTZ, Stuart B. "Indian labor and New World plantations: European demands and Indian response in Northeastern Brazil". *The American Historical Review.* LXXXIII, nº 1, 1978, pp. 43-79.

Há ainda idéias de: QUEIRÓS MATTOSO, Katia M. de. *Ser escravo no Brasil.* Trad. de James Amado. São Paulo, Brasiliense, 1982. E há uma referência a: HARRIS, Marvin. *Raza y trabajo en América.* Trad. de Martin Gorber. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1973.

Na parte relativa às etapas do trabalho colonial, além de elementos contidos em obras já citadas, outros foram buscados sobretudo em: LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *Early Latin America.* New York/Cambridge, Cambridge University Press, 1983; PRICE, Richard (org.). *Sociedades cimarronas.* Trad. de L. F. Oliver Costilla. México, Siglo XXI, 1981. Mencionou-se: FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala.* 20a. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1980. As idéias de Russell R. Menard sobre o Maryland colonial foram ouvidas em comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre Escravidão e Abolição realizado em Niterói e no Rio de Janeiro em junho de 1988, e comparadas às de João L. Ribeiro Fragoso, expostas por ele resumidamente em: CARDOSO, Ciro F. S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil,* cit., pp. 25-32.

Por fim, os exemplos expostos na última seção do capítulo, que trata da diversidade das formas coloniais de trabalho no espaço, foram apresentados a partir de: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas.* Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984; LOCKHART e SCHWARTZ, *op. cit.*, pp. 382-383.

3

A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa

1750/1822

Ciro Flamarion Santana Cardoso

A AMÉRICA PORTUGUESA EM 1750

Em princípio, se bem que não haja razões para esperar que as datas redondas tenham um significado especial, no caso de 1750 e, como depois se verá, também de 1850, é preciso aceitar terem ocorrido alguns fatos marcantes por si mesmos ou como indicadores do fim ou do início de períodos reconhecíveis. O Tratado de Madri, que é daquele ano, marcou o fim de uma longa fase de expansão *de facto* – mas não *de jure* – do domínio português muito para oeste da linha estabelecida em 1494; e, portanto, o reconhecimento internacional de uma configuração, que já era quase a atual, dos limites do que viria a ser o Brasil. Outrossim, embora as motivações mais imediatas do tratado fossem variadas do lado português como do espanhol, aquele reconhecimento decorreu sobretudo de um povoamento tênue mas efetivo do interior da América portuguesa em função da mineração de ouro e diamantes e, secundariamente, de outras atividades. Mesmo se o decidido em 1750 não estava destinado a durar, o acordo de 1761 que anulou o Tratado de Madri, e o Tratado de Santo Ildefonso (1777), não mudaram senão no detalhe, e unicamente no sul, a situação básica definida em 1750.

Foi também em 1750 que, com a morte do rei João V e a ascensão de José I, Portugal e seus domínios iniciaram um longo período sob o comando do futuro marquês de Pombal, durante o qual conheceriam modificações significativas.

A década começada em 1750 marcou ao mesmo tempo o auge e o início do declínio da produção aurífera brasileira – fato percebido por alguns contemporâneos, mas que demoraria bastante a ser reconhecido como verdadeiro pelas autoridades metropolitanas.

Em termos menos precisos no tocante a datas, foi por volta de meados do século XVIII que se tornou evidente ter-se transformado o Brasil em peça mestra dos

domínios lusos, superando a própria metrópole em peso econômico e demográfico. A incapacidade dos portugueses de vislumbrar todas as conseqüências disso, a não ser em forma excessivamente tardia e sob pressão dos acontecimentos da política européia – em 1808, com a instalação no Rio de Janeiro da corte lusa e em 1815, com a elevação do Brasil a reino unido a Portugal e Algarve –, a tendência constante a utilizar-se das possessões do Novo Mundo só como fonte inesgotável, segundo parecia, de recursos fiscais extorquidos das maneiras mais variadas e por vezes mediante escandaloso arbítrio, eis aí fatores que acabariam por levar à separação entre a América portuguesa e a metrópole.

Mas tal cisão ainda estava a mais de 70 anos no futuro. O Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão formavam, em meados do século XVIII, um conjunto ainda disparatado, malcomunicado e abigarrado, com manchas de povoamento bastante isoladas e distantes entre si, além de ser muito insuficiente em caráter absoluto o milhão e meio de habitantes (a metade deles escravos) diante da vastidão das terras.

Isso, apesar de que o surgimento da economia e da sociedade do ouro tivera importantes efeitos integradores. O abastecimento das minas provocara fluxos de boiadas e, muitas vezes, de escravos do Nordeste – Piauí, Pernambuco, Bahia (apesar de uma proibição do caminho baiano às minas, levantada em 1711 embora persistissem algumas limitações) – para Minas Gerais; de mulas e gado bovino do Sul – São Paulo, Paraná (que dependia de São Paulo), Rio Grande para a mesma região; de mercadorias européias e escravos do Rio de Janeiro para os núcleos mineradores do interior. O próprio fato do surgimento, nas zonas de mineração, de uma rede urbana de relativa densidade e consistência no interior do continente, com uma presença constante da autoridade metropolitana, era poderoso fator de integração, por criar uma espécie de *relais* entre a costa tradicionalmente mais povoada e controlada e as vastidões de um *hinterland* já então imenso. Ao mesmo tempo, a imigração numerosa de portugueses, em especial vindos do Minho, e a importação crescente de escravos africanos, acabaram por mudar o peso relativo – demográfico-social, político e cultural – de um Centro-Sul que, em 1763, receberia a sede do vice-rei português, doravante instalado no Rio de Janeiro. Já antes, essa cidade se tornara um grande porto importador, e escoador do ouro, que a intensa cabotagem ligava ao resto da costa brasileira mantendo, entretanto, o Maranhão e o Grão-Pará relativo isolamento. Recife e Salvador eram também focos ativos de uma navegação costeira redistribuidora de escravos, mercadorias européias, farinha de mandioca e outros artigos.

Em matéria de comércio exterior, o sistema da frota, que ligava anualmente Lisboa a Recife, Salvador e Rio de Janeiro, estabelecido em 1649, modificado e regulamentado em 1690 e depois em diversas ocasiões, à primeira vista pareceria simbolizar – até 1765, quando foi extinto – um rígido exclusivo colonial mercantilista. Mas, além de se tratar mais de uma aparência do que de uma realidade, já que o regime de comboio e outras disposições (como por exemplo as referentes às datas de partida e chegada da frota) eram sistematicamente desobedecidos, não se deve esquecer o ativo comércio direto que Recife, Salvador e Rio de Janeiro praticavam com a África Ocidental. Pernambuco, por exemplo, enviava às costas africanas ouro contrabandeado, óleo de baleia, açúcar, aguardente, tabaco, farinha de mandioca,

arroz e outros produtos, recebendo em troca sobretudo escravos, além de marfim, cera etc. Tal comércio se fazia com Angola e com a Costa da Mina.

Será verdade, como se diz com freqüência, que a obsessão do ouro, a concorrência do açúcar antilhano, as crises de preços e produção açucareiros, a tentação dos plantadores de vender seus próprios escravos aos mineradores que pagavam preços muito altos, hajam tido como conseqüência a decadência da agricultura colonial costeira, fato que seria evidente a meados do século XVIII? Sem negar que tais fatores hajam incidido, além de outros – ocasionalmente, fortes secas abalaram as zonas açucareiras baianas, por exemplo –, parece certo que houve exagero. As exportações legais de ouro *nunca* superaram, em valor, as de açúcar, por mais que, sem dúvida, as minas em seu apogeu garantissem um lucro muito maior por cabeça de escravo empregado. Se havia grande contrabando de ouro, tornando os dados legais de exportação suspeitos, também acontecia o mesmo com o açúcar. O pesadíssimo imposto extraordinário exigido pela metrópole em 1727 – teoricamente para financiar trocas matrimoniais com a Espanha em 1729, e o dote da infanta Bárbara de Bragança em tal ocasião – para ser pago em 25 anos, havia sido integralmente cumprido por Pernambuco em 1751 e pelo Rio de Janeiro em 1753; e se a Bahia ficara aquém do exigido, tal se deveu em grande parte a enormes desvios do dinheiro arrecadado, praticados pelos funcionários responsáveis pela cobrança! Ora, a arrecadação do imposto dependia sobretudo da riqueza agrícola. É claro que os plantadores de cana, donos de engenhos de açúcar, se queixavam o tempo todo dos baixos preços de seu produto e do alto custo dos escravos; mas o número de engenhos e a produção, durante a primeira metade do século XVIII, aumentaram, ressalvando-se, sem dúvida, crises cíclicas às vezes muito graves. Assim, devemos duvidar de generalizações apressadas acerca de uma "decadência agrícola". Na própria região das minas, sabemos hoje que, ao contrário do que se afirmava, desde os primeiros anos começou a tomar forma a ocupação agrícola das terras, associada às vezes – mas não sempre – às atividades de mineração, praticada por proprietários escravistas mas também por camponeses.

Não há dúvida, porém, de que os níveis de prosperidade variavam muito, se tomarmos 1750 como ponto de referência. No paupérrimo extremo norte, o Pará era mais rico, então, do que o Maranhão – situação que se inverteria algumas décadas depois. A prosperidade da Bahia superava a de Pernambuco. O Rio de Janeiro conhecia um crescimento comercial – mas também agrícola – importante. São Paulo, porém, ainda levaria algumas décadas para reverter a situação de marasmo, agravada pela forte emigração para as minas, e lançar-se a considerável expansão agrária. As próprias regiões de mineração de ouro e diamantes atravessavam então um apogeu que poucos percebiam que não seria durável. E o extremo-sul, em função sobretudo das exportações de gado em pé, mulas e trigos para Minas Gerais, começava, desde 1737, a adquirir alguma importância.

Do ponto de vista intelectual, o panorama era pouco animador. Em 1747, o fundador de uma tipografia no Rio de Janeiro fora forçado a voltar para Portugal, pois continuava proibida a impressão de livros ou mesmo folhetos no Brasil. O ensino jesuítico, o mais consistente e de antiga tradição, não tardaria a sofrer o impacto negativo das reformas de Pombal. Mesmo assim, o ouro financiava os estudos, na Metrópole, de uns poucos milhares de brasileiros, e no Brasil a construção de nume-

rosas e belas igrejas, e de outros edifícios públicos. O exército português fornecia brilhantes engenheiros militares que redigiam em plagas brasileiras tratados de artilharia e estratégia, mas também agiam às vezes como cartógrafos e arquitetos responsáveis por importantes obras públicas. As cidades mineiras conheceram, graças à prosperidade e a um convívio urbano mais denso do que em tempos anteriores da vida colonial, uma floração de músicos, escultores, arquitetos, poetas, a qual não se interromperia de imediato ao iniciar-se o declínio da produção de ouro.

A ERA DE POMBAL (1750/1777)

O governo de Portugal e seus domínios levado a cabo, com mão de ferro, por Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e depois marquês de Pombal, foi assim caracterizado em obra recente e monumental:

> Um mercantilismo de tipo clássico, tardio mas ajustado à defasagem da sociedade lusa, adequado ao absolutismo reformador que dele se serve como instrumento de aceleração das mudanças. Insere-se então, como problemática mais profunda, a da transição do feudalismo ao capitalismo. Ilustração numa sociedade periférica, longamente fechada sobre si mesma, na qual o movimento ilustrado foi fatalmente alguma coisa vinda de fora, do "estrangeiro". Em conseqüência, diversidade de discursos, ecletismo das formas de pensamento, redefinição das práticas ao sopro de uma realidade que se dobra mas continua a resistir. Encontro, teoricamente inexplicável, de dois fenômenos que deveriam em princípio repelir-se um ao outro: o Mercantilismo e a Ilustração. Entretanto, ali estavam eles, juntos, articulados, durante todo o período pombalino.[1]

Pensa-se logo numa analogia com as reformas, começadas um pouco mais tarde, dos Bourbon da Espanha. A comparação aponta, sem dúvida, algumas similaridades: retomada de controle, pela metrópole, dos mecanismos comerciais e fiscais do mundo colonial; regalismo; desmantelamento da economia; administração sobre os índios e controle do ensino dos jesuítas. Mas as diferenças são significativas. No caso da América portuguesa, as tentativas dos representantes da Coroa no sentido de limitar o domínio político exercido pelos colonos mais importantes, em especial nas zonas rurais distantes, onde reuniam muitas vezes as posições dominantes de tipo econômico-social, militar e judiciário, foram esporádicas e, na verdade, a solução por fim adotada fora a de apoiar neles, à falta de outra possibilidade viável, a administração estatal do vasto interior, para finalidades fiscais ou outras. Também não houve, sob Pombal, a intenção de afastar os nascidos no Brasil dos tribunais, câmaras municipais e outras instâncias do poder na Colônia. Nas regiões agora mais importantes dessa última, as do Centro-Sul, a intensa imigração metropolitana do século XVIII impediu que ocorresse algo semelhante ao domínio que os *criollos* da América espanhola chegaram a exercer sobre os tribunais de Audiência, por exemplo. Também não se tratava de ter de quebrar o domínio de grupos monopolistas tradicionais em matéria de comércio exterior e finanças, como por exemplo o eixo México-Vera Cruz na Nova Espanha, como passo prévio a uma retomada de controle. No Brasil, a tentativa de Pombal foi no sentido de integrar os grandes comercian-

tes de algumas das praças coloniais como sócios menores de suas companhias de comércio – embora, sem dúvida, tenha havido nesse campo consideráveis dissensões e descontentamento.

Em matéria administrativa, o centralismo foi a tônica. O Conselho Ultramarino viu diminuídos os seus poderes. O sistema de capitanias hereditárias foi extinto, com a absorção pela Coroa das que ainda existiam, em número de onze, excetuando-se unicamente São Vicente, que perdurou até 1791. Pombal nomeou seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará (posteriormente separado do Maranhão, em 1774); mas nem a este, nem a outros talentosos administradores coloniais que escolheu, como o Morgado de Mateus em São Paulo, dois marqueses do Lavradio que foram vice-reis, e vários outros, concedeu ele grande autonomia de ação: pelo contrário, tentou tudo controlar estreitamente e decidir até no detalhe, pelo menos na medida em que as condições de navegação da época e as enormes distâncias o tornassem possível. A mudança da sede do governo-geral da América portuguesa – cujo chefe tinha, desde 1720, o título de vice-rei – para o Rio de Janeiro, em 1763, consagrou o predomínio que o Centro-Sul vinha adquirindo com a intensa imigração portuguesa e de escravos africanos no século XVIII; além de prender-se a considerações estratégicas: maior proximidade das minas de ouro e dos teatros das operações militares (quase sempre malsucedidas, aliás) travadas no sul contra os espanhóis.

A justiça colonial foi ampliada – sobretudo com a criação de um novo tribunal da Relação no Rio de Janeiro em 1751 – e reformada. Multiplicaram-se as fundações de municípios, processo que, na Amazônia, correspondeu ao desmantelamento do sistema de missões religiosas, transformadas em "vilas" e "lugares". Na tentativa de melhorar a qualidade dos produtos coloniais, assunto sobre o qual abundavam as reclamações de fraudes, e de regular os seus preços, foram estabelecidas nos portos mesas de inspeção que contaram, como é óbvio, com a ferrenha oposição dos produtores e comerciantes coloniais. O sistema financeiro foi também reformado. O Real Erário, criado em Lisboa, tinha a chefiá-lo o poderoso ministro em pessoa. No Brasil, nas diversas divisões territoriais, inúmeras reformas no sistema de contabilidade e de cobrança de impostos foram realizadas, e adotadas medidas para coibir ou prevenir o contrabando – em especial o do ouro. A obsessão com os descaminhos do ouro fez com que a época pombalina levasse às últimas conseqüências a política de repressão aos ourives, iniciada já em 1698: a profissão foi simplesmente extinta no Brasil em 1766. Em Minas Gerais, o imposto sobre cada cabeça de escravo foi substituído, como desde 1734 era solicitado pelos mineradores, pelo antigo imposto do quinto do ouro – com a estipulação, no entanto, de que deveria render anualmente aos cofres reais pelo menos cem arrobas do metal precioso.

A política de Pombal contra os jesuítas é com freqüência atribuída à oposição dos religiosos à execução do Tratado de Madri (que, no entanto, não era do agrado do próprio Pombal), tanto na Amazônia quanto no Sul – em especial, teriam insuflado os índios dos Sete Povos das Missões do Uruguai a resistirem a mudar-se para outras terras, já que sua região deveria ser entregue aos portugueses, resistência que resultaria na Guerra dos Guaranis (1754-1756) –, às suas críticas à criação de uma companhia de comércio para o norte da América portuguesa e a outras razões. O exa-

me da correspondência de Mendonça Furtado, governador da Amazônia e irmão de Pombal, mostra, porém, existir uma intenção já clara de ação contra os religiosos desde o início do novo regime. Isso parece ligar-se à convicção de que o confisco de suas propriedades e o fim de sua administração das missões permitiriam um incremento do controle tanto político quanto no relativo à mão-de-obra indígena e ao fomento econômico, no tocante à região amazônica. Mas, em geral, a laicização e o regalismo eram elementos básicos do regime a que se convencionou chamar "despotismo esclarecido", influenciado ideologicamente pelo Iluminismo. Da mesma inspiração, embora também movidas por intenções econômicas, foram as medidas em favor dos índios (cuja escravidão foi extinta em 1757), a abolição da escravidão no território metropolitano de Portugal e o fim da perseguição e da diminuição dos direitos dos "cristãos novos" (1773). Tais decisões faziam parte de um *aggiornamento* reformista limitado, modernizante sem exageros, e em um tal processo os jesuítas apareciam como defensores e parte integrante da ordem de coisas a ser modificada; ainda mais perigoso por sua riqueza e sua importância como educadores. Após medidas parciais, a pretexto de se ter comprovado a participação dos inacianos em uma conspiração contra a vida do rei, decidiu-se em 1759 sua expulsão de Portugal e colônias, com confisco dos seus bens – medida executada, na América portuguesa, em 1760.

Passando, agora, a analisar em especial a política econômica do período, que se expressou principalmente, no Brasil, no fomento agrícola e na criação de companhias de comércio, comecemos por perguntar-nos acerca de seus objetivos centrais.

No final do século XVII, as dificuldades financeiras de Portugal, inviabilizando a continuação do nível anterior de importações, haviam levado a uma tímida política de apoio à criação de manufaturas no reino. Com o afluxo do ouro do Brasil, tal política foi abandonada. A aliança econômica e política com a Inglaterra fortaleceu-se muito na primeira metade do século XVIII. Sem poder anular a dependência lusa diante de seu poderoso aliado, pareceria que Pombal pretendeu atenuá-la no domínio econômico mediante um tardio mercantilismo de intenção, em última análise, fiscal e industrializante.

Através de companhias de comércio – Companhia Vinícola do Alto Douro, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e Companhia de Pernambuco e Paraíba –, tratou de recuperar o controle luso sobre o comércio de exportação na metrópole e na América portuguesa, e de intensificar tal intercâmbio, apoiando-se essa tentativa, em todos os casos, em um grupo reduzido de comerciantes portugueses bem próximos à máquina estatal, e em alguns dos mais poderosos mercadores instalados no mundo colonial. O ambicioso programa frustrou-se em grande parte devido à séria depressão econômica que afetou o Brasil – esteio do império luso – de meados do século XVIII até o fim da década de 1770: diminuição da produção de ouro depois de 1760, declínio dos preços do açúcar e outros produtos coloniais. Assim sendo, o aspecto mais bem-sucedido da política econômica pombalina, realizado no fomento da Amazônia e principalmente do Maranhão, não podia nem de longe compensar as perdas nos outros setores coloniais. A queda das exportações de ouro e açúcar provocou uma dificuldade crescente em manter as compras de manufaturados britânicos, o que veio reforçar as intenções industrializantes do regime pombalino. Mas as atrasadas estruturas de Portugal em finanças e tecnologia e a conjuntura negativa da

época fizeram com que sua política de criação de manufaturas e fomento do artesanato em Portugal tivesse sucesso reduzido. Seus esforços levaram, não à consecução das finalidades visadas, mas ao enriquecimento de um grupo fechado de grandes mercadores, que despertou ciúme e oposição entre os nobres e comerciantes do reino, bem como de diversos interesses coloniais afetados.

Vejamos agora, em algumas das principais regiões da América portuguesa, as características da fase ora em estudo.

Na Amazônia, a notícia de que seria decretada a "liberdade dos índios" provocou entre os colonos de Belém e arredores um movimento que prenunciava revolta. Um início de conspiração foi apurado, em 1755, cuja finalidade parece ter sido entregar à França a Amazônia portuguesa, sob condição de manutenção da escravidão dos índios. Tal fato, e a insatisfação generalizada, adiaram até 1757 a publicação de duas leis de junho de 1755 que proclamavam o fim da escravidão indígena e a transformação das missões em "vilas" e "lugares " submetidos à administração comum. Note-se que, se do ponto de vista jurídico os trabalhadores indígenas passaram doravante a ser livres, do ponto de vista econômico a escravidão cedeu o lugar, quase sempre, a formas diversas de trabalho compulsório e não ao trabalho assalariado – o que, aliás, seria de se esperar em uma colônia cuja economia interna era insuficientemente mercantilizada e monetarizada.

Os sucessores dos jesuítas no governo das missões – militares, com freqüência –, os fazendeiros, os coletores de "drogas do sertão", os citadinos, o próprio governo do Pará enfim, não se privaram de usar e abusar da mão-de-obra indígena enquanto esteve disponível. É verdade, porém, que a disponibilidade dela foi decrescendo com o fim dos descimentos de índios de um oeste amazônico agora em processo de colonização, com terríveis epidemias facilitadas pela intensificação do contato com os brancos nas antigas missões, com a expansão (moderada) da escravidão negra e com a má administração que levou ao esvaziamento de muitos povoados de índios, que com o tempo passaram a estar povoados por brancos e mestiços ou simplesmente desapareceram.

O segundo ponto central da época de Pombal na Amazônia foi a atuação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída em 1755 com privilégio por vinte anos a contar da primeira frota enviada. Ela funcionou entre 1756 e sua abolição em 1778, quando uma junta foi encarregada da liquidação de suas contas, que foi longa, difícil e criadora de conflitos.

A companhia pombalina, além de dinamizar a produção regional (cacau, café, arroz, algum açúcar), introduziu em pouco mais de duas décadas 14.749 escravos no Grão-Pará: mas, mesmo com as amplas facilidades de crédito a longo prazo que oferecia, a pobreza local fez com que a maior parte de tais cativos africanos fosse reexportada, via navegação fluvial, para o Mato Grosso e suas minas. A intensificação da escravidão negra no Pará, alimentando um breve parêntese agrícola em uma zona de coleta, concentrou-se em Belém e seus arredores.

O terceiro ponto central da política pombalina foi a desamortização dos bens dos jesuítas na década de 1760, após sua expulsão, efetuada em favor de militares e outros particulares, por doação ou venda em hasta pública; em certos casos, fazendas maiores foram transformadas em vilas, dividindo-se a terra e as cabeças de gado entre os habitantes. As fazendas jesuíticas de Marajó, antes povoadíssimas

de gado, declinaram em forma drástica com a péssima administração sob os novos proprietários.

Com todas as limitações que o atraso estrutural e as dificuldades da colonização em região agreste e descapitalizada causaram, a ação pombalina foi suficiente – se às medidas já apontadas somarmos o incentivo a uma colonização muitas vezes por soldados, encorajados a casar-se com índias – para transformar as articulações econômicas na região. O setor econômico dominante passou a estar partilhado entre um subsetor agrícola exportador (que duraria somente algumas décadas, até aproximadamente 1820) escravista mas também empregando um trabalho indígena teoricamente livre, e um vetor em recuo – a tradicional atividade coletora das "drogas do sertão", que utilizava os canoeiros índios das antigas missões segundo o sistema usual do repartimento. Subsidiariamente, encontramos um enorme (para a região, muito subpovoada) e paupérrimo setor camponês heteróclito, formado por pequenos proprietários ou posseiros (brancos, mestiços ou índios) livres, a que se agregava a produção de alimentos nas parcelas concedidas nas fazendas aos escravos negros, e aquela – em declínio – dos povoados indígenas em que foram transformadas as antigas missões. Se a reprodução da mão-de-obra fora interna à Amazônia no passado, era agora externa, ou seja, dependente do tráfico de africanos, ou de trazer escravos do Brasil para o setor agrícola exportador mais dinâmico.

No caso do Maranhão, os resultados da ação da companhia criada na época de Pombal e de outras medidas de fomento foram muito mais consideráveis. Condições favoráveis ao algodão e ao arroz, à volta de São Luís, e a venda maciça de escravos a crédito, criaram uma economia de *plantations* florescentes, em uma região crescentemente "africanizada".

Outra grande companhia de comércio – a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780) – tratou de reativar a agricultura de exportação, o tráfico de escravos e o consumo de mercadorias européias no Nordeste do Brasil. Mercadores de Lisboa e do Porto controlavam 90% das ações, o resto pertencendo a residentes do Nordeste brasileiro, sobretudo Pernambuco. Como no caso da companhia do Norte, essa recebeu a exclusividade da comercialização – exportação e importação – em sua região. Apesar das tentativas industrializantes da época, a imensa maioria dos produtos europeus vendidos (e houve, sem dúvida, notável aumento do consumo de tais produtos no Nordeste, com o incremento considerável da população de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, que duplicou na fase do monopólio da companhia) vinha de Londres, Hamburgo e Amsterdã. Lucrou a burguesia comercial metropolitana e minoritariamente a nordestina; lucraram mais ainda os burgueses do norte da Europa. Já vimos que, quanto às exportações brasileiras, tratou-se de uma nítida fase depressiva: as vendas ao exterior em 1776, considerando o conjunto brasileiro, só atingiram 40% do valor das exportações de 1760. Os lucros da companhia foram modestos – por volta de 5% ao ano –, ficando as maiores vantagens para os seus dirigentes (e não para os acionistas) e, já o vimos, para a burguesia européia que aproveitou o auge de importações nordestinas. Alguma parcela dos lucros ficou na Colônia, na forma de dívidas não pagas: como na Amazônia, ou ainda mais, a liquidação da companhia foi longa e criadora de muito conflito e animosidade. Aliás, o excesso de crédito também neste caso foi um dos fatores que acabaram por abalar irremediavelmente a companhia.

Na época de Pombal, o Rio de Janeiro não somente confirmou sua posição de grande porto: desenvolveu-se a produção de açúcar e atividades novas foram introduzidas (anil, cochonilha, arroz); a população aumentou. A condição de capital, sede do maior aparelho burocrático da Colônia, reforçava a importância advinda da nova prosperidade agrícola e da continuação da ligação com Minas Gerais. A escravidão se intensificou, em função sobretudo do comércio com Angola.

Depois de 1760 principalmente, todas as regiões de mineração de ouro – Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia – conheceram espetacular queda de produção, que só faria acentuar-se ao longo das décadas. Começa a ruralização e empobrecimento relativo, com algum recuo urbano, dessa área que conhecera seu apogeu em meados do século XVIII. No tocante à extração de diamantes, o centralismo da época conduziu à passagem do sistema de contrato ao de extração direta por agentes da Coroa, decidida em 1771 e aplicada no ano seguinte.

No extremo-sul, o governo de Pombal esteve marcado por guerras quase sempre infelizes contra os espanhóis. A Colônia do Sacramento foi tomada pela quarta vez em 1762, passageiramente; a ocupação do Rio Grande de São Pedro por tropas espanholas, embora somente parcial, foi mais longa, de 1763 até 1776. A sustentação de tais esforços baldados pela administração colonial lusa – que, por certo, descarregava o ônus sobre os colonos –, exatamente em uma época de depressão econômica no Brasil, foi mais um fator limitativo do êxito das reformas pombalinas. No último ano do período que analisamos, 1777, os espanhóis se apossaram da ilha de Santa Catarina, definitivamente dessa vez da Colônia de Sacramento, e de um forte no sul do Mato Grosso. No mesmo ano, o Tratado de Santo Ildefonso, produto já da reviravolta política à morte de José I – a chamada "viradeira" de fevereiro de 1777, quando subiu ao trono a rainha Maria I, caindo finalmente Pombal – acertou as questões fronteiriças entre a América espanhola e a portuguesa. Se em 1750 os lusos recebiam os Sete Povos das Missões em compensação pela perda de Sacramento, ambas as possessões tornaram-se espanholas em 1777. A ilha de Santa Catarina foi devolvida. No mais, quase não foram modificados os limites de 1750.

Pombal interessara-se também pelas questões relativas ao ensino. A Universidade de Coimbra foi reformada e modernizada. No Brasil, sustentadas por um imposto especial (subsídio literário), criaram-se *aulas régias* para substituição – insuficiente – do ensino jesuítico. O bispo de Pernambuco criou o Seminário de Olinda, que, como no caso da reforma de Coimbra, voltou-se em parte para as ciências naturais e a matemática. Se desde 1724 a Bahia conhecera a academia chamada dos "Esquecidos", a época pombalina viu multiplicar-se no Brasil pequenos clubes de intelectuais: a academia baiana dos "Renascidos" (1759) e, no Rio de Janeiro, a dos "Seletos" (1752) e a "Científica" (1772). Os membros de tais agremiações eram sacerdotes, militares, funcionários e um ou outro comerciante. A Ilustração começava a fazer uma tímida aparição em plagas coloniais. À falta de imprensa na Colônia, em Portugal é que foram publicadas algumas obras escritas por intelectuais nascidos no Brasil, como o poema *Uraguai*, de Basílio da Gama, violentamente antijesuítico. Muito longe de ser brilhante, o panorama cultural era no entanto menos insignificante do que havia sido no passado, sobretudo se nos lembrarmos de que o surto intelectual das cidades de Minas Gerais sobreviveu por várias décadas à queda da produção de ouro.

A ÚLTIMA FASE VERDADEIRAMENTE COLONIAL (1777/1808)

As últimas décadas do século XVIII e os primeiros anos do seguinte dão, a quem acompanhar a trajetória da América portuguesa desde o século inicial da colonização até as vésperas da chegada da corte lusa à Bahia e logo ao Rio de Janeiro, a nítida impressão de uma aceleração do ritmo da história, até então um tanto lento naquela região colonial. Resultados cumulativos de fatores que agiam há décadas e continuaram então a agir, e repercussões de processos e eventos externos, conjugaram-se para tal resultado.

Uma antiga tradição da historiografia brasileira associa firmemente ao século XVII a noção de fronteira em expansão partindo da ação das "bandeiras" e outras expedições que foram dilatando os limites coloniais portugueses muito para oeste da linha de Tordesilhas fato que, como vimos, recebeu sanção internacional nos anos que vão de 1750 a 1777. Se pensarmos em termos de povoamento efetivo, no entanto, a expansão real foi muito mais um fato do século XVIII.

Em vinculação, primeiro, com a extração de ouro, mais tarde com uma economia agrícola revitalizada e em função, também, do empobrecimento metropolitano, a maior colônia portuguesa recebeu no terceiro século de sua história uma verdadeira invasão de pessoas – homens, sobretudo – vindas de entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Açores, Madeira. Paralelamente, intensificavam-se a imigração forçada de africanos e processos internos de crescimento sendo mais impressionante o rápido aumento da população mestiça livre. O incremento demográfico intensificar-se-ia ainda na segunda metade do século: a população passou de um milhão e meio em 1754 para dois milhões e meio em 1808. Em contraste com as duas primeiras centúrias da colonização, que viram surgir somente 56 municípios (cidades e vilas) no que hoje é o Brasil, o período 1700-1820 assistiu à implantação de 162. Mudanças de política – por exemplo a de Pombal em relação às missões na Amazônia – influíram em tal resultado, mas ele reflete também, sem dúvida, uma dinâmica demográfica real e o povoamento do interior das terras em uma proporção sem paralelo possível com os séculos XVI e XVII. Os conflitos de fronteiras com a América espanhola comprovam que, pela primeira vez, as respectivas frentes de povoamento colonial estavam entrando em contato efetivo e, portanto, ameaçando-se mutuamente. Tudo isso, é claro, deve ser encarado em perspectiva: muitas outras frentes pioneiras viriam; e, de certo modo, as Américas estavam ainda bem vazias de homens, apesar de tudo, nos albores do século XIX.

Mencionamos já que o processo anteriormente resumido significou um peso específico novo do Brasil no conjunto português, mal avaliado pela política lusa. Internamente, significou um reordenamento das heterogêneas regiões que compunham a colônia. O predomínio do Nordeste não desapareceu, em termos absolutos, mas se atenuou. Em 1808, essa região concentrava aproximadamente 49,5 % dos habitantes, se a considerarmos do Maranhão à Bahia, em contraste com 46,1% para o Centro-Sul (incluindo esse último todas as regiões povoadas em função do ouro), ficando a Amazônia somente com 3,8%.[2] Talvez mais importante que o relativo equilíbrio populacional entre Nordeste e Centro-Sul seja que essa região reunia, nos primeiros anos do século XIX, a maioria da população branca, fato político e social bási-

co em um mundo colonial que reconhecia, consuetudinária tanto quanto legalmente, uma estratificação sócio-étnica.

Apesar da recuperação que se nota no seu comércio internacional desde o final da década de 1770 e de sua importância central para o conjunto lusitano, a imensa América portuguesa, ainda em 1789, fazia figura que não era das mais brilhantes no comércio colonial do continente americano. Em livro publicado em Paris em 1805, assim calculou o comerciante francês M. Wante o valor das produções coloniais no ano em que teve início a Revolução Francesa:

Colônias	*Milhões de libras de Tours*	*%*
Colônias francesas da América	222,9	40,2
Colônias espanholas da América	127,0	23,0
Colônias britânicas da América	102,0	18,5
Brasil português	50,5	9,1
Colônias holandesas da América	35,0	6,3
Colônias dinamarquesas da América	15,0	2,7
Total	*552,4*	*99,8*

Mesmo não admitindo grande exatidão a tais dados, eles fornecem uma ordem de grandeza: meia ilha antilhana – a colônia francesa açucareira de Saint Domingue* – produzia, sozinha, mercadorias avaliadas em uma soma que triplicava o montante das produzidas pelo imenso Brasil: 161 milhões de libras de Tours! Toda correção que se quisesse fazer para levar em conta, por exemplo, a incidência diferencial do contrabando em ambos os casos, não seria capaz de anular tão brutal contraste.

Ainda assim, se nos restringirmos ao Brasil português, uma recuperação é o que se nota no comércio exterior desde fins do período de Pombal. Mas ela mudaria de escala na década de 1790, com a falência das *plantations* de açúcar de Saint Domingue a partir da insurreição social e nacional que acabaria por formar o Haiti independente. Ao lado desse elemento maior, influíram no novo período de expansão agrícola brasileiro outros fatores internacionais: monetarização da economia mundial ligada à prata mexicana; expansão demográfica e urbana na Europa, aumentando a demanda de alimentos e elevando os preços destes; início da revolução industrial inglesa, ampliando a procura de algodão. Tudo isso em uma fase de guerras e revoluções cujo efeito foi afastar, até 1815, alguns concorrentes da América portuguesa de uma plena participação no mercado mundial.

Uma característica da nova expansão agrícola foi a diversificação de atividades e a multiplicação dos núcleos exportadores.

O algodão, desenvolvido pela companhia pombalina e incentivado em seguida pela guerra de independência dos Estados Unidos, fez do Maranhão, por algum tempo, a zona de maior prosperidade da América portuguesa, receptora de intenso tráfico negreiro. Mas a cultura algodoeira atingiu quase toda a Colônia, do extremo

* Haiti.

norte até o Paraná, estendendo-se no interior até Goiás. Núcleos produtores de importância situaram-se, além do Maranhão, em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. As técnicas de produção eram primitivas, e não eram exigidos grandes capitais. Havia muitos produtores pequenos, mas as unidades maiores predominavam, pois na época da colheita era grande a exigência de mão-de-obra. Os comerciantes exportadores compravam o algodão em estado bruto e o beneficiavam, além de intervirem no financiamento da fase rural.

O açúcar brasileiro conheceu espetacular renovação e expansão a partir de 1790. Além da tradicional zona nordestina, ganhou outras regiões, em particular os Campos dos Goitacases (no Rio), São Paulo e, apesar das proibições, Minas Gerais.

Caio Prado Júnior e José Jobson Arruda fornecem dados que mostram o peso novo do Rio nesse setor econômico. No final do século XVIII, o Rio de Janeiro contava com 616 engenhos, em comparação com os 806 do Nordeste. E, para os anos de 1796 a 1811 no seu conjunto, o porto do Rio de Janeiro (por onde saía também, é verdade, açúcar de Minas e de São Paulo) exportou 6.608.097 arrobas de açúcar branco e 1.897.176 arrobas de açúcar mascavado. As cifras das duas categorias de açúcar exportado, nos mesmos anos, foram respectivamente de 5.636.858 arrobas e 4.797.083 arrobas no caso da Bahia; 6.116.182 arrobas e 817.588 arrobas para Pernambuco.[3]

Quanto ao tabaco, a Bahia era ainda o centro principal de sua produção, mas essa ganhou também Minas Gerais e o Rio de janeiro. Continuava sendo mercadoria essencial no comércio com a África.

Merece menção, ainda, a partir de 1780, o grande desenvolvimento, no Rio Grande de São Pedro, da indústria do charque, produzido em Pelotas e exportado pelo porto do Rio Grande para consumo dos escravos e das populações urbanas ao longo da costa brasileira. Além do Rio Grande, as antigas zonas de mineração, em especial Minas Gerais, conheceram uma grande expansão da atividade pecuária.

No período 1796-1807, se considerarmos o comércio exterior da América portuguesa, veremos que o porto do Rio de Janeiro era o seu centro principal, escoando em média mais de um terço do valor anual dos intercâmbios tanto no tocante às exportações quanto às importações. Seguiam-no, em ordem decrescente de importância, Salvador (Bahia), Recife (Pernambuco) e São Luís (Maranhão).

Foi na fase agora analisada que o Brasil português começou a receber o impacto de grandes transformações que ocorriam no cenário internacional. A independência dos Estados Unidos, consumada em 1776 e reconhecida pela Grã-Bretanha em 1783, constituiu a primeira derrota irreversível do sistema colonial moderno nas Américas, sendo seguida, em 1791, pela revolta dos escravos de Saint Domingue que culminou, em 1800, na independência do Haiti. Esse último processo se ligou de perto aos efeitos da Revolução Francesa, iniciada em 1789, sobre o mundo colonial. Pela primeira vez no Novo Mundo, embora em caráter transitório, a escravidão negra foi abolida nas colônias francesas entre 1794 e 1802. A influência ideológica da Revolução Francesa sobre as colônias das Américas, continuando a da Ilustração, é ao mesmo tempo indubitável e difícil de avaliar quanto ao seu grau de incidência. O tráfico de escravos seria abolido pioneiramente, em 1807, pela Inglaterra. Essa última, desde meados do século XVIII, conhecia os primórdios da revolução industrial.

Um dos efeitos da nova preeminência inglesa e da dependência ainda maior do que no passado (em razão da ameaça francesa crescente) de Portugal para com seu aliado principal, foi a concessão de licenças aos ingleses para comerciar em alguns portos brasileiros. Tal fato, ocorrido em detrimento do monopólio comercial luso, vinha somar-se ao considerável contrabando, ao tráfico intercolonial intenso e também ao caráter deficitário para a metrópole das suas transações com a imensa colônia.

Em tal contexto, o final do século XVIII viu a eclosão, no Brasil, de duas conspirações em si insignificantes, mas que, além de revelarem a influência da independência norte-americana e das idéias libertárias francesas, mostram também que uma eventual independência da América portuguesa já se tornara algo que podia ser imaginado, sendo objeto de cogitação em certos círculos e circunstâncias.

Em Minas Gerais, a ordem de proceder à "derrama" – cobrança dos atrasados do mínimo anual de 100 arrobas de ouro fixado para o rendimento do imposto do quinto real – foi, em 1788-1789, sob um governador recém-chegado, Furtado de Mendonça, a ocasião da conjuração conhecida como "Inconfidência Mineira". A produção de ouro vinha caindo desde 1760, e os atrasados atingiam uma soma enorme, o que assustava e revoltava a população. Em Ouro Preto, capital e centro intelectual, as idéias francesas e o precedente da independência norte-americana eram discutidos por intelectuais locais, alguns deles ex-estudantes na Europa. Poetas, sacerdotes, funcionários, militares e proprietários, em pequeno número, realizaram reuniões secretas, preparando uma conjuração. Falou-se sem dúvida em independência, mas as opiniões sobre a forma de governo a ser adotada parecem ter sido contraditórias. Tudo indica, de fato, não se ter avançado muito ainda no caminho da rebelião quando, denunciada a conjura, prenderam-se os envolvidos e procederam-se a inquéritos, as "devassas". Depois da comutação de várias penas de morte em degredo perpétuo ou temporário pela rainha Maria I, foi executado somente o alferes Joaquim José da Silva Xavier, chamado "Tiradentes", em 1792.

Na Bahia, em 1798, a chamada "Revolta dos Alfaiates" foi de natureza distinta. Nela se envolveram artesãos, soldados e trabalhadores negros e mulatos, e mesmo alguns escravos. Neste caso, a influência dos ideais da Revolução Francesa era clara. Entre outras coisas, pretendia-se abolir a escravidão e instaurar a liberdade de comércio e a República. A ideologia do movimento revelava forte anticlericalismo, bem como um sentimento antieuropeu. Também nesta ocasião, a conspiração foi denunciada e esmagada antes de propriamente começar. Quatro dos líderes foram executados no ano seguinte. Katia de Queirós Mattoso mostrou que essa conjuração esteve vinculada a uma conjuntura de alta de preços insuficientemente acompanhada pelos salários, causando forte mal-estar popular em Salvador.

Se o movimento das idéias na Colônia, no final do século XVIII, em certos casos pendeu para os ideais libertários, isso esteve longe de ser o mais comum. O próprio Iluminismo e correntes novas como aquelas representadas pelos fisiocratas e economistas clássicos puderam, no Brasil, assumir, às vezes – como também ocorreu em Portugal – uma feição conservadora. Bom exemplo disso foi o intelectual José Joaquim de Azeredo Coutinho (1742-1821), originário do Rio de Janeiro e bispo em Pernambuco, discípulo de Adam Smith mas defensor dos interesses coloniais (incluindo a escravidão e o tráfico de escravos), do catolicismo e da monarquia portuguesa.

INDEPENDÊNCIA *DE FACTO* 1808/1822

Com a invasão de Portugal por tropas francesas, o príncipe-regente João, acompanhado de sua corte e sob proteção de barcos ingleses, deixou Lisboa em novembro de 1807, chegando à Bahia em 22 de janeiro de 1808, e ao Rio de Janeiro, onde se instalaria por treze anos, em 7 de março de 1808. Com o príncipe vinham a rainha louca, Maria, e talvez 15 mil pessoas em uma vintena de barcos. Com a instalação da corte e do governo de Portugal no Rio o Brasil deixou, na prática e definitivamente, de ser uma colônia.

Ainda na Bahia, a conselho do economista José da Silva Lisboa, proclamou o regente a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, abolindo-se assim o exclusivo comercial metropolitano. Um importante tratado de comércio foi assinado com a Inglaterra em 1810, pelo qual foram concedidas aos britânicos tarifas alfandegárias preferenciais, inferiores mesmo, até 1818, as que deviam pagar, nos portos do Brasil, os barcos portugueses. Sob virtual protetorado inglês, o governo luso do Rio de Janeiro teve ainda que chegar a um compromisso quanto ao tráfico de escravos africanos, cuja extinção era exigida pelos britânicos, aceitando sua abolição ao norte do Equador (1817).

Um verdadeiro aparelho de estado e um corpo diplomático instalaram-se no Rio. E em 16 de dezembro de 1815, o Brasil passou à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarve. Assim, a ex-capital colonial tornara-se sede de ministérios, secretarias, tribunais, repartições públicas, de um Conselho de Estado, outro de Fazenda etc. E foi no Rio de Janeiro que, morta a rainha, o até então príncipe-regente foi aclamado, em 1818, como rei João VI.

As conseqüências de tamanhas mudanças políticas não se fizeram esperar também em outros domínios. O primeiro estabelecimento de ensino superior do Brasil foi instalado em 1808 na Bahia: a Escola Médico-Cirúrgica. Seguiram-se fundações similares no Rio, que passou a ser sede, ainda, das academias Militar e de Marinha, enquanto escolas de Artilharia eram criadas na Bahia e no Maranhão. O Rio sediou também a Biblioteca Real, núcleo inicial da Biblioteca Nacional posterior, e uma Academia que deu origem à atual Escola Nacional de Belas-Artes. A presença da corte encorajou a vinda ao Brasil de várias missões exploradoras, científicas e artísticas européias. Sobressaem as do mineralogista alemão Von Eschwege e dos bávaros Spix e Martius, as viagens do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e, no campo das artes, a missão artística francesa chegada em 1816, entre cujos integrantes estava o pintor Jean-Baptiste Debret, o qual deixou obra que retrata o quotidiano do Rio de Janeiro na época. Enfim, no Rio foi fundada a Impressão Régia – produzindo livros e folhetos, e imprimindo o primeiro jornal a funcionar no Brasil (a *Gazeta do Rio de Janeiro*) –, seguindo-se a instalação de outras gráficas em diversas províncias, a começar pela Bahia.

Em abril de 1808 foi anulado o alvará de 1785 que proibia a criação de manufaturas e fábricas no Brasil. Pelo contrário, em 1808 e 1810 favores fiscais e alfandegários foram decididos em favor dos que instalassem fábricas. A profissão de ourives voltou a ser permitida (1815). Teve início a exploração do ferro em Minas Gerais em 1809 e em 1818 em São Paulo (Sorocaba). Diversas medidas tentaram fomentar a mineração e a agricultura. Os poucos caminhos terrestres brasileiros foram melhora-

dos, sobretudo nas proximidades do Rio de Janeiro, embora as comunicações internas dependessem bem mais de uma cabotagem muito intensificada.

Foi o Rio de Janeiro, naturalmente, a cidade que maiores transformações experimentou. Com a chegada da corte portuguesa sua população aumentara de chofre talvez em 50%, o que trouxe imensos problemas em um primeiro momento. Depois, tal população continuou a crescer, em ritmo superior ao do já considerável incremento que vinha sofrendo desde o século anterior. Salvador, até então a maior cidade brasileira, foi superada pelo Rio por volta de 1810. A população dessa última capital chegou a aproximadamente 113 mil pessoas em 1819. A presença da corte, as medidas de fomento e o próprio aumento demográfico fizeram surgir numerosas manufaturas na cidade.

Nem todos aceitaram de bom grado a intensificada presença de portugueses natos na Colônia, ou os privilégios de que gozavam. O afluxo de comerciantes e funcionários lusos foi intenso nos anos que se seguiram à instalação do governo lusitano no Rio de Janeiro, cidade que começou a ser percebida como "portuguesa" por excelência pelos habitantes de outras partes do Brasil. A xenofobia esteve presente na revolução que começou no Recife em 1817, chefiada de início por um comerciante liberal e logo contando com o apoio de militares, funcionários, membros do clero e proprietários. Notam-se, nesse caso, influências da Revolução Francesa e das quatro lojas maçônicas então existentes em Pernambuco. Formou-se um governo provisório, que decidiu abolir certos impostos e aumentar o soldo da tropa. A revolução pernambucana teve algumas repercussões nas capitanias vizinhas, mas foi reprimida em 1818, sendo executados vários dos implicados e condenados outros a penas de prisão.

A política externa lusa no Brasil caracterizou-se pela tomada da Guiana francesa – ocupada de 1809 a 1817 – por uma expedição anglo-portuguesa partida do Pará, e pela intervenção contra-revolucionária no futuro Uruguai em 1817, dando começo a uma luta longa e inglória que seria herdada depois pelo Brasil independente.

A Revolução Constitucionalista iniciada no Porto em agosto de 1820, com repercussões no Brasil desde o início do ano seguinte, inaugurou o processo político que acabaria por levar à cabal independência brasileira em 1822.

O Brasil, às vésperas de separar-se de Portugal, continuava sendo, apesar de tudo, estruturalmente uma sociedade colonial. Em 1818, de seus 3.817.900 habitantes, 1.887.900 eram livres (sendo 1.043.000 brancos, 585.500 negros e mestiços e 259.400 índios), e 1.930.000, escravos. Tanto as taxas de fecundidade quanto as de mortalidade (em especial a infantil) eram muito altas. A idade média no momento do casamento era baixa para as mulheres (20 a 21 anos), um pouco mais elevada para os homens. A "família patriarcal" de que tanto falaram os antropólogos e sociólogos limitava-se, na verdade, aos brancos das classes altas – fazendeiros; grandes comerciantes; altos funcionários; militares graduados e clérigos de alta hierarquia –, apresentando-se como uma família extensa que compreendia, em sua periferia, escravos e "agregados" livres (libertos, arrendatários, empregados diversos, parentes etc. que dependiam do chefe da família). Entre os mais pobres, porém, eram freqüentes as uniões livres – sendo muito alta a incidência dos nascimentos ilegítimos – e, muitas vezes, os núcleos familiares eram formados por uma mulher e seus filhos. Desde o século XVIII, uma verdadeira explosão demográfica dos pobres livres –

brancos (imigrantes, em boa parte), negros e sobretudo mestiços – alimentava o medo dos grupos dominantes diante dos "desclassificados". Continuava a existir, nos costumes e nas leis, uma estratificação social de base étnica.

NOTAS

1. FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina.* São Paulo, Ática, 1982, p. 483.
2. LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *Early Latin America.* Nova York, Cambridge University Press, 1983, pp. 398-399 (os dados são de Dauril Alden).
3. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 139, nota 21; ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo, Ática, 1980, pp. 355-364, 372-378.

BIBLIOGRAFIA

Todas as partes do capítulo relativo aos anos 1750-1822 devem muito a: LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *Early Latin America.* Nova York/Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

O panorama da América portuguesa em 1750 baseou-se principalmente em: BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil.* Trad. de Nair de Lacerda. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963, pp. 255-280.

Acerca do sistema da frota – ou, mais exatamente, das frotas –- do Brasil no século XVIII, ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. "As frotas de ouro do Brasil, 1710-1750", e GODINHO, Vitorino de Magalhães. "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", ambos os artigos em: *Estudos Econômicos.* XIII, número especial, 1983, respectivamente pp. 701-707 e 719-732.

Para os anos 1750-1777, a exposição baseou-se sobretudo nos seguintes textos: FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina.* São Paulo, Ática, 1982; BRADING, D. A. "El mercantilismo ibérico y el crecimiento económico en la América Latina del siglo XVIII", in Florescano, Enrique (compilador). *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina,* 1500-1975. México, Fondo de Cultura Económica, 1979, pp. 293-314; CARDOSO, Ciro F. S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas.* Rio de Janeiro, Graal, 1984; RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro.* A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). São Paulo, HUCITEC, 1976.

A seção relativa aos anos 1777-1808 levou em consideração, em especial: NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1777-1808). São Paulo, HUCITEC, 1979; ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo, Ática, 1980; GUERZONI FILHO, Gilberto. *Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808).* Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro Preto, 1986. Ver ainda: MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa.* 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; QUEIRÓS MATTOSO, Katia M. de. "Conjoncture et société au Brésil à la fin du XVIIIè siècle: prix et salaires à la veille de la révolution des Alfaiates. Bahia 1798". *Cahiers des Amériques Latines.* nº 5, jan.-jun. 1970, pp. 33-54.

A parte relativa aos anos 1808-1822, além de obras já citadas, usou elementos de: MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro.* Rio de Janeiro, Graal, 1982; MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817.* São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1972; COWELL Jr., Bainbridge. "Brasil", in Morse, R. (compilador). *Ciudades latinoamericanas.* 2. Desarrollo histórico. México, Secretaria de Educación Pública, 1973, pp. 79-117.

CRONOLOGIA

1750-1777 – Governo do conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, sob o rei José I de Portugal;

1750 – 13 de janeiro: Tratado de Limites assinado em Madri entre Portugal e a Espanha;

1754-1756 – Guerra luso-espanhola contra as missões de Santo Ângelo, São Borja, São João, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São Miguel e São Nicolau, rebeladas contra o cumprimento do Tratado de Madri de 1750;

1755 – 7 de junho: Decreto real institui a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão;
1759 – Extinção do sistema de capitanias hereditárias;
– Criação da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba;
– 3 de setembro: É decidida a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios;
1760 – Criação da Capitania do Rio Grande de São Pedro, subordinada à do Rio de Janeiro;
1761 – Tratado de Limites do Pardo, anulando o Tratado de Madri de 1750;
1762 – A Colônia do Sacramento é tomada pela quarta vez pelos espanhóis, em função da Guerra dos Sete Anos;
1763-1776 – Em função da Guerra dos Sete Anos, os espanhóis ocupam uma parte do Rio Grande de São Pedro;
1763 – A sede dos vice-reis do Brasil passa de Salvador, na Bahia, para a cidade do Rio de Janeiro;
1765 – Decidida a *derrama* (cobrança forçada dos atrasados do quinto do ouro) em Minas Gerais;
1769-1779 – Governo do mais famoso dos vice-reis com sede no Rio de Janeiro: Luís de Almeida Silva Mascarenhas, segundo marquês do Lavradio;
1774 – O Maranhão e o Piauí são desmembrados do Grão-Pará;
1777 – Ataques espanhóis no sul e no oeste do Brasil: ocupação definitiva da Colônia do Sacramento e passageira de Santa Catarina e de um forte no Mato Grosso;
– Tratado de Limites de Santo Ildefonso entre a Espanha e Portugal;
1778 – Extinção da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão;
1779 – Interrompe-se o funcionamento da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba;
1783-1788 – Governo, em Minas Gerais, de Luís da Cunha e Meneses, malvisto localmente e tido como uma das causas da "Inconfidência Mineira";
1783-1792 – Viagem científica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia portuguesa;
1785 – 5 de janeiro: Alvará que proibiu a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil, excetuando-se as de panos grosseiros;
1789 – Conspiração incipiente em Vila Rica, Minas Gerais, por ocasião das instruções para a *derrama* na capitania, logo reprimida, conhecida como "Inconfidência Mineira" e com freqüência considerada como movimento precursor da independência do Brasil;
1792 – 21 de abril: Enforcado no Rio de Janeiro o alferes Francisco José da Silva Xavier, o Tiradentes, participante da "Inconfidência Mineira";
1798 – Conspiração logo reprimida, conhecida como "Revolta dos Alfaiates", na Bahia, tida como movimento precursor da independência do Brasil;
1799 – Tornaram-se entidades administrativas separadas as capitanias do Ceará e da Paraíba;
1799 – 8 de novembro: Enforcamento de quatro dos envolvidos na "Revolta dos Alfaiates" na Bahia;
1801 – Hostilidades de fronteira, na Banda Oriental e nos Sete Povos das Missões (Uruguai) e no Rio Grande de São Pedro, em função da Guerra Peninsular entre Espanha e Portugal. Em conseqüência desses conflitos, os portugueses ocuparam definitivamente os Sete Povos das Missões, que o Tratado de Santo Ildefonso (1777) entregara à Espanha;
1807 – A capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro se torna Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul;
1807 – 29 de novembro: Sob ameaça de invasão franco-espanhola de Portugal, uma esquadra deixa Lisboa sob proteção inglesa com destino ao Brasil, levando o príncipe-regente João e a corte lusa;
1808 – 22 de janeiro: Chegada do príncipe-regente João à Bahia;
1808 – 28 de janeiro: Em Salvador, o príncipe-regente decreta a abertura dos portos do Brasil às nações amigas;
1808 – 7 de março: Chegada do príncipe-regente João ao Rio de Janeiro;
1808 – 11 de março: Nomeação, pelo príncipe-regente no Rio, do primeiro grupo de ministros a funcionar no Brasil;
1808 – 19 de abril: Derrogação do alvará de 1785 que proibia o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil;
1808 – Diversas medidas de cunho intelectual, como a criação da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, primeira instituição de ensino superior no Brasil, a fundação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, primeira gráfica brasileira que publicou também o primeiro jornal *(Gazeta do Rio de Janeiro)*, criação no Rio de Janeiro da Biblioteca Real;

1808-1809 – Medidas de privilégio e isenção fiscal a favor das manufaturas que fossem instaladas no Brasil;

1809-1817 – Depois de conquista efetuada por expedição anglo-portuguesa, Portugal administra, do Rio de Janeiro, a Guiana Francesa;

1810 – Tratados de aliança e amizade e de comércio e navegação firmados entre a Grã-Bretanha e Portugal;

1811 – Inicia-se a longa série de intervenções militares portuguesas (e depois brasileiras) na Banda Oriental (Uruguai);

1812 – 17 de dezembro: Efetua-se pela primeira vez no Brasil a fusão do ferro, em Minas Gerais, sob a direção do Barão Guilherme von Eschwege;

1815 – 16 de dezembro: Elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarve;

1816 – Com a morte da rainha louca, Maria, o príncipe João torna-se, no Rio de Janeiro, rei João VI de Portugal e do Brasil;

1816 – Chega ao Brasil uma missão artística francesa;

1817 – Ocorre, em Pernambuco e capitanias vizinhas, uma revolução logo reprimida, incluída ordinariamente entre os chamados movimentos precursores da independência do Brasil;

1818 – Criação de uma fábrica de ferro-gusa em Sorocaba (São Paulo);

1820 – Fundação, no Rio. de Janeiro, da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil;

– 24 de agosto: Início da revolução constitucionalista do Porto, em Portugal;

1821 – 26 de abril: Volta do rei João VI a Portugal, ficando no Rio de Janeiro o príncipe herdeiro Pedro como regente do Brasil.

4

Da Independência à Vitória da Ordem

Hamilton de Mattos Monteiro

O ESTABELECIMENTO DA AUTONOMIA E DA CENTRALIZAÇÃO

O processo de independência do Brasil é, comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A verdade dessa proposição reside, em especial, na montagem pelo príncipe, e depois rei, João VI, de um aparelho governativo no Brasil. Tal criação dá-se, por um lado, através da transferência de órgãos portugueses e, de outro, com o surgimento, no Rio de Janeiro, de estruturas típicas de uma capital, com bibliotecas, um jornal, instituições de fomento. Ao mesmo tempo, são substituídos os institutos de caráter colonial, como os monopólios e as restrições industriais e comerciais. Por fim, todo o processo é coroado pela assinatura de dois tratados com a Inglaterra, um de Aliança e Amizade e, outro, de Comércio e Navegação, em 1810.

Todo esse processo de transformação tinha, de fato, feito do Rio de Janeiro a capital de um grande império atlântico, baseado na produção de artigos tropicais do Brasil e no comércio de escravos da costa d'África. Aos poucos surgia, ainda, um amplo setor de produção semitransformada, como tecidos e metalurgia, ao lado de um, desde muito tempo, importante setor de produção de alimentos voltado para o abastecimento interno, em especial em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o reino de Portugal parecia relegado a um segundo plano, vítima do que se denominou a "inversão brasileira" – a substituição de Lisboa pelo Rio de Janeiro como capital do Império. Particularmente, a perda do papel de empório obrigatório – estabelecida pelo sistema de exclusivo colonial – parecia ter afetado fortemente os interesses mercantis lusos.

Portugal vinha sendo governado por uma junta sob controle de um militar britânico e que prestava contas ao Rio de Janeiro, completando o quadro da "inversão brasileira".

O clima de amargura e crise, aliado ao contágio das idéias liberais, fomenta um movimento revolucionário na cidade do Porto. A exigência básica dos revolucionários era a convocação imediata de uma "assembléia nacional constituinte", sob o nome de "Cortes", visando ao fim do regime absolutista no país. Em pouco tempo, dá-se ampla adesão nacional ao movimento revolucionário e um governo liberal se instala em Lisboa, promovendo a reunião das "Cortes". O caráter da Revolução é, ainda, bastante ambíguo, reunindo antigas ambições de um "renascimento" português e posições avançadas do liberalismo europeu. Mesmo a composição original da Junta Governativa (dois nobres, dois burgueses e um clérigo) e a denominação de assembléia, as "Cortes", mostram a dificuldade, ou talvez um pouco do desinteresse em romper com o passado português de tipo "antigo regime". De qualquer forma, a miséria do país, a tutela britânica e a primazia brasileira – ao lado do constitucionalismo espanhol – são os elementos fundamentais da Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820.

A notícia da Revolução é bem recebida no Brasil: tanto portugueses como brasileiros tinham interesse em limitar o poder real, extinguindo o absolutismo, com emancipação do poder judiciário, favorecendo a descentralização e diminuindo a intervenção do Estado na economia. Uma assembléia constituinte parecia, então, a melhor forma de se chegar a uma monarquia limitada, parlamentar, conforme o modelo britânico, sem nenhum choque abrupto. Mesmo no Brasil, onde os sentimentos liberais eram fortes, como em Pernambuco e Minas Gerais, ou a opinião pública era bastante influente, como no Rio de Janeiro e Bahia, a convocação de uma assembléia surgia como uma forma de redefinir as relações entre Brasil e Portugal. O elemento considerado estranho e a ser vencido era o rei e seu aparato de Estado.

A reunião das Cortes em Lisboa fazia, assim, com que o Reino Unido tivesse, na prática, dois centros de poder: Lisboa, que começava a se considerar como a vontade do povo e superior ao rei, e o Rio de Janeiro, onde residia o rei e seus ministros. Obviamente, a manutenção dessa dualidade era impossível e o distanciamento do rei só fazia favorecer as intrigas e incompreensões entre as duas fontes de poder. O retorno do rei era indispensável e somente a indefinição proverbial de João VI – e nisso, considerado por Oliveira Lima, um típico Bragança – poderia adiar. Durante muito tempo discutiu-se o que seria mais oportuno: o retorno do Rei ou do príncipe herdeiro, Pedro, de pouco mais de 20 anos. A indecisão real, o conflito de informações e um certo sentimento antimonárquico existente no país – lembrança do levante pernambucano de 1817, bem como dos movimentos anteriores – favorecem a adesão das províncias ao governo de Lisboa, ignorando o Rio de Janeiro.

A província do Grão-Pará, que englobava na época toda a Amazônia brasileira, e a Bahia, a mais opulenta e populosa, aderem ao regime das Cortes, na condição de "província de Portugal". As autoridades reais são depostas (ou aderem) e formam-se "juntas governativas". Duas formas institucionais eram, assim, duramente atingidas: o Estado do Brasil, que se via diluir face à transformação de suas "capitanias" em províncias de Portugal e, conseqüentemente, o Reino Unido. Por fim, o próprio Rio de Janeiro adere, em fevereiro de 1821, e, logo depois, as tropas portu-

guesas aquarteladas na cidade se sublevam, levando o rei a jurar previamente a constituição em elaboração e definir sua volta para Lisboa.

O príncipe Pedro faz, então, sua entrada na política, mostrando-se capaz de enfrentar o levante militar e conduzir a crise a um bom termo.

Em princípio, as forças políticas estavam divididas em dois campos: constitucionalistas, liderados por portugueses e brasileiros, que por motivos diversos queriam a partida do rei. Para os portugueses a Revolução só estaria consolidada com a permanência do rei em Lisboa, junto às Cortes. Isso, sem dúvida, voltaria a representar a preeminência portuguesa sobre o Império e deteria o processo de "brasileirização" do Reino Unido. Para muitos brasileiros, os mais avançados, a presença do rei no Rio de Janeiro representava um forte obstáculo à popularização das idéias de autonomia e, até certo ponto, de república.

Para outros, em primeiro lugar os portugueses que vieram com a família real em 1808, ou ao longo desse período, e tinham se enraizado no Brasil, o retorno do rei surgia como um risco de serem submersos pela maioria brasileira e temiam a perda de sua situação privilegiada. Era a situação, em particular, dos comerciantes e grandes proprietários urbanos. Para alguns brasileiros, representava um risco, imediato, da desaparição do Estado do Brasil, com a vitória de movimentos autonomistas nas províncias, com a grave possibilidade de fortalecimento dos setores mais populares.

Vários liberais sinceros aderiram ao movimento na esperança de encontrar, na assembléia, proteção e amparo para suas proposições de liberalização da vida brasileira.

A assembléia das Cortes exibia, entretanto, um desempenho mais e mais ambíguo e contraditório: a animosidade contra os brasileiros era bastante intensa e mesmo os nossos liberais não eram reconhecidos como iguais pelos "europeus". Em pouco tempo, começou a patentear-se uma forte dualidade na atuação da assembléia: de um lado a liberalização da vida portuguesa e a tentativa de extinguir as estruturas de Antigo Regime; por outro lado, a busca de restabelecer um estatuto diferenciado, subordinado, para o Brasil, inclusive com a volta de antigas práticas monopolistas que haviam caracterizado o colonialismo de Antigo Regime.

Tal reversão de expectativas não poderia ser tolerada pela articulação de forças decorrente da implantação da monarquia no Rio de Janeiro. Para a maioria dos setores envolvidos a autonomia alcançada deveria ser definitiva.

Os meses de março e abril de 1821 foram marcados por uma série de medidas das Cortes objetivando o retorno imediato do monarca e procurando evitar, a qualquer custo, a utilização do Brasil como área de manobra de João VI contra a Revolução.

No dia 26 de abril de 1821, o rei embarca de volta para Lisboa, malgrado sua própria vontade, atendendo aos interesses das Cortes, da burguesia metropolitana e dos elementos áulicos, com a rainha à frente, componentes da máquina governamental. Ganhava a burguesia liberal e "revolucionária" de Portugal e, de certa forma, os elementos mais avançados no Brasil, que continuavam a ver no rei um impedimento para a emancipação do país. Perdia a facção portuguesa residente no Rio de Janeiro, que por seu enraizamento no país não estava disposta, ou não podia, embarcar de volta ao reino e os moderados brasileiros, temerosos da República e da fragmentação política do país.

A própria notícia da possibilidade da partida do Rei provocara um imenso trauma na opinião pública do Rio de Janeiro. Liberais avançados como Silvestre Pinheiro Ferreira, José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo haviam-se reunido em uma "Junta Deliberativa" que assumisse as responsabilidades de governo junto do rei, evitando a ampliação dos poderes do monarca ou um vazio de decisões face à inexistência de uma constituição (malgrado o fato de o Príncipe ter levado João VI a jurar previamente a constituição). Assim, reúne-se, na praça do Comércio, uma assembléia de eleitores de paróquias – são os grandes proprietários rurais do interior fluminense capacitados a votar na eleição de deputados à assembléia – para decidir sobre as medidas a serem tomadas. A assembléia, tumultuada, longa e aberta ao público, decide-se pelo juramento imediato pelo Rei da constituição espanhola e por sua permanência no Rio, com o envio do príncipe para Lisboa. Uma delegação é enviada ao palácio da Quinta da Boa Vista, onde, após as hesitações de costume, João VI aceita o juramento e ordena a dissolução da assembléia. Como os eleitores exigem mais tempo para deliberar, o Conde dos Arcos, ministro do rei, e o príncipe Pedro ordenam a ação da tropa, que ataca a assembléia, deixando um saldo de três mortos e dezenas de feridos. Muitos se refugiam em navios ancorados à frente, no porto, e daí se exilam em Buenos Aires e Londres.

O rei nega seu pronunciamento anterior, nomeia o filho príncipe-regente e embarca, sob completo silêncio da cidade, de volta a Portugal. O longo e, até então, feliz relacionamento de João VI com o Brasil encerrava-se de forma melancólica.

As Cortes constituintes, liberais para Portugal, mostraram-se profundamente reacionárias para com o Brasil. Uma série de atos são baixados, todos tendentes a suprimir a autonomia do país conseguida com a instalação do Império no Rio de Janeiro. Por decreto de 24 de abril de 1821, as Cortes anulam o ato do rei que designara Pedro como regente. A 29 de setembro, dois atos extinguem importantes tribunais e várias repartições sediadas no Brasil, determinando, também, que o príncipe voltasse à Europa. A 19 de outubro, as Cortes designavam para cada capitania (as capitanias eram divisões administrativas da Colônia, que após a independência vieram a ser designadas como províncias) um Governador de Armas, diretamente subordinado a Lisboa, em flagrante restrição à autoridade do príncipe-regente. Pelo decreto de 18 de outubro, as Cortes decidem enviar mais tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco, cujo propósito, no primeiro caso, era submeter o Príncipe e fazer o Brasil voltar à condição de Colônia.

Excetuando-se as tropas portuguesas, decididas a exigir o cumprimento das ordens das Cortes e de parte de uma pequena facção da burocracia, temerosa de perder seus cargos, a maior parte da sociedade rejeitou os decretos. Toma vulto o movimento para reter o príncipe-regente e, caso as Cortes insistissem nos seus propósitos recolonizadores, para também convocar uma Assembléia Constituinte em separado no Rio de Janeiro. Aos poucos tornou-se evidente uma estratégia de Lisboa em lidar separadamente com as diversas províncias. Assim, o Grão-Pará e a Bahia mostravam-se inteiramente sob controle; Alagoas, Sergipe e a Paraíba pareciam seguir o mesmo destino, restando apenas, em estado de rebeldia, Pernambuco e o Ceará. Entretanto, Pernambuco – ainda sob o impacto da ação repressora da monarquia em 1817 – não se mostrava nem um pouco inclinado a submeter-se ao representante dos Braganças do Rio de Janeiro; Minas Gerais hesitava claramente entre o

apoio ao príncipe-regente e a plena autonomia. Apenas São Paulo, sob comando de José Bonifácio de Andrada e Silva, mostrava interesse em uma união com o Rio de Janeiro, sob a chefia do príncipe Pedro. No sul do país e na Cisplatina, a ação das tropas portuguesas apontava para a submissão ao regime constitucional português.

O conjunto de medidas recolonizadoras, de setembro e outubro de 1821, culminando na ordem de regresso do príncipe e no envio de novas tropas, delimitava claramente a política portuguesa: lidar com cada uma das províncias de forma a evitar a formação de um estado unificado sob o comando do príncipe-regente. Se assim acontecesse, teria Pedro as condições necessárias para reagir à política de Lisboa.

As lideranças paulistas articulam, ao lado do prestigioso Senado da Câmara do Rio de Janeiro, a permanência do príncipe no Brasil, em aberta rebeldia contra Lisboa. Para paulistas e fluminenses era grande o risco de desagregação do Brasil e de vitória das forças locais, particularmente em Pernambuco e no Sul, sob a égide do republicanismo. Para os grandes fazendeiros e comerciantes, tais forças, emanadas da pequena burguesia e do povo, representavam a anarquia, a possibilidade de se extinguir a escravidão e a luta aberta contra os portugueses radicados aqui. Assim, uma monarquia grande e forte, ainda mais representando a continuidade, sob o cetro dos Braganças, era a mais importante garantia da "ordem".

Para o Príncipe, o Brasil representava a autonomia face às Cortes e a limitação do poder real. O rei era considerado um "prisioneiro" das Cortes e o constitucionalismo um episódio a ser superado – sua oposição, muito mais às Cortes do que à existência de uma Carta Constitucional, poderia levar a uma negociação da qual emergiria um regime bastante favorável à monarquia.

Os planos iniciais do "partido brasileiro" previam uma união dinástica, como as da Áustria-Hungria ou Suécia-Noruega, onde o traço de união entre os dois Estados estaria em uma Carta comum e na dinastia reinante. Por algum tempo, os deputados brasileiros chegaram a pensar em trocar privilégios econômicos por direitos políticos. Porém, logo perceberam a inutilidade da sua própria presença, de resto bastante minoritária, na assembléia.

A ação de paulistas e fluminenses culmina em uma petição pública dirigida ao príncipe, pelo Senado da Câmara, no sentido de conservá-lo no Rio de Janeiro – a petição do Fico, assim conhecido pela resposta do príncipe-regente, em 9 de janeiro de 1822. Sob impacto do júbilo popular, Pedro demite o gabinete deixado pelo pai e nomeia outro, presidido pelo paulista José Bonifácio de Andrada e Silva. Controlando os ministérios do Reino, equivalente a "Interior" e Estrangeiros, tinha José Bonifácio, um monarquista liberal e moderado, os instrumentos necessários para garantir a autonomia do Brasil. A tarefa imediata residia em evitar a fragmentação política, com a adesão das províncias a Portugal, ou – pior ainda – a independência de algumas sob forma republicana.

A reação do "partido português" não se faz esperar: a poderosa Divisão Auxiliadora, tropas comandadas pelo general Avilez, intimam o príncipe a obedecer às decisões das Cortes. O regente reúne as tropas fluminenses disponíveis e ordena a retirada de Avilez para Portugal, o que por fim se realiza. Entretanto, Lisboa prepara novas forças militares, que são despachadas para Pernambuco e Rio de Janeiro. Urgia conseguir recursos e uma plataforma mínima de apoio para reagir à intervenção militar portuguesa.

O príncipe-regente, seguro do apoio paulista e fluminense, viaja para Minas Gerais, exaltando o sentimento local de "brasilidade" e a necessidade de união. Altera a Junta Governativa local, prestigia as figuras ilustres da política mineira e solicita tropas e dinheiro para reagir contra Portugal.

A união do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais garante, enfim, uma sólida base de apoio para o "partido brasileiro" e o regente. As três províncias do Sudeste, em fase de rápida expansão da economia cafeeira, fornecem homens e recursos para o Príncipe montar as bases do novo Estado. O porto do Rio de Janeiro e seus comerciantes, lusos em grande parte, temerosos da recolonização e do fim do livre-cambismo, assim como os fazendeiros, temerosos, por sua vez, do "tumulto e da desordem" que poderiam sobrevir à partida do regente, fornecem os recursos de que José Bonifácio necessitava para pagar as tropas e contratar os serviços de mercenários para a luta.

O retorno da família real a Portugal altera, significativamente, a composição de forças existentes no Brasil: o elemento português enraizado nos portos, nas casas comerciais e mesmo na agricultura teme que o retorno do jovem príncipe o deixe só frente ao elemento nacional hostil; os brasileiros liberais temiam, com a partida do príncipe, o fortalecimento dos movimentos radicais, de cunho republicano, que levariam o Brasil a uma "via latino-americana" de autonomia, com a formação de várias repúblicas independentes. Para o setor dominante do Sudeste, os fazendeiros e comerciantes do Rio, São Paulo e Minas Gerais, um governo radical apresentaria a possibilidade de extinção da escravidão e, talvez, uma alteração do regime fundiário. Tal temor ecoava nas capitanias como Pernambuco, Bahia ou Maranhão, onde os grupos dominantes temiam o acesso à cena política dos grupos subalternos (negros, libertos, mestiços), que poderiam repetir aqui um perfil "haitiano" de independência. A cisão dos grupos dominantes era compreendida como a forma mais fácil de promover a aparição dos grupos subalternos como protagonistas políticos.

Oliveira Lima, especialista em História da Independência, avaliou a formação de um forte bloco brasileiro em torno do príncipe Pedro como uma *transação* entre o elemento nacional avançado, embora não radical, com o elemento reacionário, no caso o forte "partido português". Tais grupos, liberal e conservador, mantinham sua aliança de forma conjuntural, visando à conquista da independência e evitando, no mesmo tempo, uma revolução.

Tais grupos defendiam projetos diferenciados para o país. Uns, como Gonçalves Ledo, defendiam a convocação de uma Assembléia Constituinte para o Brasil. Outros, como José Bonifácio, temiam a soberania popular e defendiam maiores poderes para o príncipe, preferindo a convocação de um Conselho de Estado, formado por procuradores provinciais.

O grupo de Ledo toma a dianteira dos acontecimentos. Já havia sensibilizado o príncipe ao liderar o movimento pelo "Fico". Posteriormente, em maio, organiza outro que termina por aclamar o regente como Defensor Perpétuo do Brasil. A 3 de junho, ao que parece influenciado por esse grupo, Pedro convoca a Assembléia Constituinte e manda proceder às eleições.

O grupo conservador não assistia a esses acontecimentos passivamente. O ministro José Bonifácio, por portaria de 10 de abril, criou dois cargos de ajudantes do Intendente Geral de Polícia da capital, com a atribuição explícita de vigiar as pessoas, cercar casas e clubes políticos e prender os suspeitos. Outro decreto, de 18 de ju-

nho, criou tribunais especiais para os delitos de imprensa, com competência para atribuir penas severíssimas. A 3 de julho, um irmão de José Bonifácio, Martim Francisco, conhecido pelo seu reacionarismo, vem a ser nomeado ministro da Fazenda.

Foi, exatamente, o crescimento da influência do grupo de José Bonifácio que fez eclodir, em São Paulo, um movimento de oposição ao poder local dos Andrada e Silva. O príncipe é convencido a viajar até São Paulo visando à pacificação da província, para poder consolidar seu próprio poder, o que, ademais, favoreceria o grupo de José Bonifácio.

É ao longo dessa viagem, e sob influência da princesa e futura imperatriz Leopoldina de Habsburgo e do próprio José Bonifácio, que Pedro decide-se pela plena autonomia. Junto ao riacho do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, declara o país livre da "tirania" das Cortes, proclamando "Independência ou Morte".

Doravante, a luta se travará em dois planos: externamente, contra Portugal, pela manutenção da autonomia e, internamente, contra os projetos mais radicais de independência tendo como alvo os grupos liberais avançados, como o de Gonçalves Ledo e os republicanos.

Nessa luta, José Bonifácio desempenhou um papel-chave, reprimindo seus rivais e dotando o novo país de meios eficazes para combater os portugueses e os republicanos.

Levantando homens e recursos junto aos grandes proprietários do Sudeste, conseguiu reerguer as finanças do país – principal obra de seu irmão, Martim Francisco de Andrada e Silva, enquanto ministro da Fazenda – e financiar mercenários para lutar pela conquista das províncias do Norte e do Nordeste que ainda se encontravam sob ocupação portuguesa ou buscavam sua própria autonomia.

Assim, travou-se áspera guerra na Bahia durante mais de três anos, com a larga utilização de mercenários ingleses, franceses e alemães, para a anexação da então mais importante província. A conquista da Bahia trouxe junto Alagoas e Sergipe d'El-Rey e reforçou a situação do Rio de Janeiro na província do Ceará, onde lideranças locais remanescentes do levante de 1817 apoiavam a independência e o imperador. Do Ceará se marcha sobre o Piauí e depois, por terra e mar, se combate até a captura de São Luís do Maranhão.

O saldo de mortos, da Bahia ao Maranhão, já era bastante elevado.

A conquista da última província renitente, o Grão-Pará, iria aumentar em muito o rol de violência da independência.

Contra o Grão-Pará, que se decidira pela união com Portugal, foi enviado o mercenário Pascoe Grenfell, sob ordens do almirante *Lord* Cochrane, contratado por José Bonifácio. Indistintamente, liberais, unionistas ou não, foram perseguidos por não aceitar ordens de Grenfell, resultando em um saldo de mais de 1.300 vítimas, dos quais 252 mortos por sufocação por cal virgem lançada no porão do brigue *Palhaço,* onde estavam aprisionados por ordem de Grenfell.

Assim, a luta pela independência completava-se com a união em torno do Rio de Janeiro de todas as províncias, com o esmagamento de outros movimentos autonomistas ou da opção por Portugal. Tudo isso fora trabalho de José Bonifácio e de seu irmão Martim Francisco, que conseguiu levantar um empréstimo de 400 contos e impor uma arrecadação mais eficiente dos impostos, além da contribuição de fazendeiros e comerciantes, temerosos da anarquia política e social.

Um dos temas prediletos da historiografia brasileira, a via pacífica para a independência – sob a égide do príncipe Pedro – deve ser revista, como já o fez o historiador José Honório Rodrigues, demonstrando a violência e crueza que revestiu a luta pela emancipação. Como corolário devemos destacar que a manutenção da unidade do Brasil, sempre comparada com a divisão da antiga América espanhola, deve ser creditada ao gênio organizatório e financeiro dos Andrada, que, apoiados pelos grupos dominantes do Sudeste, bem como por inúmeros núcleos de nacionalistas nas províncias, conseguiram impor, *manu militari,* a união em torno do Rio de Janeiro.

Foi nesse clima de repressão que atingia a todos os recantos do país que o imperador foi coroado, a 19 de dezembro de 1822, em meio a uma cerimônia pomposa que lembrava as do Antigo Regime. Terminado o ato litúrgico e ainda paramentado, o jovem monarca dirigiu-se à multidão e pronunciou a célebre frase: "Juro defender a Constituição que está para ser feita, se for digna do Brasil e de mim." Com essa frase, Pedro I mostrava ter aderido à facção mais conservadora de José Bonifácio. Não reconheceria a soberania popular nem a submissão do rei à Constituinte, como proclamaram as Cortes portuguesas e defendia o grupo de Ledo.

A vitória da facção conservadora influiria na criação de um clima tenso quando da instalação da Assembléia Constituinte, a 17 de abril de 1823, com o boato de que seria dissolvida, caso não se conformasse aos interesses da monarquia.

O imperador não estava só. Os principais atores políticos eram os portugueses, em maioria na burocracia e no grande comércio, e os brasileiros proprietários das grandes fazendas voltadas para o mercado externo. Para esses dois grupos, os interesses que os levaram a apoiar a autonomia ou a independência não se coadunavam com a vitória de grupos como o de Gonçalves Ledo, cujas teses "radicais" soavam como estopim de concessões cujas conseqüências seriam imprevisíveis. A Pedro I, nesse contexto, cabia a tarefa de ser o fiador da aliança entre brasileiros e portugueses e de, também, impedir que o liberalismo mais avançado popularizasse uma plataforma reformista.

Ao ser proclamada a independência por Pedro I, essa se fazia nos marcos do pacto preestabelecido, ou seja, do respeito à soberania do príncipe e da manutenção da aliança entre brasileiros e portugueses, contra as forças populares e os elementos radicais. A Assembléia Constituinte ousou desrespeitar esse pacto. Deputados exaltados atacaram os portugueses, entre esses Antonio Carlos de Andrada, que passou a hostilizá-los após a demissão de seus irmãos (José Bonifácio e Martim Francisco) dos ministérios que ocupavam. Ora, portugueses eram o próprio imperador, os ministros da Guerra e da Justiça, a alta oficialidade militar, nobres a serviço do Paço e figuras de grande projeção econômica e política.

A 29 de julho, a Assembléia aprova uma lei que isenta os atos da Constituinte de sanção imperial, mais tarde repreende o monarca por ter dado títulos de nobreza, proibindo novas concessões. Posteriormente, a 2 de setembro, retira-lhe o direito de veto e de dissolução da Câmara.

Finalmente, o imperador resolve fechar a Constituinte. No dia 12 de novembro, as tropas cercam o prédio e forçam a sua evacuação. No decreto imperial constava:

> Havendo Eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, por decreto de 3 de junho do ano próximo passado, a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes, e havendo a dita Assembléia perjurado ao tão solene juramento que prestou à Nação de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia: Hei por bem, dissolver a mesma Assembléia...

O projeto de Constituição que, até então, estivera em pauta previa um forte controle do parlamento sobre o soberano e um certo grau de autonomia das províncias. O imperador, que já se insurgira contra as Cortes Constitucionais de Portugal, repetia o mesmo feito contra a Constituinte do Império.

No dia 25 de março de 1824, o imperador jurava a Constituição que mandara redigir e que formalizava o antiga pacto. Por ela, o monarca foi considerado inviolável e sagrado, não podendo ser responsabilizado por seus atos (art. 99) e todos os portugueses residentes no Brasil que aderiram à independência foram considerados brasileiros (art. 6, § 49).

Em março de 1826, o imperador abre os trabalhos da primeira Assembléia Geral Legislativa. Dessa data até 1831, ano em que iria abdicar em favor de seu filho Pedro de Alcântara, assiste-se a um crescente confronto entre a Câmara dos Deputados e o monarca.

A Câmara convoca ministros para prestar esclarecimentos. Abre inquérito contra os principais auxiliares do imperador. Critica o monarca e quer rever muitos de seus atos. Coadjuvando a Câmara, a imprensa não cessa de atacar o governo e o próprio chefe de Estado.

O Imperador reclama continuamente do abuso da imprensa e manda processar o jornalista Borges da Fonseca. Entretanto, o assassinato de outro jornalista, Libero Badaró, aumenta as críticas à sua pessoa e ao seu governo.

Em pouco tempo, a questão sai da tribuna e dos jornais e espraia-se pelas ruas. Partidários dos dois lados entram em choques violentos, um dos quais, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como "Noite das Garrafadas", quando elementos portugueses atacam oponentes do imperador.

Finalmente, a 7 de abril, diante do povo revoltado e das tropas brasileiras amotinadas, Pedro I abdica. Pelo fato de o herdeiro ter apenas cinco anos de idade, instala-se um governo regencial.

Com a abdicação, completa-se o processo de independência. Os portugueses que ocupavam os principais postos da administração pública são substituídos por brasileiros. O grupo brasileiro, ao desvencilhar-se do imperador e seus auxiliares, passava a controlar sozinho o aparelho de Estado.

A AÇÃO LIBERAL E A REAÇÃO CONSERVADORA

Passado o 7 de abril, definem-se três tendências principais. À direita, em torno da *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira,* postam-se os restauradores, ou *Caramurus,* que são contra as reformas e anseiam pela volta de Pedro I ao trono. À esquerda, na *Sociedade Federal,* estão os liberais exaltados, *farroupilhas ou jurujubas,* que exigem mudanças profundas e chegam a apelar para movimentos de rua ou para ten-

tativas de sublevação dos escalões inferiores das forças militares. No centro, com a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*, estão os moderados, *chimangos*, que não têm um projeto preciso mas não admitem a volta do ex-imperador nem os exageros da Sociedade Federal. Para esses últimos, em sua maioria, era importante a existência de uma Câmara dos Deputados forte para fazer frente aos arbítrios do Poder Executivo, já que o Senado, de nomeação imperial, era um órgão imprevisível e pouco confiável, tendendo muito mais para a conservação do que para mudanças.

Tanto liberais exaltados quanto liberais moderados estavam de acordo com a necessidade de alterar a Constituição imposta pelo ex-imperador, fazendo um acordo em favor de uma maior autonomia das províncias em troca da manutenção da unidade do Império. O próprio movimento republicano poderia ser esvaziado se sua principal exigência, a Federação, fosse, em parte, contemplada. A luta, doravante, será pela reforma da Constituição, como a única forma de manter o Império coeso.

No período regencial, entre 1831 e 1840, dá-se uma profunda agudização das crises políticas e sociais que haviam sido tão-somente contornadas durante o reinado de Pedro I. Mesmo assim, a demissão dos Andradas (com sua conseqüente expulsão do país), o fechamento da Assembléia Constituinte, o levante de Pernambuco, em 1824, e a perda da Província Cisplatina, em 1828 (ver mais adiante a Política Externa do Império), eram sinais, mais que evidentes, que o Estado Unitário Imperial, concebido por José Bonifácio, entrara em crise.

A própria demissão dos Andradas fora um ato precipitado do Imperador, rompendo a frágil aliança – *a transação* – que caracterizara a Independência.

A Constituição outorgada em 1824 estabelecia uma Câmara eleita, um Senado vitalício, dócil ao imperador, pois era por ele escolhido, e um alto grau de centralização das províncias em torno do Rio de Janeiro. Além de tudo, o Imperador dispunha de um "Poder Moderador", de forte inspiração positivista, que lhe permitia indicar gabinetes sem a devida aprovação parlamentar, que era buscada em uma nova eleição, feita sob a égide do novo governo estabelecido.

O resultado imediato da Constituição autoritária de 1824 foi o levante e tentativa de estabelecimento de uma República em Pernambuco. A denominada "Confederação do Equador", que buscou a adesão das demais províncias do Nordeste, foi destruída em pouco tempo – com a execução dos seus principais líderes – deixando, entretanto, uma profunda sensação de inconformidade.

Pouco depois, o imperador teria menos sorte em impedir a independência da Cisplatina – no mais, uma província de todo estranha ao país.

A permanente oposição da Câmara ao Imperador, bem como da imprensa, representava esse sentimento de inconformidade, particularmente expresso no medo dos brasileiros de que Pedro I aceitasse a coroa de Portugal, quando da morte do rei João VI. Mesmo depois da abdicação do imperador em favor de sua filha, a desconfiança manteve-se forte.

No mesmo ano da abdicação, 1831, avançam os liberais, que constituíam a maioria no governo, em direção à descentralização. A principal medida foi a criação, em 18 de agosto de 1831, da *Guarda Nacional*, uma milícia armada dirigida pelos grandes proprietários. Em verdade, a Guarda Nacional constituiu-se em uma das principais armas do regime imperial. Em um segundo momento, em 29 de novem-

bro de 1832, a aprovação do *Código do Processo Criminal* dava amplos poderes ao Juiz de Paz, eleito diretamente sob o controle dos senhores locais. Por fim, após inúmeras hesitações é aprovado, em 12 de agosto de 1834, o *Ato Adicional à Constituição*, que descentralizava o Império, criava assembléias gerais provinciais, extinguia o Conselho de Estado e transformava a Regência de trina em una, eleita pelo conjunto do país através do voto censitário.

Este conjunto de medidas caracterizará o predomínio liberal até 1837.

As reformas tentadas no período regencial – conhecido como uma "experiência republicana" – desataram forças até então contidas pelo unitarismo imperial. Quase que por todo o Império eclodiram revoltas populares que procuravam alterar a ordem política e social. No sul do país, o sentimento republicano e igualitário fez eclodir *a Revolução Farroupilha* ou a *Guerra dos Farrapos*, em 1835, mesmo ano em que os negros *maleses*, cultos e profundamente islamizados, se sublevaram na Bahia.

Já Pernambuco vinha sendo sacudido pela *Setembradal*, revolta liberal que eclodiu em setembro de 1832. O Ceará só retomaria à ordem imperial com a intervenção de mercenários, ainda em 1832.

Desde 1831 todo o Grão-Pará havia-se revoltado, com o levante dos índios, escravos e pobres – os *cabanos* – que lutariam até 1836. No Maranhão e no Piauí a situação é idêntica, com o levante liderado por um artesão de cestos, Manuel Francisco, e o negro Cosme Bento. Era a *Balaiada*, que duraria de 1839 a 1841.

A Bahia conheceria uma nova onda revolucionária com a *Sabinada*, revolta republicana liderada por Francisco Sabino, entre 1837 e 1838. Por fim, um último movimento de cunho nitidamente social eclode em Pernambuco, entre 1848 e 1849, com forte sentimento antilusitano. É a revolta *Praieira*, assim denominada por se localizar a sede do núcleo revoltoso na rua da Praia.

Ao lado dessas sublevações nitidamente populares, cujos nomes – *farrapos, cabanos, balaios* – bem comprovam a forte participação de camadas sociais estranhas ao ordenamento latifundiário-escravista, desenrolam-se levantes dos grupos minoritários da elite imperial. Assim aconteceu em São Paulo em 1842, em Minas Gerais no mesmo ano e em Alagoas em 1844.

A eleição prevista pelo Ato Adicional leva ao poder, como regente, o padre Diogo Feijó, liberal moderado, disposto a garantir a unidade do império.

A situação do país estava à época da regência do padre Feijó muito confusa. Além dos fatos anteriormente listados, que demonstravam uma certa falta de direção segura, uma série de revoltas assolava o território nacional, açuladas por motivações as mais diversas. Algumas pequenas, de pouca abrangência, e outras maiores, de grandes repercussões, tais como a Cabanagem, no Pará, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Premido pela oposição que sofria no Parlamento e sentindo-se sem condições de pacificar o país, Feijó resolve renunciar e entregar a regência a um dos líderes mais prestigiosos da facção moderada, Araújo Lima, que era o presidente da Câmara dos Deputados. Primeiro nomeia-o ministro do império (o primeiro na linha de sucessão do Regente) e lhe passa o cargo a 18 de setembro de 1837.

Essa mudança não era uma simples passagem de governo. Na verdade, ao entregar a regência a Araújo Lima, Feijó colocava o governo do Império nas mãos de uma facção moderada majoritária, acrescida pela aliança com os restauradores, den-

tro do qual sobressairia um grupo novo, do sudeste brasileiro, envolvido com a produção e a comercialização do café. De base agrário-escravista, esses *barões do café*, concentrados em grande parte no vale do Rio Paraíba do Sul, acabariam por controlar o aparelho de Estado, concertariam alianças com grupos influentes de outras províncias, "pacificariam" o país e iriam impor a ordem escravista e latifundiária. Essa fase, que se inicia em 1837 e só iria concluir-se em 1850, seria chamada de fase da "reação monárquica" ou de "domínio do princípio monárquico". Estávamos em "plena reação", exclamaria Justiniano José da Rocha, um publicista da época.

Chamavam a seu agrupamento de "regresso", mais tarde "conservador". Seu projeto político tinha como base o restabelecimento da autoridade central, por meio da revogação ou reforma das leis da "anarquia", e a defesa da integridade do Estado imperial, por meio da submissão dos grupos rebeldes, pela força, por acordos, pela corrupção e o clientelismo. Para alcançar seu objetivo, escudaram-se no carisma da monarquia, que muito habilmente promoveram e mitificaram, e na força militar que reorganizaram e enviaram a todos os pontos onde a autoridade governamental não era aceita.

O café tornava-se pouco a pouco o principal produto da pauta de exportação brasileira. Sua produção estimada no qüinqüênio 1821-1825 era de 487.594 sacas de 5 arrobas. Em 1826-1830 era de 1.618.202, chegando a 1836-1840 a 4.623.345 sacas de 5 arrobas.

Em termos de exportação, no conjunto da economia brasileira, Noya Pinto apresenta-nos o seguinte quadro:

BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (EM %) 1821-1860

Produtos	*1821-1830*	*1831-1840*	*1841-1850*	*1851-1860*
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2
Café	18,4	43,8	41,5	48,8
Couros e peles	13,6	7,9	8,5	7,2

Fonte: NOYA PINTO, Virgilio. "Balanço das transformações econômicas no século XIX", in *Brasil em perspectiva*. São Paulo, DIFEL, 1971.

O açúcar e o algodão, que eram os principais produtos da exportação brasileira, tinham sua produção concentrada fundamentalmente no Nordeste do país. Ao assumir o café esse papel de proeminência, dava-se a mudança do eixo econômico daquela região para o Sudeste, coincidentemente aquela na qual estava situada a capital do Império. O grupo ligado ao café, quer pela produção quer pela exportação (os *famosos comissários de café*), assume no novo bloco de poder a hegemonia que só seria contestada seriamente a partir do final do século. As demais regiões e seus respectivos grupos dominantes entrariam nesse grupo em posição secundária, porém concordes com os barões do café, porque, apesar das divergências eventuais, estavam unidos em torno da defesa da ordem e da manutenção da grande propriedade escravocrata.

O deslocamento do eixo econômico para o Sudeste e o surto da produção cafeeira serviram, também, para reproduzir no tempo o sistema escravista. A decadência do Nordeste, principal região escravocrata, que poderia implicar, como estava implicando, a superação daquela relação social de produção, foi paralela à expansão dos cafezais no Sudeste que têm, também, na escravidão sua principal forma de trabalho.

O café permite, também, melhor inserção do Brasil no comércio internacional.

Por todas essas considerações, a ascensão dos barões do café ao comando político nacional dava à sua hegemonia uma sólida base econômica. Se eles estavam comprometidos com a manutenção da escravidão enquanto forma principal de trabalho, estavam-no também com uma forma de Estado extremamente centralizado e oligárquico. Centralização político-administrativa e escravidão/latifúndio eram os alicerces em que se assentava o país. Os barões do café vincularam-se de tal modo a esses pilares que sua ruína foi a ruína do próprio regime, na medida em que se apresentavam – monarquia e cafeicultores escravocratas – aos olhos da nação como verso e reverso de uma mesma moeda.

A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM

Da regência de Araújo Lima até 1850, quando a última grande rebelião do Império, a *Praieira,* foi debelada, devemos levar em consideração três pontos básicos na história brasileira. Primeiro, a questão da desmontagem de uma legislação descentralizadora gerada após o 7 de abril e a aprovação ou reforma de leis, com vistas à centralização política e administrativa, ou seja, a reação conservadora contra a obra liberal do período de 1831 a 1837.

Segundo, a pacificação do país, não só contendo as revoltas herdadas do período anterior como as que depois grassaram, quase sempre como forma de contestação ao domínio do Partido da Ordem, como chamou Joaquim Nabuco aos homens que agora dominavam o *Império.*

Finalmente, o problema da sucessão e alternância de gabinetes ministeriais entre liberais e conservadores, até o gabinete de 29 de setembro de 1848, do marquês de Olinda (o mesmo Araújo Lima que foi regente), com perfil conservador bem definido.

Com relação ao primeiro tema, a centralização, o grupo do regresso (tem esse nome por querer voltar ao tempo em que as chamadas "leis da anarquia" ainda não existiam, isso é, antes de 1831) começa sua obra pela aprovação em 12 de maio de 1840 da *Lei Interpretativa do Ato Adicional.* Usando o argumento de que o Ato Adicional estava dando margem a interpretações errôneas, a Câmara explicita seus artigos, mudando radicalmente sua natureza. De descentralizador, o Ato passa a ser coadjuvante da centralização. A 23 de novembro de 1841, recria-se o Conselho de Estado, órgão de aconselhamento do Imperador e, na verdade, aquele que tinha influência decisiva nos negócios nacionais. A 3 de dezembro de 1941, aprova-se a *Reforma do Código de Processo Criminal,* pelo qual a polícia e a Justiça passavam a ser centralizadas. Em última instância subordinadas ao ministro da Justiça "no exercício da suprema inspeção que lhe pertence como primeiro chefe e centro de toda a administração policial do império" (§ 19, art. 1º, da lei de 3 de dezembro). A centralização se

completaria com a aprovação da Lei 602, de 19 de outubro de 1850, que colocava a Guarda Nacional também subordinada ao ministro da Justiça.

Foi em torno dessas leis centralizadoras que se definiu o quadro partidário entre conservadores e liberais, os dois partidos políticos que dominaram a cena no Segundo Reinado. Entretanto, a linha que os separava era muito tênue.

Os homens do regresso herdaram do período anterior a "Revolta dos Farrapos" no Rio Grande do Sul. Viram surgir a Balaiada, no Maranhão, a Sabinada, na Bahia, a revolta liberal de 1842 e a Praieira, no Nordeste. Para a pacificação do país enviaram tropas do Exército e da Guarda Nacional. Usaram da repressão mais severa ou da conciliação, com concessão de anistia aos rebeldes. Sobressai nessas campanhas a figura de um militar que simbolizaria o próprio Império: Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias. Caxias enquanto viveu serviu à monarquia e controlou o Exército; após sua morte inicia-se o processo de fricção entre os militares e o regime que levaria à instalação da República. Assim, o Estado Imperial lançava mão da força mas, ao mesmo tempo, da propaganda, reforçada pelas anistias (que dadas "à luz do dia são acompanhadas à noite pelos degredos", como nos diz o jurista Raymundo Faoro).

Entre 1840, ano da maioridade do imperador Pedro II, e 1848, ano da instalação do gabinete repressivo do marquês de Olinda, há uma sucessão de gabinetes apontados ora como liberais, ora como conservadores. Essa questão merece uma reflexão maior. O historiador não deve deixar-se levar por essa rotulação, talvez prematura. Em primeiro lugar, foi de 1840 a 1850 que se reconstruiu o Estado nacional em bases centralizadoras e, portanto, conservadoras, tal como desejavam os homens do regresso. Ora, a clara diferenciação entre liberais e conservadores ainda não possibilita a nitidez do final da década de 1850. Outra dificuldade refere-se à existência de dois tipos de liberais, uns que seriam mais radicais, os exaltados, e que não chegam ao poder, caso de Teófilo Ottoni, ou que chegam ao poder mas são destituídos dele tão logo tentam impor seu programa, caso de Paula Souza e Chichorro da Gama; outro tipo, embora rotulando-se liberal (muito mais por questões político-partidárias locais), não se opunha à aprovação de medidas conservadoras, na medida em que essas defendem interesses comuns consubstanciados na ordem interna, na preservação do latifúndio e da escravidão, alicerces da tese conservadora. Dessa forma, embora o movimento pela antecipação da maioridade imperial seja de base liberal, acaba por fundamentar o projeto conservador de preservação e mitificação da monarquia. O Gabinete Paula Souza, em 1848, com suas propostas radicais de reforma agrária, com a distribuição gratuita de terras públicas e outras reformas "exaltadas", duraria apenas quatro meses (de maio a setembro), o que demonstra os limites impostos aos liberais quando no governo.

O gabinete que se instala a 29 de setembro tem no seu seio a famosa trindade *saquarema*, ou seja, o que havia de mais conservador no Império: marquês de Olinda (Araújo Lima), Eusébio de Queirós e o visconde de Itaboraí (Rodrigues Torres). Sua tarefa era debelar a causa das reformas e reprimir os últimos movimentos de revolta que aqueles liberais radicais haviam iniciado. A Praieira (1848-49) foi a última grande revolta do Império. Com a sua repressão, os liberais, em sua quase totalidade, aderem ao jogo do poder imposto pelos conservadores.

O programa básico dos conservadores, como veremos a seguir, será a realização
 de amplas reformas, como a extinção do tráfico atlântico de escravos e a regulamen-

tação do acesso à terra – através da Lei de Terras. Assim, por meio de uma "Revolução Conservadora", o gabinete Araújo Lima, empossado em 1850, constituir-se-á em um marco na história do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Os dois maiores especialistas no período são José Murilo de Carvalho, com *Elite and state-building in imperial Brasil,* Stanford University, 1974, e Ilmar R. de Mattos, *O Tempo Saquarema,* São Paulo, HUCITEC/INL, 1987. Ver ainda FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*, Porto Alegre, Editora Globo, 1974; PANG, Eul-soo e SCKINGER, Ron L. "The mandarins of imperial Brazil", *Comparative Studies in Society and History,* v. IX, no. 2, 1972, pp. 215-244; URICOECHEA, Fernando. O *minotauro imperial,* São Paulo, Difel, 1978. Sobre as reformas de 1831 a 1850, ver LINHARES, M. Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *História da agricultura brasileira.* São Paulo, Brasiliense, 1981. Para uma visão de conjunto do período, ver MONTEIRO, H. de Mattos. *Brasil Império.* São Paulo, Ática, 1986.

CRONOLOGIA

1808 – Chegada da família real portuguesa ao Brasil;
1810 – Tratados de Comércio e Navegação e de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra;
1817 – Revolta Republicana em Pernambuco;
1820 – Revolução Constitucionalista do Porto;
1821 – Retorno de dom João VI a Portugal;
1822 – Proclamação da Independência;
1823 – O imperador dissolve a Assembléia Nacional Constituinte;
1824 – Outorga da Constituição Imperial; revolta Republicana em Pernambuco;
1826 – Primeira sessão parlamentar;
1831 – Abdicação do imperador; revolta dos cabanos, no Pará;
1832 – Aprovação do *Código do Processo Criminal;*
1834 – Ato Adicional reformador da Constituição imperial;
1835 – Início da Guerra dos Farrapos;
1837-1838 – Sabinada, na Bahia;
1839-1841 – Revolta dos Balaios;
1842 – Revolta Liberal em Minas Gerais;
1848 – Revolta Praieira, em Pernambuco.

ção das frações dominantes dessas mesmas oligarquias, dá-se, quase sempre, a violenta intervenção federal, visando com isso a manter o *status quo* federal.

No caso de a luta se travar nos pequenos estados, o governo federal se limita a observar o conflito e selar, novamente, o pacto oligárquico com a fração vencedora. Assim, por exemplo, a luta entre as famílias Murtinho e Ponce, em Mato Grosso (entre 1895 e 1899) acaba gerando uma violenta guerra civil, particularmente pela tomada da capital estadual, a cidade de Cuiabá. Durante os cinco dias de luta, entre 10 e 15 de março de 1899, o general Câmara, representante do poder federal (presidência Campos Sales, 1898-1902) se nega a qualquer ação que evite o massacre dos derrotados.

Houve estados, ainda, em que após um curto período de lutas, o poder é retomado pelo mesmo grupo que já no Império surgira como hegemônico: é o caso do Ceará. Os Nogueira Acioli, após um afastamento do poder entre 1889 e 1895, retomam o controle do estado de forma inconteste até 1912, quando o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) intervém em vários estados para desalojar oligarquias rivais (é a política das "salvações nacionais"). Em 1914, aliados a outros coronéis do *sertão,* os Acioli retornam ao poder, estabilizando-se até a Revolução de 1930.

O nepotismo constituía-se em um dos instrumentos mais eficazes para a reprodução do poder político local, não só através do emprego de familiares diretos, como através de apaniguados e clientes, o que de forma simultânea garantia a solidariedade pessoal e o controle eficaz sobre a máquina política. Assim, por volta de 1914, durante o governo de Acioli no Ceará, constavam da lista de pagamentos do governo 38 familiares do presidente do Estado, assim como dois senadores e dois deputados federais eram da mesma família.

No nível mais baixo da sociedade, o cidadão era o grande ausente da vida política, considerado como mero elemento legitimador das decisões da elite oligárquica. Assim, nas palavras de um especialista, Edgar Carone, o poder torna-se monopólio do grupo dominante, que possui suas raízes na posse da terra. Em suma, o "coronel é aquele que protege, socorre, homizia e sustenta materialmente seus agregados; por sua vez, exige deles a vida, a obediência e a fidelidade".

Mesmo assim, o povo, enquanto massa organizada contra o poder oligárquico, faz sua aparição na cena política. Os dois maiores movimentos de rebeldia em massa contra a República Velha foram os movimentos camponeses denominados Guerra de Canudos, na Bahia (1897) e a Guerra do Contestado (1915), no Paraná, que chegaram a pôr em xeque o poder militar da oligarquia e, por isso mesmo, sofreram dura repressão, até o extermínio. Em ambos os casos, desempenhou um papel-chave uma ideologia milenarista, de cunho salvacionista, o *messianismo.* Assim, esses desfavorecidos conseguiam forças para lutar, quase que de mãos nuas, contra os canhões do exército. Como sempre, e até hoje, a questão da posse e do uso da terra constituía-se no fulcro das lutas populares no Brasil.

No plano econômico, a dominação da oligarquia do Sudeste, particularmente do setor cafeeiro, sobre os principais órgãos federais foi a mais completa. A associação dos interesses agrários de São Paulo e de Minas Gerais, expressa na denominada "política do café-com-leite" (em alusão às principais produções dos dois estados), conseguiu pôr a serviço dos plantadores toda a máquina estatal, em especial no tocante à preocupação obsessiva com a manutenção dos preços do café. Assim, tal

como na política, os interesses diretos dos cafeicultores levavam a um rompimento, na prática, com o credo liberal, mesmo que ainda considerado como a doutrina oficial da República.

O Império havia sido identificado, no plano político, com o unitarismo – logo, em franca oposição ao federalismo – e, no plano econômico, com o intervencionismo. Agora, a República, que se reclamava federalista e liberal, não só intervinha nos estados quando achava necessário – como na época da política das salvações – como também, para manter a hegemonia do agrarismo, não hesitava em se utilizar dos mecanismos políticos para garantir os preços do café.

Os primeiros anos da República, é bem verdade, tinham representado um esforço de renovação da prática econômica do país, em especial no curto período de Rui Barbosa enquanto ministro das Finanças. Nesse sentido, o governo Deodoro da Fonseca (1889-1891) tentara elevar as tarifas aduaneiras (Decreto 836, de 11.10.1890, de Rui Barbosa) e facilitar o crédito industrial através da criação de bancos regionais, assim como suspender os empréstimos à lavoura cafeeira decadente (em especial a do Rio de Janeiro, atingida pela Abolição da Escravidão, em 1888). Tais empréstimos seriam substituídos pela criação de um Banco Hipotecário Nacional e de um Cadastro de Terras, base sobre a qual atuaria o Banco Hipotecário. Essa proposta modernizante de Rui Barbosa foi duramente atacada pelo setor agrário, tanto o novo, de São Paulo, como aqueles em crise, o do Rio de Janeiro.

Uma tarifa elevada, que favoreceria um esforço industrializante (embora o objetivo principal do ministro fosse principalmente fiscal), atingia o pacto que unia plantadores/casas comerciais/interesses imperialistas, dificultando a colocação dos produtos agrários brasileiros. Além disso, a transformação do crédito fácil, garantido pelo governo, em um mecanismo hipotecário, irritava imensamente todos os plantadores. Em particular, a criação de um Cadastro Geral de Terras que servisse de base para os empréstimos bancários e que transformaria a terra em um bem executável, não era aceito nem pela velha agricultura nem pelos proprietários mais dinâmicos. Na verdade, desde o período colonial que todas as dívidas dos plantadores eram executadas sobre os "frutos", e não sobre a terra. A inovação será um dos motivos básicos do afastamento do ministro e ascensão do grupo plantacionista.

A vitória do plantacionismo, do conjunto dos interesses agrários, após as presidências de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), se cristaliza na primeira presidência civil do país com Prudente de Morais (1894-1898), um republicano histórico estreitamente vinculado à cafeicultura de São Paulo.

A hegemonia agrária representa, em um primeiro plano, a preocupação básica com a valorização dos preços do café. Tal preocupação com o soerguimento da cafeicultura levará a uma busca incessante da estabilidade financeira e cambial.

A Federação redistribuirá os recursos fiscais da União em favor dos estados federados, que passam a receber uma boa parte da renda nacional. Ainda na gestão de Rui Barbosa, foram criados bancos regionais com poderes de emissão e de crédito barato, o que favorece o surgimento de inúmeras empresas urbanas e a inflação rápida do meio circulante. A guerra civil no Sul do país, em decorrência do choque de oligarquias, e a Guerra de Canudos na Bahia, aumentam os gastos federais, ao que vêm se somar os efeitos da crise mundial de 1892-1893 que se abate sobre o Brasil no início de 1895, acarretando baixa das exportações.

Os esforços estabilizadores de Prudente de Morais são seguidos por uma ampla reforma feita por Campos Sales (1898-1902), que renegocia a dívida externa, consolidada através de um empréstimo-monstro – o *Funding Loan*, de 1898. As finanças brasileiras passam a ser monitoradas pela casa N. M. Rotschilds & Sons, que assume o controle das alfândegas nacionais, ou seja, dos portos do Rio de Janeiro, Santos, Belém e Manaus.

O estreitamento das relações brasileiras com o grande capital favorece os interesses agrários e leva a uma significativa desindustrialização do país. A estabilidade financeira é alcançada através de uma maior vinculação ao imperialismo e à custa dos setores mais modernos da economia, porém estruturalmente fracos para impor seu próprio projeto econômico.

Após ser alcançada a estabilidade financeira, os setores agrários buscam a estabilidade da economia cafeeira. O valor médio por saca de café (60kg) passa de 4,09 libras em 1893, para 2,91 libras em 1896 e 1,48 libras em 1899. Apesar disso a produção continua aumentando, principalmente em função dos campos plantados durante os anos bons. Entre 1902 e 1905 a situação chega a seu ponto mais baixo, levando o governo a intervir. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais assinam, na cidade paulista de Taubaté, um convênio (o *Convênio de Taubaté*) que garante a compra do café por preço mínimo preestipulado, criando-se para isso um fundo especial provido pelos Rothschilds e os Schroeder, com garantias do governo federal.

No Nordeste, a crise atinge profundamente a produção açucareira, em particular em Pernambuco. A política governamental procurará aumentar o investimento técnico nas usinas e facilitar o controle dessas sobre os produtores de cana-de-açúcar, o que leva ao soerguimento de muitos senhores, aos quais se submetem os produtores. Como os estados do Nordeste não estavam tão bem organizados ou providos de meios para atrair imigrantes, que se localizam principalmente no Sul e no Sudeste, inicia-se uma forte pressão sobre o campesinato local. Na verdade, desde os últimos anos da escravidão, entre 1871 e 1888, o Nordeste vinha perdendo fortemente mão-de-obra para o Sudeste. Agora, a crise torna-se bem mais forte, dada a necessidade de prover de cana-de-açúcar as usinas. O latifúndio local exerce, então, fortíssima pressão – em particular em Sergipe, na Bahia, em Alagoas e em Pernambuco – sobre o campesinato que formara, desde o período colonial, uma franja de pequenos cultivadores entre a *plantation* e o sertão, visando a expropriá-los, e, assim, trazê-los para a órbita do latifúndio. Avançar sobre as terras camponesas foi, pois, uma das muitas respostas da grande plantação à crise. Não tanto pela ânsia de mais terras; porém, objetivando a desorganização do trabalho familiar e a ampliação de um mercado aviltado de mão-de-obra rural. As grandes fazendas de gado desempenham o papel de ponta de lança neste processo.

Tal "maré" de expropriações, em particular entre 1890 e 1920, explica, em parte, a abundância de movimentos messiânicos, milenaristas no Nordeste e a violência das lutas camponesas na região.

Na Amazônia, o extrativismo da borracha atinge seu auge, enriquecendo cidades como Manaus e Belém do Pará, riqueza atestada no fausto dos seus teatros de ópera – transportados desde a Europa até o interior da selva – e suas construções públicas em geral. Logo em seguida, vítima do seu próprio empirismo e da concorrência das plantações britânicas no Sudeste Asiático, a economia da borracha entrará

em crise. Por longo tempo, a Amazônia permanecerá isolada e com uma economia estagnada, à espera dos projetos madeireiros, mineradores e pecuaristas que irão destruir a selva a partir dos anos 1970.

As seções que agora se seguem – População, Transporte, Urbanização e Industrialização – irão fornecer uma visão de conjunto da economia republicana, destacando em especial as desigualdades regionais e seu aprofundamento.

POPULAÇÃO

Para que se possa ter uma visão melhor da evolução demográfica brasileira durante a República Velha (1889-1930), devemos nos reportar aos censos de 1872, 1900 e 1920, desdenhando o censo de 1890, por seu caráter absolutamente acrítico:

BRASIL: QUADRO GERAL DE POPULAÇÃO

Região	*1872*	*1900*	*1920*
Norte	332.847	659.112	1.439.052
Nordeste	4.708.160	6.749.507	11.245.921
Sudeste	4.116.756	7.704.133	13.654.934
Sul	733.486	1.796.495	3.537.167
Centro-Oeste	220.812	373.309	758.531
Total	*10.112.061*	*17.318.554*	*30.635.605*

Fonte: Repertório estatístico do Brasil, IBGE, 1986.

BRASIL:DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Regiões	*1872*	*1900*	*1920*
Norte	0,10	0,21	0,43
Nordeste	3,08	4,41	7,36
Sudeste	4,42	8,29	14,69
Sul	1,26	3,09	6,09
Centro-Oeste	0,10	0,17	0,35
Total	*1,20*	*2,07*	*3,59*

Fonte: Repertório estatístico do Brasil, IBGE, 1986.

Nesses 50 anos, observa-se a crescente liderança do Sudeste em relação às demais regiões brasileiras. A densidade demográfica do Sudeste, que em 1872 estava 1,34 à frente do Nordeste, em 1920 já chegava a ser o dobro. A população do Nordeste que em 1872 ultrapassava a do Sudeste, em 1920 estava mais de dois milhões abaixo.

Em 1940, somente o Sudeste concentrava 44,5% da população brasileira, seguido pelo Nordeste com 35,0% e pelo Sul com 13,9%. O Norte e o Centro-Oeste retinham, respectivamente, 3,6% e 3,0% do total do Brasil.

Além do crescimento vegetativo, importante elemento explicativo para essa tendência foi o forte movimento migratório. Incontestavelmente, o Sudeste e o Sul foram as regiões que mais atraíram imigrantes. Dos cerca de três milhões de imigrantes estrangeiros entrados no Brasil de 1884 a 1920, só o Sudeste recebeu cerca de dois terços. Em 1940, da população estrangeira residente no Brasil, o Sudeste concentrava 80,9% e o Sul, 14,5%, ficando as demais regiões com modestos 4,6%.

Comparada com outros países da América, como a Argentina e Estados Unidos por exemplo, a imigração estrangeira para o Brasil foi pequena. A importância das imigrações estrangeiras está menos no seu número, face ao crescimento vegetativo da população brasileira, do que na sua contribuição ao "fortalecimento da parcela economicamente ativa da população, contribuindo assim, de modo relevante, para a economia do país" (Villela e Suzigan, 1973:262). Tal consideração mostra, claramente, a dificuldade preconceituosa das autoridades nacionais em considerar o "elemento nacional" como um trabalhador útil. Ante a dificuldade de desestruturar formas de produção artesanais e camponesas, preferia o governo incentivar a vinda de estrangeiros, mais facilmente manipuláveis. Esses imigrantes foram fundamentais para os novos rumos da economia brasileira. Seu papel foi importante no crescimento da pequena produção voltada para o mercado interno, quer em se tratando da produção de gêneros alimentícios para os centros urbanos, quer em se tratando da sua participação no desenvolvimento industrial, como pequenos empresários ou profissionais dotados de qualidades técnicas que os habilitavam a serem operários especializados nas fábricas existentes ou que viriam a surgir.

Sua procedência era variada, porém três países lideram até a década de 1930 a liberação de mão-de-obra para o Brasil: de um total de 4.158.717 imigrantes entrados no país entre 1884 e 1939, a maior parcela provinha de Portugal (1.502.394), seguido pela Itália (1.412.263) e Espanha (581.718). O quadro a seguir permite-nos visualizar o deslocamento espacial desses estrangeiros que entraram no país preferencialmente para o trabalho agrícola (principalmente a oferta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira) e deslocaram-se para outras atividades:

Brasil: Mão-de-Obra Estrangeira (em %)

Atividades	*1872*	*1900*	*1920*
Agricultura	55,2	43,9	44,9
Indústria	10,1	8,0	24,2
Serviços	34,7	48,1	30,9

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, 1973: 272.

As migrações de nacionais dentro do Brasil são de natureza diversa. Não houve nenhuma política deliberada do governo em organizá-las e estimulá-las, pelo menos até a década de 1930. Geralmente, os migrantes provêm de regiões com problemas de ordem econômica, somados à seca no Nordeste, como foi o caso da crise da economia nordestina.

Regiões conhecidas como aquelas que perdem população são o Nordeste, Minas Gerais e o interior do estado do Rio de Janeiro. Como aquelas que recebem população encontramos a Amazônia, na época do surto da borracha, o estado de São

Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, se bem que se observa estarem ocorrendo migrações em todos os sentidos e direções.

Até 1912, destaca-se a emigração para a Amazônia por força do surto de extração da borracha das seringueiras nativas. Entre 1890 e 1900 a região recebeu mais de 110 mil pessoas, com preponderância de nordestinos. Nesse período, foi, também, significativo o número de emigrantes da Bahia e Minas Gerais para o Centro-Oeste. Para a cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, destacam-se os emigrantes do interior do estado do Rio e de Minas Gerais. Para os estados de São Paulo e Paraná, sobressai o emigrante nordestino e o mineiro.

De qualquer forma, destaca-se o fato de que as migrações internas, nesse período, foram mais no sentido rural-rural do que na direção rural-urbana, com uma única exceção, o caso do Rio de Janeiro.

OS TRANSPORTES

Uma visão geral da evolução histórica do sistema de transportes no Brasil, entre 1850 e 1950, mostra-nos sua precariedade. Diante da vastidão de seu território, quando se observa na década de 40 desse século a pequena extensão das vias férreas e de estradas pavimentadas é que se pode verificar o quanto o país encontrava-se aquém de suas necessidades. Até o advento das ferrovias, as mercadorias eram tradicionalmente levadas aos portos em lombo de burros, cuja utilização decrescia na medida da entrada daquele novo meio de transporte na região produtora. Entretanto, a expansão da rede ferroviária, apesar de relativamente rápida em termos absolutos cobria uma área de fato pequena. Os 17.650km de vias férreas em 1907 e os 34.206km em 1938 são muito poucos se levarmos em consideração os oito milhões de quilômetros quadrados do território do país.

A expansão dessa malha ferroviária objetivava inicialmente a agilização da exportação do café, paralelamente a um programa de melhoramento dos portos, realizada através de fortes investimentos estrangeiros, como nos portos de Manaus, Belém do Pará e Rio de Janeiro, controlados pelo imperialismo britânico. Excetuando-se o caso de linhas menores, a primeira grande estrada de ferro foi a E. F. Dom Pedro II, depois a E. F. Central do Brasil, que atendia à região cafeeira do vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. Seguindo-se construções de linhas ferroviárias para atender a regiões produtoras e ligá-las mais rapidamente aos portos, construindo-se verdadeiros corredores de exportação no Rio de Janeiro e São Paulo. Os pontos iniciais dessas primeiras ferrovias foram os portos de Santos, em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Em 1907, nossa malha ferroviária atingia 17.605,217km, assim distribuídos:

Região	*Malha Ferroviária (km)*
Norte	212.596
Nordeste	3.613.952
Sudeste	11.019.954
Sul	2.758.715
Centro-Oeste	
Total	*17.605.217*

Como podemos observar, do total mais de 60% encontrava-se no Sudeste. Até 1907, a região recebera maior atenção do governo central do que as demais, ainda mais quando se leva em consideração que, em grande parte, essas ferrovias foram construídas com recursos governamentais ou com garantias de juros dadas pelos governos federal ou estadual. Essa tendência não seria revertida, pois em 1945 cerca de 70% das ferrovias encontrava-se nessa região, em um total de 35.280km de estradas de ferro instaladas.

Quanto às rodovias, a situação era pior que a das ferrovias. Muito pouco se construiu até os anos 20, destacando-se a *Estrada União e Indústria,* inaugurada em 1861, e a Rio-Petrópolis, inaugurada em 1926. A partir da década de 1920 é que começa uma política governamental mais agressiva de construção de estradas de rodagem. Entretanto, tal como no caso das ferrovias, a maior concentração de rodovias foi nas regiões Sudeste e Sul, que detinham 66% do total nacional.

A ENERGIA ELÉTRICA

O quadro a seguir permite-nos algumas deduções. Observe-se a rápida expansão da produção de energia com base hidráulica, o que é explicado pela abundância de cursos d'água no país. Nota-se, também, o seu acelerado crescimento, passando dos minguados 37,58 em 1901 para os 1.243,877kW em 1940.

A distribuição dessa capacidade energética também não foi equilibrada. Mais uma vez o Sudeste vai liderar e, em 1940, de um um total instalado no país de 1.243,877kW, essa região ficará com 997,6kW, o que perfazia cerca de 80% do total do país. O quadro a seguir nos permitirá visualizar essa predominância do Sudeste.

BRASIL: POTÊNCIA INSTALADA EM KW
1883-1940

Anos	*Térmica*	*Hidráulica*	*Total*
1883	0,052	–	0,052
1900	5,093	5,283	10,376
1901	4,918	32,662	37,580
1910	32,729	124,672	157,401
1920	66,072	300,946	367,018
1930	148,752	630,050	778,802
1940	234,531	1.099,346	1.243,877

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, 1973:378-379.

BRASIL: CAPACIDADE GERADORA DE ENERGIA ELÉTRICA
POR REGIÕES (EM KW) 1920-1950

Região	*1920*	*1930*	*1940*	*1950*
Norte	5,7	10,0	15,7	16,0
Nordeste	39,3	82,8	122,9	133,3
Sudeste	297,6	623,8	997,6	1.062,1
Sul	23,9	59,6	100,2	121,5
Centro-Oeste	0,7	2,6	7,4	8,7

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, 1973:380.

Assim, podemos ver que a capacidade geradora de energia elétrica é um importante elemento indicativo do grau de desenvolvimento regional, posto que traduz o crescimento urbano e industrial.

O Sudeste não só lidera no conjunto do país, em termos de capacidade geradora instalada de produção de energia elétrica, como, no período em questão, distancia-se das demais regiões. Em 1945, de total nacional de 1.341kW, o Sudeste era responsável por 1.062,1kW, ficando as demais regiões do país com modestos 279,5kW.

Essa constatação torna-se um indicador respeitável para se aquilatar não somente a preponderância de industrialização do Sudeste, como também o vulto dos desequilíbrios regionais instalados a partir de tal processo.

A URBANIZAÇÃO

Até o censo de 1940 não se tem uma estatística precisa sobre a distribuição espacial da população brasileira, no que se refere à divisão entre rural e urbano. Mesmo depois não é muito fácil fazer-se essa distinção, posto que os censos consideram como população urbana aquela que vive em sedes de municípios, o que nem sempre dá conta da realidade. De qualquer forma, observa-se uma tendência à urbanização acelerada no período em estudo.

Entretanto, mesmo antes de se acelerar esse processo, nota-se que a população rural cresce a taxas bem menores do que o total da população brasileira. Paralelamente à crise das regiões agrícolas de culturas tradicionais, as regiões economicamente com melhor desempenho atraem os contingentes populacionais marginalizados pela manutenção da estrutura latifundiária. Se uma parte dessa população migra para o campo, uma outra parte sente-se atraída pelas cidades. Entre estas, aquelas que são as capitais regionais ou que representam etapas importantes dos "corredores de exportação" são as que mais atraem, pela perspectiva de emprego que podem oferecer.

Nessa primeira metade do século XX, o Sudeste não só vê crescer sua população como um todo, como apresenta um crescimento urbano maior do que as demais regiões. O Rio de Janeiro, capital federal, passa de 691.565 habitantes, em 1900, para 1.896.998, em 1939. São Paulo passa de 239.820 para 1.322.643 habitantes no mesmo período.

Esses números, entretanto, não podem ser generalizados para o caso brasileiro. Foi um fenômeno tipicamente do Sudeste. A população rural do Brasil correspondia, em 1940, a 68,6% da população total, e, em 1950, a 63,8%.

A população urbana que, em 1940, era de 12.945.641, passa para 18.782.891 em 1950. Representava, respectivamente, 31% e 36% da população total do país. No mesmo período, o Sudeste passa de 7.228.370 para 10.713.622, em termos de contingente urbano, significando, proporcionalmente, algo em torno de 17% e 20% da população nacional. Em números absolutos, enquanto a população urbana total aumentou em 5.837.250, a do Sudeste aumentou em 3.485.252, correspondendo a cerca de 60%. Ou seja, o crescimento urbano do Sudeste era proporcionalmente maior do que o relativo ao total do país.

Brasil: Distribuição da População Urbana Pelas Regiões
(Total da População das Cidades de 20 Mil Hab. e Mais)

Região	*1920*	*1940*
Norte	4,9	3,7
Nordeste	25,0	20,4
Sudeste	58,3	65,2
Sul	11,3	10,0
Centro-Oeste	0,5	0,4

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, 1973:303.

Brasil: Crescimento das Cidades (de mais de 20 Mil Hab.)

Região	*Número/Cidade*		*População*		*Taxa*
	1920	*1940*	*1920*	*1940*	*(%)*
Norte	3	2	223.775	231.527	3,5
Nordeste	20	15	1.138.105	1.268.019	11,4
Sudeste	38	27	2.653.211	4.043.306	52,4
Sul	12	10	515.618	624.793	24,7
Centro-Oeste	1	1	21.3600	23.054	7,9

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, 1973; 299.

Como se pode verificar nos quadros apresentados, o Sudeste mostra uma franca vantagem sobre as demais regiões não só em termos absolutos quanto em termos percentuais. Estava acontecendo o fenômeno descrito anteriormente, ou seja, esse processo de urbanização refletia um processo paralelo de crescimento industrial. No item a seguir, mostraremos os números que comprovam essa relação.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

O crescimento industrial no Brasil seguirá a mesma tendência verificada nos itens anteriores. O Sudeste apresenta-se como o *locus* privilegiado para a expansão de um parque industrial, caracterizando, assim, fortemente as desigualdades regionais.

Ao longo de todo o século XIX e mesmo por boa parte do século XX, expande-se a industrialização do Brasil.

No princípio, os interesses agrários não permitem que se adote uma política ostensivamente protecionista, com tarifas suficientemente elevadas para o desenvolvimento de uma indústria autônoma. O que se vê é a instalação de fábricas cujos artigos não sofrem a concorrência de produção estrangeira e que se beneficiam de um mercado consumidor restrito.

Todavia, à medida que os países industrializados vão qualitativamente reorientando sua produção, abre-se a possibilidade de expandir uma indústria nacional que se dedique à fabricação daqueles artigos "desprezados", ou cujo valor fosse pequeno e, portanto, de pouco interesse para o produtor estrangeiro. Foi o caso da fa-

bricação de tecidos de algodão, da sacaria para embalagem de café etc. Além do mais, o país vai pouco a pouco dispondo de matérias-primas abundantes a preço baixo e de capitais oriundos da exportação de produtos agrícolas, notadamente o café, que precisavam ser reinvestidos.

Na primeira metade do século XX, conjugam-se fatores excepcionais para o processo: capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria-prima disponível e barata, capacidade geradora de energia e um sistema de transportes ligado aos portos. Essa concentração de fatores tem no Sudeste – São Paulo, sobretudo – sua melhor conjugação e, na medida em que cresce e melhor se integra, a região vai receber os maiores investimentos, liderando a corrida industrial frente às demais regiões do país.

Entre 1920 e 1940, do total de estabelecimentos industriais do país, na região localizavam-se mais de 53%, mais de 67% da força motriz nacional eram ali utilizados, e mais de 64% da classe operária ocupada estavam também no Sudeste.

A industrialização brasileira não nasce como substitutiva de importações, em decorrência das crises internacionais, tais como guerras e depressões conjunturais. Em duas tabelas, apresentadas por Stein (1979:195) e Suzigan (1986:354-365), pode-se observar que a importação de maquinaria industrial, não só em termos de quilos (Stein) como em termos de libras esterlinas (Suzigan) reduz-se justamente na época das crises. A indústria brasileira nasce, fundamentalmente, a partir de capitais nacionais e aproveitando-se de condições favoráveis internamente. O que ocorre em épocas de crises é a utilização plena da capacidade instalada, e não a criação ou ampliação em número das unidades fabris de produção.

BRASIL: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
(NÚMERO)

Região	*1920*	*1940*
Norte	247	912
Nordeste	2.408	8.059
Sudeste	7.458	28.007
Sul	3.187	11.668
Centro-Oeste	36	772
Total	*13.336*	*49.418*

Fonte: CAMARGO, 1960:104-105.

BRASIL: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
(OPERÁRIOS)

Região	*1920*	*1940*
Norte	3.691	14.183
Nordeste	57.496	138.652
Sudeste	176.548	520.140
Sul	37.253	102.374
Centro-Oeste	524	5.836
Total	*275.512*	*781.185*

 Fonte: CAMARGO, 1960:104-105.

Brasil: Indústria
(Força-Motriz em Hp)

Região	*1920*	*1940*
Norte	4.475	16.931
Nordeste	44.853	187.828
Sudeste	212.442	795.419
Sul	47.948	180.779
Centro-Oeste	706	5.401
Total	*310.424*	*1.186.358*

Fonte: CAMARGO, 1960:110-111.

Desde o momento em que a indústria mostra-se rentável e que um mercado consumidor nacional (quase sempre de elite e concentrado em algumas regiões, como o eixo Rio-São Paulo) apresenta-se com razoável poder de compra, os capitais estrangeiros tendem a penetrar e a se instalar em atividades produtivas. Esses capitais são investidos em setores ainda não cobertos pelos nacionais, associam-se aos nacionais ou concorrem no mesmo ramo. Essa fase, que fica mais clara a partir da Primeira Guerra Mundial, coincide com a substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos da América no predomínio econômico sobre a América Latina. A substituição não era só de um país, mudava-se também a natureza da presença estrangeira. Os capitais ingleses destinavam-se preferencialmente ao setor terciário (estradas de ferro, companhias de seguros etc.) ou eram emprestados aos governos. Os capitais norte-americanos majoritariamente são aplicados em atividades produtivas, quer no setor secundário, quer no setor primário.

Uma indústria "tipicamente" nacional (com capitais nacionais) não terá tempo suficiente para se consolidar. A falta de uma política tarifária que a protegesse e a agressividade econômica dos capitais norte-americanos fazem com que, ao crescer, a indústria brasileira veja-se às voltas com o problema de desenvolver-se tendo que conviver com esse parceiro poderoso.

Ferreira Lima (1973:342-343) nos apresenta uma lista das principais empresas de capitais norte-americanos que se instalaram no Brasil, entre 1912 e 1929. (Ver lista mais adiante.)

Conforme o próprio Ferreira Lima, essas firmas estrangeiras aproveitavam-se de vantagens alfandegárias e da mão-de-obra barata para assegurar o mercado brasileiro para tais produtos. Usavam matéria-prima nacional ou mesmo importavam parte dela. O fundamental era que o produto fosse fabricado ou montado aqui, para se beneficiar dos baixos custos.

Com relação ao mercado que visavam a alcançar fica patente que era a fatia mais elevada, com melhor poder aquisitivo, ou o beneficiamento de artigos nacionais, como a carne, para exportação.

Opera-se uma forte divisão do mercado. Enquanto os capitais estrangeiros vão sendo investidos em atividades sofisticadas para atender a um mercado consumidor de elite ou o mercado externo (caso da carne), os capitais nacionais vão se especializar, preferencialmente, na produção de artigos leves, de baixo valor, para um mercado popular, de menor poder aquisitivo. Isso, sem esquecer os poucos casos em que investidores nacionais aliaram-se aos estrangeiros, formando empresas de capitais mistos.

Ano	*Nome da Sociedade*
1912	Amazon Land and Colonization
1915	The National City Bank of New York
1917	The American Chemical Works Inc.
1917	International Machinery Company
1917	United States Rubber Export Co. Limited
1917	Brazilian Tobacco Corporation
1918	American Steel Export Company
1918	American International Steel Corporation
1919	SS. White Dental Manufacturing Co. of Brazil
1920	American Coffee Corporation
1920	Ford Motor Company
1920	The Sydney Ross Company
1920	Bethlehem Steel Company of Brazil
1921	Davis & Co. Ltd. of Brazil Inc.
1922	Atlantic Refining Company of Brazil
1923	Firestone Tire and Rubber Company
1923	Universal Pictures Corporation
1923	American Steamship Agencies Co. Inc.
1924	Great American Insurance Co.
1924	Armour of Brazil Corporation
1924	Parke, Davis & Co.
1924	International Business Machines Co. of Delaware
1926	International Harvester Export Co.
1926	Metro Goldwyn Mayer
1926	Ingersoll-Rand Co. of Brazil
1927	Companhia Brasileira de Força Elétrica
1928	Goodrich Ruber Co. of Brazil Inc.
1929	General Tire & Ruber Co. of Brazil
1929	S/R Refinações de Milho Brazil
1929	Westem Electric Co. of Brazil
1929	First National Pictures of Brasil Inc.
1929	Pan American Airways Inc.

Aproveitando-se da ausência de leis que protejam o trabalhador e do seu fraco poder de organização, os operários das indústrias são superexplorados pela burguesia industrial em uma situação adiante, particularmente na década de 1920 e a partir da década de 1930 com alguma melhoria devido à legislação trabalhista que lhes foi concedida. De qualquer forma, baixos salários, precárias condições de vida, grande freqüência de doenças, fruto da desnutrição e da insalubridade, elevada taxa de mortalidade, péssimas condições de moradia, são o retrato da condição do trabalhador e dão uma idéia sobre a base da acumulação de capital no país, que repousa menos na elevação da produtividade do que na exploração absoluta da mão-de-obra.

CONCLUSÃO

O desequilíbrio setorial, representado pela longa duração (cerca de um século) da preponderância do café, gerou as condições para a industrialização, para a concentração demográfica e para a urbanização do Sudeste, em particular de São Paulo.

Desde então, entre o Sudeste e as demais regiões brasileiras, vão-se aprofundando as disparidades, à medida que cresce o parque industrial. A tendência será a especialização regional forçada, em função desse novo centro dinâmico da economia nacional, fornecendo matérias-primas ou alimentos, enfim, artigos primários em troca de manufaturados, reproduzindo internamente uma relação que já conhecíamos em termos de comércio internacional.

Mesmo dentro do Sudeste, a situação não foi também uniforme. As outras unidades federativas não puderam acompanhar São Paulo e ficaram em posição secundária. O Rio de Janeiro conserva ainda alguma proeminência, mas ficará sempre em posição inferior em relação a São Paulo. As demais não se beneficiarão dessa industrialização, a não ser muito precariamente e em um momento posterior.

BIBLIOGRAFIA

Há uma vastíssima literatura sobre a história econômica e social da República Velha – talvez um dos períodos mais estudados da história do Brasil. Entre os muitos títulos disponíveis destacamos para o estudo demográfico: CAMARGO J., Francisco, *Êxodo rural no Brasil.* Rio de Janeiro, Editorial Conquista, 1960; e COSTA, M. A. *(editor). Estudos de demografia urbana.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. Sobre a industrialização brasileira ver FERREIRA LIMA, H. *História político-econômica e industrial do Brasil.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973; LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo, Alfa Ômega, 1975; STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950).* Rio de Janeiro, Campus, 1979; VILLELA, Aníbal e SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945).* Rio de Janeiro, IPEA, 1973; DEAN, Warren. A *industrialização de São Paulo.* São Paulo, Difel, 1984. De um ponto de vista novo e original ver TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria. São Carlos (1850-1950).* São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1986. Sobre o Nordeste, a readaptação agrícola e a expropriação camponesa ver TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *A formação social da miséria. Posto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920).* Niterói, UFF, 1981; PERRUCI, Gadiel. *A República das Usinas.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; FACO, Rui. *Cangaceiros e fanáticos.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977; NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; PEREIRA DE QUEIROZ, M. Isaura. *Mandonismo local na vida política brasileira.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. Por fim, sobre as fontes para a história do período ver CARONE, Edgar. *A República Velha.* São Paulo, Difel, 1975.

PARTE B
ESTADO E SOCIEDADE: A consolidação da república oligárquica

Sônia Regina de Mendonça

Do ponto de vista político, o período da chamada República Velha caracterizou-se pelo predomínio inconteste dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas. Artífices do regime republicano em sua crítica à centralização monárquica acabariam por implantar, na prática, um regime político coerente com seus desígnios, consubstanciado na *federação* e baseado na maximização do poder das oligarquias estaduais, viabilizada a partir do coronelismo.

Respaldado doutrinariamente nos pressupostos do liberalismo clássico, o processo de construção do Estado republicano teria como um de seus pontos nodais o aperfeiçoamento de mecanismos que garantissem a simultaneidade entre a ampliação formal da participação política – face ao novo contingente eleitoral, uma vez eliminada a escravidão – e a exclusão real dos setores subalternos, aos quais não interessava incorporar à cidadania. A implantação da ficção liberal do sufrágio universal – desde que a todos os alfabetizados em uma população esmagadoramente rural e analfabeta, ilustra nossa afirmativa. Democracia e liberalismo excludente: eis o que resume o espírito do regime político em vigor no Brasil entre 1889 e 1930.

O federalismo consagrado na Constituição de 1891, ao conceder ampla margem de autonomia aos estados – que poderiam contrair empréstimos no exterior, ou ainda criar impostos interestaduais, por exemplo – se, por um lado, vinha ao encontro dos anseios dos republicanos "históricos", por outro servia para obstaculizar a consolidação inicial do novo regime, impedindo a definição das regras do *novo establishment.* Como o aponta Cardoso, a gangorra do poder oligárquico começaria a funcionar sem os "princípios" da monarquia, i.e., sem um poder estável para marcar os limites do jogo de forças. Com isso, abria-se a possibilidade da prática de "derrubadas" dos grupos regionais, sempre que alterada a composição do Executivo. Foi essa

a tônica dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, em meio a intensa turbulência político-social.

No bojo desse processo, articulavam-se as bases da institucionalização do *sistema oligárquico,* a partir da ação ininterrupta das lideranças civis "históricas" – i.e., paulistas – na articulação do retorno do poder às mãos dos civis. A tarefa de operacionalizar tal sistema coube a Campos Sales (1898-1902), organizando o jogo político de tal forma que às "chefias naturais" – expressões máximas da dominação oligárquica local – fossem garantidos mecanismos seguros de perpetuação e sucessão no poder. Dessa forma, por um artifício, o segundo presidente civil propôs um "pacto" oligárquico institucionalizador das lideranças – na verdade pessoais – desde o âmbito estadual ao federal.

Tentava-se garantir a reprodução do regime eximindo-o dos traumatismos e crises inerentes aos processos sucessórios em que "oposição" e "situação" se revezassem, desregradamente, no poder. Política dos Governadores foi o seu nome e consistiu na aplicação dos seguintes princípios: o reforço da figura presidencial (a despeito da independência dos poderes) e a solidarização das maiorias com os Executivos (estaduais e federal). Partindo do princípio de que o mesmo sufrágio que elege as primeiras deve eleger os segundos, reconhecia-se a "legitimidade" das maiorias estaduais, comprometendo-se o governo federal a não apoiar dissidências locais. Em contrapartida, isso significou, por todo o período, o compromisso das várias "situações" em apoiar a política e os candidatos presidenciais.

Assim, sem criar a figura do partido único – limitando-se à existência dos PRs (Partidos Republicanos) estaduais –, permitiu-se que as oligarquias locais consolidassem o poder em seu âmbito, chamando-se à Presidência a condução das grandes questões, com o apoio inconteste do localismo. Afirmava-se o Grande Clube Oligárquico responsável, doravante, pela estabilidade do regime republicano, dando respaldo à sucessão alternada, no Executivo federal, das lideranças provenientes de São Paulo e Minas Gerais (por muitos denominada de "política do café-com-leite"), quase sempre com o apoio das oligarquias dos demais estados.

A institucionalização do sistema oligárquico fez-se a partir de uma reapropriação do tradicional localismo, elevado ao estatuto de "sistema nacional" de dominação. Nessa engrenagem, restava às oposições uma sobrevivência apenas marginal, pelo menos até que os efeitos das transformações processadas na própria divisão social do trabalho, ao longo do período, assumissem foros e espaços de crítica política consistente, o que ocorreria na década de 1920. A partir daí, o regime estaria condenado por sua própria incapacidade em estabelecer alianças com outros parceiros.

O fator que propiciou a construção de uma política dos estados foi o coronelismo. Na medida em que seu pressuposto é a ascendência pessoal da figura do coronel (geralmente grande proprietário de terras) sobre "sua" população de agregados e trabalhadores, costuma-se, erroneamente, associar o fenômeno ao "apogeu" do poder privado no Brasil. A análise clássica de Leal demonstra, ao contrário, que a essência do compromisso coronelista entre o poder estatal (necessitado de votos) e o poder privado dos donos da terra decorreu, muitas vezes, da própria situação decadente desses últimos. Freqüentemente descapitalizados e aferrados a formas tradicionais de exploração da grande propriedade – sobretudo no Nordeste – os coronéis extraíam seu prestígio e ascendência do estatuto de proprietários,

que os habilitava a constituir lotes de "votos de cabresto" que eram alvo da barganha com a situação estadual para eleição de seus candidatos. Logo, a possibilidade do compromisso coronelista derivava, em última instância, da fraqueza financeira dos municípios, progressivamente atrofiados desde o Império. Com base nela, distribuíam-se os papéis implícitos na troca: ao chefe local cabia o apoio ao atendimento de certas demandas municipais, além de ampla margem de poder extralegal, concedida pelo executivo estadual; a este, os votos para as candidaturas oficiais. Incapacitado de ter acesso direto às massas rurais dispersas pelo interior – lembrando que a radiodifusão nem de longe transformara-se ainda em instrumento a serviço do poder – o poder estadual não prescindiria da figura do coronel enquanto intermediador necessário entre ele e os "cidadãos". Criava-se uma situação paradoxal, gerada da necessidade de adaptação dos resíduos do poder privado ao novo sistema representativo, configurando uma situação onde o privatismo era alimentado pelo poder público.

O fenômeno do coronelismo também apresentava uma faceta arbitrária e violenta, já que ele não impedia a emergência das oposições locais, em geral neutralizadas pela truculência oficial ou mesmo por vinganças encomendadas a bandos de capangas. Daí a prática da fraude eleitoral aberta, mancomunando políticos e coronéis governistas, em um arremedo de regime representativo resultante da transação entre as máquinas político-administrativas dos estados e os interesses políticos e econômicos dos donos da terra (ainda que fossem latifúndios improdutivos).

Por esses caminhos, consolidou-se a hegemonia do grupo cafeeiro paulista, tentando transformar em "projeto universal" interesses que só lhe diziam respeito. Daí decorreram as sucessivas políticas de valorização do café implantadas pelo governo federal ao longo do período. Voltadas para a elevação dos preços externos do produto por meio da contenção artificial da oferta – com os excedentes da produção comprados remuneradoramente pelo Estado – tais operações resultaram na socialização, por toda a sociedade, de perdas que deveriam caber ao setor. Ao mesmo tempo, entretanto, como não deveriam deixar de ser atendidos os interesses dos demais segmentos agrários – voltados para a exportação de outros bens ou para a produção de gêneros para o mercado interno –, procurava-se compensá-los contemplando-se às oligarquias menores ora com lugares estratégicos na composição de chapas presidenciais, ora no atendimento parcial de certas demandas especificamente regionais (como obras contra as secas no Nordeste, por exemplo).

Era exatamente nesses momentos que se revelava o caráter contraditório de tal sistema de dominação, sua força e sua fraqueza: para cumprir as funções de "Estado central", o governo federal estava limitado pelo próprio federalismo oligárquico, tanto no que diz respeito à sua base financeira – dado que os poderes estaduais arrecadavam impostos sobre as suas exportações – quanto ao desempenho de seus papéis coercitivos, em última instância a cargo das milícias estaduais.

Como se observa, a concentração monopólica do poder pelos grupos agrários não significou que constituíssem um todo monolítico e isento de conflitos intraclasse dominante. Em determinadas circunstâncias, a representação das oligarquias de "segunda classe" manifestava sua discordância das políticas eminentemente setoriais patrocinadas pelo Estado, reivindicando a extensão do intervencionismo a outros setores e/ou regiões. Abria-se a possibilidade de cisões oligárquicas, cujo apo-

geu se daria com a articulação em torno da liderança gaúcha para a derrubada do próprio regime em 1930.

Tampouco poderiam permanecer relegadas à excludência a participação das novas forças sociais emergentes ao longo do processo de complexificação da divisão social do trabalho então em curso: os setores médios urbanos e o operariado, cuja expressão quantitativa expandiu-se amiúde com o crescimento das cidades e da indústria. Formalmente mais liberadas da dependência direta dos setores agrários, viriam eles a ser os agentes articuladores de outro *front* de oposição ao regime oligárquico, denunciando sua faceta "corrupta" e pseudo-representativa. Às sucessivas crises cafeeiras e subseqüentes desestabilizações cambiais e financeiras, corresponderiam ondas de mobilização popular dos setores atingidos frontalmente pelo aviltamento salarial e crises de abastecimento. O duplo questionamento – de "baixo para cima" e intra-elites – do regime só faria acentuar-se no decorrer dos anos 20.

A CRISE DOS ANOS 20

A década de 1920 foi palco, no Brasil, da séria crise socioeconômica e política, cuja solução somente se daria, de fato, com a instalação do Estado Novo em 1937. Politicamente falando, tratou-se de uma crise de hegemonia que pode ser desdobrada em dois momentos: o primeiro, abarcando os anos 20, teve como sentido último a contestação à preponderância da burguesia cafeeira, culminando com a conhecida "revolução" de 30; o segundo estendeu-se pelo período de 1930 a 1937, assinalando, como o aponta Aureliano, uma crise de hegemonia em sentido estrito, na medida em que nenhuma classe ou fração de classe lograra o controle inconteste do aparelho de Estado. Para entendermos tal processo, é necessário resgatar os seus primórdios.

Em primeiro lugar é importante apontar que a concentração das atividades econômicas do país em áreas geograficamente definidas propiciou a formação de uma estrutura "regional" de classes, na qual as oposições de área geográfica, no seio da própria classe dominante, eram privilegiadas em detrimento das divisões setoriais entre burguesia agrária, comercial, financeira, industrial. Além disso, as várias frações da burguesia, por sua estreita integração a um mesmo e grande "complexo agrário-exportador" – ainda que com dimensões regionais – não chegaram a explicitar interesses políticos efetivamente autonomizados.

Tal unidade final de interesses pode ser igualmente percebida nas relações que mantinham entre si a burguesia exportadora e a burgusia industrial no interior do complexo cafeeiro, relações que implicavam, simultaneamente, solidariedade e oposição, uma vez que aquela última se constituíra a partir do núcleo do complexo. Dean, por exemplo, ao analisar o quanto as atividades industriais emergiram em São Paulo vinculadas aos negócios cafeeiros ou aos serviços a eles correspondentes, chama atenção para a freqüente concentração, em uma mesma pessoa, das figuras do fazendeiro, do intermediário do café e do industrial. Em nível de Estado, a compatibilidade entre setor cafeeiro e setor industrial revelava-se quando das políticas públicas de defesa do interesse agroexportador, já que, face aos mecanismos cambiais e/ou fiscais utilizados, o governo federal acabou por erigir – ainda que indiretamente – uma barreira protecionista que atendia razoavelmente aos interesses também da indústria.

Assim sendo, os industriais constituíram, ao longo da Primeira República, uma fração de classe com interesses específicos, porém limitados, aceitando a oposição de "parceiros menores" do núcleo agrário hegemônico. No momento em que a diferenciação setorial se acentuou durante os anos 20, a disputa explícita transpôs os limites da classe proprietária e travou-se entre a burguesia industrial e os setores médios urbanos.

O problema da incorporação ao sistema oligárquico das formas sociais subordinadas ao núcleo hegemônico leva-nos a considerar a participação dos setores médios urbanos e do operariado nesse processo. Com relação aos primeiros, vale lembrar o que é comumente apontado na literatura especializada sobre o tema, i.e., a natureza tradicional do grupo, para cuja formação contribuíram tanto segmentos aí alocados por "via descendente" (filhos de famílias proprietárias decadentes), quanto por "via ascendente" (ligados às profissões liberais e atividades no aparelho de Estado, empregados na área de serviços e comércio).

Tal característica explicaria, em si mesma, a dubiedade de seu comportamento político e visão de mundo. Dessa feita, se podemos constatar nos representantes dos setores médios críticas efetivas ao regime político – sobretudo ao longo da década de 1920 – também é verdade que seu conteúdo inscrevia-se nos estritos limites do universo liberal de que partilham, pugnando, no máximo, pela purificação de seus princípios, sem que isso equivalesse, necessariamente, nem à plena realização da democracia, nem à possibilidade de alianças com os demais setores subalternos. Como o aponta Fausto, o único dos segmentos passível de ser aproximado a setores médios que teve expressão política efetiva no período – os tenentes – desenvolveu um programa elitista, ratificando o caráter legalista do liberalismo brasileiro.

Quanto ao movimento operário nesse período, convém apontar alguns de seus limites. Evidentemente, num país cujo regime baseava-se, em última instância, na possibilidade de controle sobre o campo – onde alocava-se a maioria esmagadora da população, submetida diretamente à grande propriedade e sob tutela da dominação pessoal do coronel, fica evidente o caráter secundário da mobilização política operária no conjunto. Esse mesmo parâmetro nos serve para indicar a primeira das determinações estruturais do movimento operário: seu caráter parcial e limitado, representando um pequeno setor no todo da população do país, "ilhado" nas poucas grandes capitais em processo de industrialização. De igual forma, um segundo fator contribuiria para cercear as possibilidades de organização do movimento: a preponderância dos imigrantes na configuração da classe, fazendo com que à condição de estrangeiros se adicionasse um projeto de ascensão social. Além disso, do ponto de vista doutrinário, deve-se ter em conta o papel pouco positivo desempenhado pelo anarquismo, corrente preponderante no seio do movimento – pelo menos até a emergência do Partido Comunista em 1922 –, cujos caráter obreirista e ênfase em temas de pouca receptividade no meio social – como o anticlericalismo e o antimilitarismo – dificultaram a organização política da classe.

A despeito disso, o movimento operário brasileiro, pelo poder disruptivo que representava, enfrentou a sólida aliança da classe dominante, que o reduzia, sistematicamente, a uma mera "questão de polícia", não de política, reprimindo-o pela força das leis (como a de expulsão aos estrangeiros) e da violência, recusando-se sistematicamente a conceder direitos trabalhistas (o que só ocorreria, de fato, no pós-30, por intermediação do Estado).

Nas marchas e contramarchas condicionadas pela própria dinâmica do processo de industrialização brasileira como, por exemplo o alto índice de ocupação do trabalho feminino e infantil –, o movimento operário teve sua fase de maior ascenso entre 1917 e 1920, acompanhando a onda de agitações sociais do imediato pós-guerra, caracterizando-se por elevado número de greves, bem como pelo afluxo, em certos casos, às organizações sindicais. À década de 1920 viria corresponder o refluxo do movimento, seja pela predominância da corrente que enfatizava os movimentos espontâneos da classe – recusando formas de organização mais estáveis e o jogo político-partidário –, seja pelo papel desempenhado pelas forças repressivas do Estado, bem como pela disputa movida aos anarquistas pelo recém-fundado Partido Comunista.

Impossibilitados de manifestação política autônoma, por todos os fatores analisados, os segmentos urbanos, ainda pouco diferenciados, mobilizar-se-iam e encontrariam canais de ressonância nos momentos de cisão oligárquica, ou seja, nos momentos de reorganização das alianças entre as frações da classe dominante. As rebeliões tenentistas da década foram o mais cabal exemplo da eclosão simultânea de questionamentos "de dentro" e "de fora" do pacto político, alastrando-se a rebeldia desse setor intermediário da oficialidade militar justamente quando, em 1922, as oligarquias do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro uniram-se contra a candidatura do eixo Minas/São Paulo formando a Reação Republicana.

A historiografia contemporânea sobre o tenentismo divide-se em torno de três posições. Para a maioria dos estudos é a determinação classista do movimento dos tenentes a mais acentuada, sendo-lhes atribuída a condição de representantes ou porta-vozes dos setores médios, inconformados com sua exclusão do jogo político e, supostamente, aliados dos segmentos industrialistas (posição de Virgílio Santa Rosa, por exemplo). Já outros analistas apontam ter sido, justamente, a especial inserção do grupo no aparelho de Estado – i.e., sua dimensão funcional – que lhe propiciou refletir, no conjunto, a crise do regime e do sistema de dominação (como Bóris Fausto, por exemplo). Finalmente uma terceira posição prefere conciliar ambas as dimensões – classista e funcional – do movimento na avaliação de seu significado e desdobramento. Em torno de um aspecto, entretanto, dá-se o consenso: o tenentismo teria produzido, inquestionavelmente, uma inflexão na vida política brasileira, deixando uma marca que persistiu depois de seu próprio desaparecimento enquanto movimento organizado: a incorporação do uso da violência enquanto instrumento político, aliando-se ao exercício do papel arbitral e "purificador" do Exército na defesa e manutenção do(s) regime(s). Não é à toa, por certo, que Coelho denomina o golpe militar de 1964, significativamente, de "segundo tenentismo".

Portadores de um ideário altamente elitista – voltado ao mesmo tempo para a purificação das Forças Armadas e da sociedade como um todo –, os tenentes apresentavam um programa de traços autoritários e nacionalistas, defendendo a maior centralização do Estado, a uniformização legislativa e o ataque à oligarquia paulista, o que poderia, em princípio, parecer bastante sedutor também para segmentos das oligarquias estaduais dissidentes. Já quanto às camadas populares urbanas, se por um lado o tenentismo tornara-se um catalisador das esperanças de alteração da ordem vigente, por outro, ao auto-identificarem-se como o agente da "salvação nacio-

nal" em nome e no lugar do "povo inerme", deixava claras as razões de sua precária vinculação com tais setores.

Entretanto, quando em 1925 a rebelião militar começou a ultrapassar o âmbito do urbano, articulando sua longa marcha de 24.000km pelo interior do país para "manter viva a chama da revolução" – a legendária Coluna Prestes –, os segmentos oligárquicos de pronto encontraram os termos de seu realinhamento, garantindo, ao candidato governista eleito, efetivo prestígio. A ampliação das alianças para a derrubada do grande clube oligárquico deveria esperar até nova manifestação da crise cafeeira, com seus sintomas e remédios "clássicos": intervenção governamental, acompanhada de políticas emissionistas e de desvalorização cambial; elevação do custo de vida; questionamento intra-oligárquico e mobilização social. No interregno, o sistema político manter-se-ia em equilíbrio instável, acumulando as contradições que somente seriam superadas à custa de sua própria negação, em torno da crise de 1929.

A crise brasileira de 1929 foi o resultado do lento esgotamento de um padrão de acumulação no qual a economia mercantil exportadora mostrara ter cumprido todas as suas potencialidades de desenvolvimento, levando ao máximo sua principal contradição: a dicotomia entre o pólo da produção e o da realização da produção (este a cargo da intermediação comercial e financeira externa). Não é demais apontar, segundo Cardoso de Mello, o papel representado pela instalação de um núcleo embrionário do setor industrial de meios de produção no acirramento desse processo, explicitando-se que a reprodução ampliada do capital teria condições – embora timidamente – de ser assegurada endogenamente (antagônica, pois, à acumulação do modelo agrário-exportador).

As eleições preparadas de 1929 foram o termômetro imediato da rearticulação das forças políticas e sociais nessa conjuntura, marcada por nova cisão oligárquica que, além de agrupar frações dominantes em uma frente regional conhecida como Aliança Liberal – composta por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – integrou, dessa vez, antigos militares rebeldes e um forte apelo aos setores populares. De sua derrota pela via eleitoral resultaria o recurso às armas.

DA "REVOLUÇÃO DE 30" AO ESTADO NOVO

O golpe de outubro de 1930 resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições, individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tampouco de solucionar a crise econômica. O período 1930-37 pode, por isso mesmo, ser definido como de crise política aberta, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica em sucessão à burguesia cafeeira, o que acabou garantindo ao Estado – a burocracia estatal – a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa. Estava em gestação uma modificação na própria estrutura e forma de atuação do Estado, cujos produtos viriam a ser não apenas a superação das formas tradicionais de expressão política dos interesses de classe, como também a alteração do próprio processo de reprodução das classes, inscrito na ossatura do Estado. A instalação da ditadura do Estado Novo em 1937 explicitaria tais tendências.

No momento, detendo-nos sobre o caráter do golpe de 30 e do novo Estado dele resultante, tentemos sumariar a polêmica presente na produção historiográfica acerca do tema, que se divide em torno do caráter burguês ou não da "revolução", responsável pela emergência de uma atuação estatal modernizadora – ou conservadora – da economia brasileira.

A primeira das posições existentes pode ser ilustrada por autores como Sodré, que interpretam a "revolução de 30" como a verdadeira revolução burguesa no Brasil, entendida, dogmaticamente, como a ascensão da burguesia industrial ao aparelho de Estado. Em conseqüência dessa tomada do poder, implantar-se-ia de fato a indústria de base no país, único meio capaz de superar o dilema criado pela coexistência dos setores arcaico (a agroexportação, identificada ao feudalismo) e moderno (o pólo urbano-industrial) na sociedade brasileira. Como se vê, trata-se de uma evidente aplicação de esquemas importados à análise da realidade do país, geradora de uma interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil espelhada no modelo clássico das revoluções burguesas européias. Sob essa ótica, o desabrochar da industrialização pesada, bem como a constituição do Estado que lhe daria suporte, são vistos indissociavelmente da atuação efetiva do empresariado industrial, única força qualificada positivamente enquanto agente da modernização, sendo os agrários representados como "retrógrados" e aliados do capital estrangeiro.

Já autores como Santa Rosa, por exemplo, atribuindo ao tenentismo da década de 1920 o papel de porta-voz das reivindicações dos setores médios marginalizados do jogo político, como o vimos, vêem sua participação ativa no golpe como um aval para a implantação da nova ordem de crescimento urbano-industrial para o país e da emergência do povo no cenário político. O regime de participação política restrita, uma vez "purificado" de seus vícios tradicionais – fraude eleitoral, fragilidade do Judiciário etc. – permitiria a efetivação das pretensões modernizantes da classe média e, portanto, o surto do desenvolvimento industrial do país.

A década de 1970 foi aquela em que emergiram tentativas frutíferas de revisão crítica de tais posições, como o ilustram Fausto e Weffort, questionando os riscos do excesso de simplificação e evidenciando, com base em pesquisas empíricas, que o fato de a burguesia industrial não ter participado da articulação do golpe, ou de não ser o discurso autoritário e elitista dos tenentes correspondente às pretensões da classe média, invalidam o caráter modernizador da ação do novo Estado. Segundo essas análises, o cerne da crise brasileira localiza-se na cisão entre as oligarquias agrárias, ao que se acresceu o potencial desestabilizador de um movimento militar, bem como a fraqueza política da burguesia industrial, propiciando um "vazio do poder" no pós-30 cuja expressão estatal fora uma recomposição intra-elite. No entanto, uma característica distinguiria nitidamente a nova estrutura política da anterior: ela não mais seria a expressão imediata da hierarquia social e econômica, nem dos interesses de uma só fração de classe, como durante o regime oligárquico. Residiria aí, justamente, a possibilidade da força pessoal do chefe do Executivo, em função da posição de "árbitro" em que se via colocado. Face a essa peculiaridade, abria-se a brecha para uma modernização conservadora, resultante do conteúdo de classe tradicional do novo Estado e da modalidade autoritária de sua intervenção.

Finalmente, resta-nos mencionar a tendência mais recente que, assumindo a ótica de uma análise crítica do discurso produzido pelos "vencedores" do movimen-

to de 1930, desqualifica-o como marco histórico fundamental. Para análises como a de De Decca, o verdadeiro "momento revolucionário" teria sido outro, 1928, quando explicitou-se institucionalmente a luta de classes através da criação do Bloco Operário e Camponês pelo Partido Comunista. Este, ao imprimir ao movimento operário um cunho partidário, aprisionara-o às regras do jogo político oligárquico, transformando-o em "presa fácil" da reação das classes dominantes, particularmente da burguesia industrial. A fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, no mesmo ano, teria representado sua resposta à mobilização operária, enrijecendo-se a postura patronal repressiva, cujos desdobramentos, em nível ideológico, resultaram na "conotação" do golpe enquanto um instrumento da produção discursiva vitoriosa, destinada a apagar a memória da verdadeira luta de classes.

De uma forma ou de outra, é inegável que a análise das grandes linhas do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil não pode deixar de lado as transformações processadas a partir da década de 1930, estando aí localizada a primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista, bem como à redefinição do papel do Estado em matéria econômica, o que não significa confundir dominação burguesa com tomada do aparelho de Estado pela burguesia, nem tampouco despir de qualidades burguesas a qualquer fração das oligarquias agrárias. Como o aponta Diniz, o empresariado brasileiro, a despeito de não ser hegemônico nesse processo, tornar-se-ia, doravante, o ator estratégico no novo esquema das alianças que consolidariam o regime.

Do ponto de vista de sua natureza política, o que definiu o período foi a disputa – ainda entre oligarquias – pelo controle do Estado, não conquistado por nenhuma delas. Por extensão, a ação estatal far-se-ia de modo contraditório, como que respondendo, concomitantemente, à multiplicidade das demandas em pugna. Em uma direção, entretanto, sua atuação, inequivocamente, se definiria: na da centralização e nacionalização dos instrumentos de controle e de decisão (sobretudo os econômico-financeiros), tentando sobrepor-se aos regionalismos. Por essa via operava-se uma abertura das estruturas do Estado à participação dos diferentes grupos nele integrados, não mais como blocos regionais, mas como participantes de campos específicos de interesse, configurando-se os contornos de frações nacionais de classe.

Em nível dos eventos, ilustram as tendências apontadas fatos como: a nomeação de interventores do governo federal – geralmente "tenentes" – para o governo de cada estado; o choque armado entre o poder central e a oligarquia paulista no episódio da "Revolução Constitucionalista" de 1932 ou ainda a paulatina criação de institutos, conselhos e comissões especializadas no atendimento das novas demandas "nacionais" (Instituto do Açúcar e do Álcool, Instituto Nacional do Mate, do Pinho etc.). No entanto, a estabilidade política necessária à plena implementação da modernização conservadora somente seria obtida com o Estado Novo. O período que imediatamente o precedeu foi marcado pelo avanço da tendência centralizadora, através da simultânea submissão das elites políticas regionais e despolitização das Forças Armadas (pelo afastamento de seus elementos mais radicais, os "tenentes"). Faltava apenas a obtenção do consenso minimamente necessário para que os setores liberais aceitassem a plena composição do Estado autoritário, o que seria conseguido pela manipulação de seu temor à mobilização das classes subalternas em 1935.

A preocupação em institucionalizar as relações entre Estado e operariado – equivalendo ao reconhecimento da emergência política das massas – manifestou-se, no imediato pós-30, com a criação do Ministério do Trabalho (1931) e a promulgação da legislação trabalhista a mais diversa. No entanto, desde 1933 o sindicalismo independente e pluralista – apesar de ratificado na Constituição de 1934 – sofrerá séria ofensiva estatal, passando essa a disputar a organização da vida associativa das classes trabalhadoras, a partir da definição do sindicato como "órgão de colaboração do Estado". Do embate entre as duas tendências emergiria, vitorioso, o sindicalismo corporativista, consagrando a verticalização hierárquica da representação única por categoria profissional. Em sua raiz também estava a repressão ao movimento da Aliança Nacional Libertadora de 1935.

Vianna refere-se ao ano de 1935 como o marco do "réquiem liberal", tanto no que diz respeito à aceitação de sua "impotência política" por parte dos setores dominantes liberais, quanto no que tange aos direitos políticos e à liberdade sindical da classe operária. Tradicional e simplisticamente associada ao Partido Comunista, a ANL representou a conjugação de várias correntes, algumas delas inclusive antagônicas até esse momento – "tenentes", comunistas, socialistas etc. – em uma grande frente ampla democrática para o combate às tendências autoritárias em vigor. A inserção dos comunistas na Aliança derivara-se da linha vitoriosa no VII Congresso da Internacional Comunista, que fomentava a constituição de "frentes populares" para a contenção da ameaça fascista no mundo.

A despeito da predominância de contingentes operários nos quadros da organização, sua orientação não tinha como cerne apenas as reivindicações específicas da classe, contando com um programa amplo e de fortes conotações nacionalistas: supressão do pagamento da dívida externa, reforma agrária, nacionalização das empresas estrangeiras etc. Dentro da conjuntura política do período, estes eram temas de ressonância suficiente para granjear, em pouco tempo, inúmeros adeptos ao movimento, que contava, em julho de 1935, com cerca de 100 mil membros. Oscilando entre a ampliação da aliança de classes e a perspectiva insurrecional, essa última acabou por impor-se, em fins de 1935, resultando em uma derrota de conseqüências gravíssimas: ela deu ensejo não apenas à violenta onda de repressão a qualquer tipo de mobilização popular (doravante equivalente a "comunismo"), como também à aceleração da tendência ao reforço do poder central e crescente representação das classes pelo Estado. Ampliado dessa forma o consenso antiliberal, o Estado Novo aguardava tão-somente o momento para sua consagração constitucional.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia especializada sobre o processo histórico brasileiro da República Velha é bastante ampla e aqui selecionamos apenas os títulos que consideramos básicos para seu entendimento inicial. Como obras de caráter geral sobre o período, indicamos as sínteses produzidas por CARONE, Edgard. *A República Velha* (instituições e classes sociais). São Paulo, Difel, 1970, e *A República Velha* (evolução política). São Paulo, Difel, 1971.

Sobre a economia brasileira entre 1889 e 1937, indicamos inicialmente um conjunto de trabalhos que procuram dar conta da dinâmica da acumulação cafeeira e seu papel na gênese e condicionamento da industrialização do país. São eles: AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização.* São Paulo, Brasiliense, 1981; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo, Difel, 1977; DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo, Difel, 1977; DEAN, Warren. *A*

industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, 1970; SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976; OLIVEIRA, F. "A emergência do modo de produção de mercadorias", in FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil Republicano. Tomo III*, São Paulo, Difel, 1975 (v. 1); STEIN, Stanley *J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil.* Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Já para uma visão mais globalizante e quantitativa dos processos econômicos em curso, apontamos: LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973; SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira.* São Paulo, Brasiliense, 1986; VILLELA, Aníbal e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira.* Rio de Janeiro, IPEA, 1973.

As grandes linhas do processo político que se inicia com a proclamação da República no Brasil podem ser apreendidas a partir da leitura de trabalhos como os de FAORO, Raimundo. *Os donos do poder.* Porto Alegre, Globo, 1975; FAUSTO Bóris. *Pequenos ensaios de história da República* (1889-1945). São Paulo, CEBRAB, 1976; CARDOSO, Fernando Henrique: "Dos governos militares a Prudente-Campos Sales", in FAUSTO, B. (org.). *op. cit.;* LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. Recomendamos, ainda, para a questão de tenentismo: SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; FORJAZ, Maria Cecília S. *Tenentismo e política.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Compondo a polêmica a respeito do movimento de 1930, destacamos: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1963; FAUSTO, B. *A revolução de 30.* Historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1972; DE DECCA, Edgard. *1930: o silêncio dos vencidos.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

No tocante aos processos sociais analisados ao longo do capítulo, indicamos como leitura básica: FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo, Difel, 1976; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil.* São Paulo, T. A. Queirós, 1984; PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política", in FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil Republicano.* Tomo III, São Paulo, Difel, 1977 (v. 2); CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na 1ª República – o poder desestabilizador", in FAUSTO, Bóris (org.), *op, cit.;* COELHO, Edmundo Campos Coelho. *Em busca de identidade – o exército e a política no Brasil.* Rio de Janeiro, Forense, 1977.

CRONOLOGIA

1889 – Proclamação da República;
1897 – Guerra de Canudos, na Bahia;
1898 – Renegociação da dívida externa através do *Funding Loan*;
1904 – Revolta da Escola Militar; rebelião popular contra a vacina obrigatória;
1912 – A Política das Salvações;
1915 – Guerra Camponesa de Canudos;
1922 – Semana de Arte Moderna; fundação do PC;
1929 – Aliança Liberal; Vargas na dissidência contra Washington Luís;
1930 – Revolução derruba a República Velha; fundação do Partido Fascista Brasileiro;
1932 – Revolução Constitucionalista em São Paulo; manifesto da Ação Integralista Brasileira;
1934 – Promulgação da Nova Constituição;
1935 – Surgimento da Aliança Nacional Libertadora; e Insurreição Comunista;
1937 – Golpe de Estado: Vargas funda o Estado Novo.

9

A Modernização Autoritária:

Do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984

Francisco Carlos Teixeira da Silva

No período entre 1950 e 1980, ocorre o mais intenso processo de modernização pelo qual o país passou, alterando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil. Transformações aceleradas verificam-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes e definitivas, como a relação campo/cidade e a reafirmação de estruturas já implantadas antes de 1950: a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico capitalista mundial.

A maior e mais importante de todas as alterações é a inversão da relação campo/cidade, onde a população rural, em 1950, representava 64% da população total e a população urbana 36%, passando, em 1980, a primeira para 33% e a segunda para 67% da população total. O eixo econômico desloca-se, assim, do campo – cenário tradicional e secular da produção de riquezas – para as cidades, com a explosão de megalópoles como São Paulo (composta de 37 municípios, com 8.137.000 hab., em 1970, e 12.588.000 em 1980, ou seja, mais de 10% da população brasileira), Rio de Janeiro (composta de 14 municípios, 7.082.000 hab., em 1970, e 9.018.000 em 1980, cerca de 8% da população brasileira) e, em escala menor, Belo Horizonte (com 14 municípios, 1.605.000 hab., em 1970 e 2.541.000 em 1980, 2,1% de toda a população do país).

Outras capitais estaduais afloram com imensos contingentes populacionais, como Recife, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém, concentrando cerca de 30% de toda a população, sendo que só no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte residem 20% desse conjunto.

Com a colaboração de Alessandra Carvalho e Samantha Viz Quadrat.

Sem dúvida, o elemento básico causal do crescimento das cidades encontra-se no forte êxodo rural, a ponto de esvaziar o interior de alguns estados, como o Rio de Janeiro ou o Espírito Santo, causado por condições sociais extremamente negativas e pelo crescimento da violência rural.

Ao mesmo tempo, dá-se uma rápida generalização das relações de produção de tipo capitalista, com um fantástico aumento da população operária, de cerca de 500%, entre 1950 e 1980, passando de 2.821.012 indivíduos para 14.303.820.

Brasil: Percentual da População Operária sobre a População Ativa

Ano	*%*
1950	16,5
1970	24,9
1980	32,7

Fonte: Fundação IBGE.

A maior parte desse contingente concentrava-se nos setores de metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e transporte, com um acentuado declínio da participação em setores industriais tradicionais, como a indústria têxtil e de alimentos. O próprio perfil da empresa industrial se altera, com o predomínio nos novos setores de empresas com mais de 500 operários, que embora sejam, em 1980, apenas 0,5% do total das empresas industriais, agregam mais de 22% dos trabalhadores.

Brasil: Perfil da Indústria por "Departamentos"

Departamentos	*1949*	*1959*	*1970*	*1980*
Bens de consumo	75,3	61,8	54,3	47,9
Bens de produção	24,7	38,1	45,7	52,1

Fonte: Fundação IBGE.

Apesar do predomínio e da generalização das relações de produção capitalistas, com forte urbanização do país, desenvolver-se-á, também, um importante setor não-capitalista, integrado e subsumido ao setor capitalista, composto de uma miríade de oficinas e fabriquetas, nas cidades, e um vasto contingente camponês.

O estatuto social e de classe desse setor não-capitalista foi discutido intensamente, e muitas vezes com paixão, ao longo dos anos 1960-1970, pelos intelectuais e políticos brasileiros interessados na superação da velha concepção do tradicionalismo brasileiro baseado no "feudalismo", obstáculo à modernização capitalista.

As interpretações tradicionais da realidade brasileira baseadas na noção do dualismo estrutural, feudalismo/capitalismo, e defendidas tanto pelos liberais quanto pelos comunistas do PCB e pelos reformistas do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituição ideologicamente afinada com a CEPAL/ONU) foram duramente atacadas ao longo de um áspero debate com oponentes de esquerda,

como Caio Prado Júnior, ou partidos como o PC do B ou PCBR, que viam o país como já capitalista e maduro para transformações mais profundas. Entretanto, só com a entrada em cena de uma nova geração de intelectuais, a maioria com formação no exterior, chegou-se a uma definição do setor não-capitalista como não-feudal e, simultaneamente, subsumido e reproduzido pela lógica do capital, embora sem corresponder ao padrão das relações capitalistas de produção.

Buscou-se explicar a especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da ruptura com um passado escravista-colonial e, portanto, não-feudal, no âmbito de uma economia mundial já capitalista, imperialista e internacionalmente, com graves dificuldades de acesso à tecnologia. Nessa linha, pensadores como Ciro Cardoso, José de Souza Martins e Jacob Gorender propuseram novas interpretações para o amplo setor camponês do país que deixava, assim, de ser visto como "resto" de uma sociedade em transição e passava a desempenhar um papel-chave no processo de acumulação.

O campo abrigava, em 1976, um contingente de 15 milhões de trabalhadores, dos quais 4,9 milhões eram assalariados, divididos entre assalariados temporários (os bóias-frias), cerca de 3,3 milhões, e assalariados permanentes, 1,6 milhão; enquanto isso, cerca de 10 milhões de camponeses dividiam-se entre minifundiários, cerca de 4 milhões, pequenos posseiros, 2,4 milhões e rendeiros e parceiros, outros 4 milhões de indivíduos.

Tais transformações alteram, por fim, profundamente, a repartição da economia brasileira, conforme o esquema de Colin Clark: fenômeno evidenciado na análise do setor terciário, ampliado através da maior intervenção do Estado na economia e pelo desenvolvimento do setor administrativo das empresas, do setor bancário e pela área de saúde e educação, que compensaria a sangria sofrida pela diminuição da pequena-burguesia urbana (artesãos e pequenos patrões).

Braz José de Araújo, em um estudo recente, distingue essas novas camadas médias urbanas em duas categorias:

Brasil: Camadas Médias Urbanas
1970

Não-assalariados	3.290.000
Assalariados	6.685.000
Total	9.685.000

Fonte: Fundação IBGE.

Compreende-se como assalariados uma nova categoria, não operária, vinculada às funções burocráticas do Estado, à universidade, transportes, bancos e comércio e todo um universo de difícil conceituação, muito próximo do que Wright Mills denominou de *Power Elite*, praticamente concentrada nas cidades, culta no mais das vezes e, depois de 1975, esteios da luta contra a ditadura militar. Enquanto os não-assalariados seriam, de um lado, a pequena burguesia, batida pela inflação, pela aceleração do processo de monopolização (supermercados e cadeias de lojas, por exemplo) e pelo encarecimento do crédito e, de outro lado, os profissionais liberais, principalmente advogados, médicos e dentistas.

Brasil: Transformações na Composição da Economia por Setores (%)

Setores	*1950*	*1980*
Primário	60,1	29,9
Secundário	18,1	24,4
Terciário	21,8	45,7

Fonte: Fundação IBGE.

O conjunto de tais alterações reflete-se na estrutura social global do país, conforme as categorias censitárias, mostrando um perfil concentrador e modernizante:

Categorias	*(%)*	
	1950	*1980*
Empregadores	4	3
Empregados	50	66
Autônomos e trabalho familiar	46	31

Fonte: Fundação IBGE.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A CRISE DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Todas as transformações sociais e econômicas a que nos referimos, particularmente a inversão da relação campo/cidade, desde 1950, alteram profundamente o peso político dos partidos tradicionais, em particular dos partidos conservadores.

O Partido Social Democrata (PSD), que tinha sua principal base política no campo, junto às pequenas cidades, sustentada no localismo e no *coronelismo*, um sistema de controle do voto através da coerção econômica e do controle eleitoral – *o curral de votos* –, sentia, desde logo, o declínio da população rural e da importância econômica do campo. O PSD temia, em particular, o avanço do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no meio rural, tentando ampliar sua base social, até então restrita ao meio de trabalhadores urbanos, através da extensão da legislação social ao campo. Também a União Democrática Nacional (UDN) passava pela mesma crise: sempre derrotada nas eleições majoritárias pela coligação PTB/PSD, estava pronta a recorrer aos quartéis para fazer valer sua vontade, obtendo aí, entretanto, o mesmo fracasso – ao menos até 1964 – que nas eleições. A alteração da relação campo/cidade ao invés de beneficiá-la vinha engordando o contingente eleitoral do seu principal inimigo, o PTB.

O percentual de eleitores crescia enormemente no conjunto da população, lado a lado com a expansão da urbanização do país:

Ano	%
1945	15
1950	22
1955	25
1958	22
1964	25
1966	27
1969	28
1974	34
1978	40
1982	48

Os dados referidos, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostram um firme crescimento da participação eleitoral, saltando o contingente de 7.459.849 eleitores em 1945 para 58.616.588 eleitores em 1982, ao mesmo tempo em que se podia divisar um também seguro declínio dos partidos conservadores no conjunto dos votos válidos, passando a UDN de 27% do total de votos em 1945 para 13% em 1962 e o PSD de 44% para 18%, no mesmo período. Ao contrário, o PTB alargava grandemente seu eleitorado e avançava sobre os votos do interior, caracterizando o que o general Golbery do Couto e Silva, o ideólogo da ditadura militar, denominou "tendência esquerdista-trabalhista", fundamentada na industrialização e na urbanização.

A crise política avançava, também, sobre as Forças Armadas, onde a maioria dos oficiais superiores, malgrado suas tendências ideológicas, mantinha uma política de legalidade e controlava, bem ou mal, os mais incertos putschistas. Tais movimentos eram mais evidentes na Aeronáutica e no grupo de coronéis e tenentes-coronéis, homens como Golbery do Couto e Silva, Dale Coutinho e Silvio Frota, que desde 1954 conspiravam abertamente contra Vargas e o Trabalhismo.

Já em 1954, tinham forçado Vargas, com amplo apoio da UDN, a demitir o ministro do Trabalho, João Goulart, que concedera um aumento de 100% do salário mínimo (congelado, durante todo o governo do general Eurico Dutra). Nesse momento, constituíram-se no núcleo da conspiração que levaria o próprio Vargas ao suicídio, em agosto do mesmo ano, sob a liderança dos generais Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa e Pery Bevilácqua.

No ano seguinte, ainda com um comportamento ambíguo face à ordem constitucional, a aliança entre militares e a UDN lança o mesmo Juarez Távora como candidato à presidência, sendo derrotado pela coligação PSD/PTB, que elege Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice-presidente do país. Inconformados, os militares continuam conspirando, certos de que o suicídio de Vargas abriria caminho para a chegada da direita ao poder. O vice-presidente empossado, Café Filho, une-se a homens como Eugênio Gudin e Eduardo Gomes, vinculados à UDN, e combatem a candidatura de Kubitschek. Um oficial da Escola Superior de Guerra desafia publicamente o general nacionalista Henrique Teixeira Lott, um dos úni-

cos partidários da ordem constitucional e do Trabalhismo no governo (era ministro da Guerra). Como o presidente Café Filho nega-se a punir o oficial, surge uma profunda crise com o ministro da Guerra. O presidente afasta-se por "motivos de saúde". O presidente da Câmara dos Deputados, dr. Carlos Luz, assume a presidência mantendo a mesma linha política de Café Filho. O general Lott força, então, um golpe (o chamado Golpe Preventivo de 11 de novembro de 1955), assumindo a presidência da República o senador Nereu Ramos, presidente do Senado.

As Forças Armadas tentavam evitar o fracionalismo e apresentar uma face unificada perante o país, surgindo como um núcleo de eficácia e probidade frente a um governo que, apesar do dinamismo de Juscelino Kubitschek, era acusado de corrupto e economicamente inepto, permitindo uma inflação até então inédita na história do Brasil. Tal conjuntura permite que o candidato da UDN, o ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, com a bandeira da recuperação econômica e da austeridade, em uma campanha simbolizada por uma vassoura, seja eleito presidente da República em 1961.

Pela primeira vez, desde a redemocratização de 1945, a UDN iria ao poder com Jânio Quadros, uma figura controversa, histriônica, ocupado em destruir as estruturas partidárias e procurando governar acima do Congresso.

A vitória não havia sido completa, pois o PTB elegera João Goulart mais uma vez vice-presidente e o PSD mantinha, com o PTB, uma forte bancada nacional. O próprio presidente não se entendia bem com o seu partido, muito recentemente adotado, e tinha no governador da Guanabara (Guanabara: unidade federada correspondente ao antigo Distrito Federal e extinta em 1975 com a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, do qual se torna capital), Carlos Lacerda, também da UDN, um oponente de peso.

O Presidente Jânio Quadros, inconformado com os limites constitucionais ao seu governo e açoitado pelos índices inflacionários, concebe um plano "tão sinistro quanto ingênuo", de forçar a concessão de amplos poderes pelo Congresso Nacional, apresentando em 24 de agosto de 1961, sete meses depois de sua posse, sua renúncia. O vice-presidente, centro de crises recorrentes com os militares, encontrava-se na República Popular da China, compondo o quadro burlesco da crise gerada por Quadros. Sua esperança residia na ojeriza dos militares a Goulart e em um virtual pedido para que retomasse ao poder, agora sob forma ditatorial. Entretanto, a UDN de Carlos Lacerda denuncia o plano e o PTB e PSD dão, no Congresso, o fato da renúncia como consumado.

Os ministros militares assumem o poder e declaram o impedimento de Goulart, provocando imediata reação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, principal líder da ala esquerda do Trabalhismo, e do governador de Goiás, Mauro Borges.

O III Exército, o mais poderoso do país, comandado pelo general Machado Lopes, sob pressão de forte campanha pela legalidade liderada por Brizola, declara-se pela posse do vice-presidente, cindindo as Forças Armadas.

O deputado do PSD de Minas Gerais, Tancredo Neves, encaminha uma solução de compromisso, estabelecendo através de uma Emenda Constitucional o regime parlamentarista, o que tornava Goulart uma figura decorativa e, portanto, palatável aos militares.

Tendo as experiências peronistas e apristas da Argentina e do Peru como pano de fundo, as classes dominantes do país, as elites culturais e as lideranças militares formadas sob influência direta das escolas de treinamento militar dos Estados Unidos, onde predominava a mentalidade da guerra fria, sabiam do avanço, cada vez mais firme, do voto das esquerdas e perdiam a esperança de, no âmbito do regime democrático, impedir a ascensão do reformismo trabalhista no poder.

Nesse sentido, os apelos constantes da UDN em favor do golpe militar explicar-se-iam melhor, sem precisar recorrer à análise de conjunturas ou falhas pessoais (Jânio Quadros ou João Goulart). Intolerável mesmo para as classes dominantes brasileiras era a possibilidade de constituição de uma maioria parlamentar sem o seu controle, e que se dispusesse a "passar a limpo" o país, principalmente através da superação da herança colonial.

O principal argumento anti-reformista utilizado pela direita (UDN, parcela do PSD, PSP, PL, PR; grandes associações das classes produtoras e os militares) residia na alegada ignorância do povo, no fato "de não saber votar" e, com isso, eleger "demagogos", que se utilizariam do poder em proveito próprio. Dessa forma, cunhou-se o conceito de "populismo", já amplamente utilizado para caracterizar a atuação de Juan Domingos Péron, na Argentina, para englobar o movimento reformista que, de Vargas em diante, propunha-se a acelerar o desenvolvimento econômico do país, recorrendo diretamente às massas urbanas para contornar a oposição da elite brasileira.

Francisco Weffort – que ao lado de Octavio Ianni iniciou tais análises entre nós, brilhante cientista político da Universidade de São Paulo e membro influente, hoje, do Partido dos Trabalhadores (PT) – caracteriza o populismo a partir de alguns pontos-chave: a) estilo de liderança individualista e personalista; b) a diluição do conceito de classe social e de luta de classes, substituído pelo conceito de povo e de massa populares, evitando, assim, as conseqüências políticas de aceitar a luta de classes; e c) um discurso demagógico, dirigido à pequena burguesia; d) por fim, como afirma Donald Mac Rae "o populismo não cria partidos altamente estruturados e que gozem de continuidade", mas, simplesmente, "movimentos".

No caso específico do PTB, a análise torna-se muito complexa, já que a figura única do líder que, conforme o modelo peronista, deveria se manter como catalisador das forças sociais, foi – e várias vezes – substituído por lideranças mais jovens, embora com o mesmo carisma: Vargas, nitidamente um político da Velha República que evolui para uma liderança desenvolvimentista; depois João Goulart, jovem político rico, culto e bem mais avançado e, nos dias de hoje, Leonel Brizola, no PDT (sucessor do velho PTB), mantiveram uma plataforma reformista, ligada principalmente aos problemas de estrangulamento do desenvolvimento e do bem-estar social. Isso marca uma diferença, ainda, com a Argentina ou o Peru, onde a figura do "pai dos pobres" manteve-se por décadas, solitária, no cenário político.

Por outro lado, e mais importante do que isso, o PTB, embora tenha surgido literalmente como um instrumento de manipulação política de Vargas, conseguiu, principalmente depois do suicídio desse em 1954, uma larga autonomia, lançando em seus quadros nomes como os de Sérgio Magalhães, Rômulo de Almeida e Almino Afonso, que constituíam, no interior do partido, grupos ideologicamente unifor-

mes, no mais das vezes em oposição à Executiva Nacional, como o "Grupo Compacto" que chegou mesmo a fornecer as principais lideranças na Câmara Federal. Esse grupo, particularmente Sérgio Magalhães, buscava a identificação do partido com os grupos operários e sua transformação em um *Labour* esquerdizado.

Além disso, homens como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, defendiam a formação de uma "frente popular" a Frente Parlamentar Nacionalista, visando a contornar a ala centrista do PTB, representada principalmente por San Thiago Dantas e Hermes Lima, mais favoráveis à continuidade da aliança com o PSD e da moderação nas chamadas "Reformas de Base", embora utilizando-se de uma liderança carismática e personalista.

No seu conjunto, o PTB era extremamente heterogêneo com características nacionalistas acentuadas, estatizante em relação à economia; mas de modo algum constituía-se em um partido de cunho socialista. Seu reformismo buscava, fundamentalmente, superar o atraso e a pobreza dentro de um quadro geral capitalista.

É evidente que as forças putschistas identificavam-se, como de fato ocorreu, com a não-realização das "Reformas de Base", e que o golpe, já há muito previsto, dirigia-se, exatamente, a obstar sua realização. Essas forças viam no PTB, tal qual ele se autocaracterizava, "um partido como instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira".

De fato, o partido desenvolveu, exceto com grupos como o de Sérgio Magalhães ou Almino Afonso, todo um jargão voltado para o "povo" ou as "massas populares", que se explicaria pela adoção da análise mais geral emanada, em sua origem, da III Internacional. Para os países atrasados e subdesenvolvidos preconizava-se uma aliança ampla com todos os setores populares, face à fraqueza numérica e estrutural do proletariado industrial, por ser esse incapaz, naquele momento, de realizar sozinho uma revolução. O modelo de análise da III Internacional chegou ao PTB através de dois caminhos: os quadros comunistas que foram recebidos no interior do partido, desde a decretação da ilegalidade do PCB, em 1947; e através das análises do ISEB, também ligado a algumas matrizes comunistas. Embora sem se caracterizar como marxista, o PTB copiou, sem grande originalidade, as proposições de frente popular.

Mesmo pensadores marxistas, na época, utilizavam largamente a noção de frente popular. Assim, Nelson Werneck Sodré, expoente do ISEB e vinculado ao PCB, no livro *Introdução à Revolução Brasileira*, publicado em 1963, descrê da possibilidade de a burguesia realizar as reformas necessárias ao desenvolvimento do país, a menos que receba o impulso de todas as classes. Tal tarefa, no jargão da época, caberia, segundo ele, a todo o povo, ou seja, um vasto conjunto compreendendo o campesinato, a pequena burguesia e partes da alta e da média burguesia. Se esse ecumenismo era aceito por aqueles que se denominavam comunistas, o que esperar de um partido reformista de massas, de composição variada e agrupando diversas "alas", e com uma forte representação conservadora em seu interior?

Outro pensador da época, Hélio Jaguaribe, ligado ao ISEB e, hoje, membro influente do PMDB, afirmava que a necessidade de reformas estruturais obrigava os setores progressistas "a cerrar fileiras" com todos aqueles que, como Juscelino Kubitschek, se dispusessem a lutar contra a "antinação", a herança colonial.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A RESISTÊNCIA À MUDANÇA

A estrutura da posse e uso da terra no Brasil, no período entre 1945 e 1964, era marcada por uma forte concentração fundiária, herdeira de mais de 300 anos de escravismo colonial e que, malgrado o desenvolvimento industrial, tendeu, e ainda tende, a um contínuo processo de concentração, com a ampliação das grandes propriedades e a expulsão do trabalhador rural:

BRASIL: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: ÍNDICE DE GINI
1920-1980

Ano	*Índice*	*Leitura do índice de Gini (graus de concentração)*	
1920	0,804		
1940	0,831	Nula	0,000-0,100
1950	0,843	Fraca	0,101-0,250
1960	0,841	Média	0,251-0,500
1970	0,843	Forte	0,501-0,700
1975	0,851	Muito Forte	0,701-0,900
1980	0,859	Absoluta	0,901-1,000

Fonte: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

O censo de 1960 fornece um amplo material para a análise da questão agrária no Brasil, destacando-se, desde logo, o fato de que, dos 8.510.000km2, apenas 31% encontravam-se ocupados e, nem sempre, de forma efetiva, com 3.350.000 propriedades, divididas em três grandes tipos básicos:

1) pequenas propriedades (menos de 100 hectares): dentro desse grupo destacavam-se minifúndios (com cerca de 10 hectares) originários, em sua maioria, da partilha de propriedades familiares, compondo um universo de mais de 700 mil propriedades, que oscilavam do subaproveitamento, em virtude de dificuldades de crédito e financiamento, até uma exploração intensa visando a manter uma população desproporcional às suas potencialidades; as granjas, de 10 a 50 hectares, representando 36,5% das propriedades, 10,8% da área total e 32,3% da área cultivada do país; e os *sítios*, de 50 a 100 hectares, com amplo uso de trabalho não-familiar, ao contrário das unidades anteriores.
   Tais empresas seriam responsáveis, então, pelo fornecimento de mão-de-obra para o processo de industrialização, o abastecimento do mercado interno, apresentando muitas vezes uma produtividade bem maior do que aquela das grandes propriedades, compondo o núcleo principal das lavouras temporárias; em seu conjunto, *sítios e granjas* respondiam, em 1960, por 44,6% das propriedades, cobrindo 17,9% da área apropriada, contribuindo com 44,7% da área cultivada e absorvendo cerca de 50% da mão-de-obra rural.

Tal análise influenciou profundamente homens que, como Darcy Ribeiro e Celso Furtado, compunham o cérebro pensante das transformações esperadas no pós-1960, vendo na reforma agrária o desbloqueio da economia brasileira e, simultaneamente, um imenso passo em direção à eficácia e racionalização da produção agrícola, em uma fase de industrialização acelerada. O diagnóstico implicava a multiplicação da propriedade privada da terra e em nada assemelhava-se a um projeto coletivista.

2) as médias propriedades (as fazendas comerciais): eram propriedades de 100 a 1.000 hectares e representavam 9,5% das propriedades, dominando entretanto 32,5% da área cadastrada. Caracterizava-se pela grande inversão de capitais e alto grau de comercialização, destinando ao mercado uma alta proporção da sua produção total, e pela utilização regular de mão-de-obra assalariada.
3) o latifúndio: com mais de 1.000 hectares de área, variando, entretanto, de região para região, representando 0,9% das propriedades, ocupando, porém, 47,3% do total das terras, tendo em cultivo apenas 2,3% dessa área, contribuindo apenas com 11,5% da produção e ocupando 7% da mão-de-obra rural ativa. A maior parte dos latifúndios encontrava-se improdutiva, com pastos naturais – chegando a ocupar 60% das pastagens, embora respondendo com apenas 36,6% do rebanho bovino ou arrendando terras a terceiros, como nas áreas de triticultura e rizicultura no sul do país ou de algodão e amendoim em São Paulo.

Desde 1961, dá-se a agudização da crise de abastecimento, com uma inflação crescente, o que ocasiona motins populares no Rio de Janeiro, com saques a empórios e armazéns; ao mesmo tempo, ao longo de 1962, o governo é pressionado a dar uma resposta eficaz à questão agrária, que ademais pressiona para o alto os salários, comprometendo o projeto de industrialização.

O primeiro passo concreto em direção a uma solução do impasse econômico e político no campo foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, influenciado pelas teses de generalização das relações de produção capitalistas, inclusive no campo. O Estatuto estabelecia a extensão ao campo da legislação social – criada e ampliada sucessivamente nos vários governos de Getúlio Vargas –, assegurava o salário mínimo, jornada de oito horas etc., provocando, de imediato, amplo movimento de expulsão de trabalhadores, face à negativa dos proprietários rurais em arcar com o custo econômico da legislação social.

Já no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, apresentado por João Goulart para o período de 1963-1965, após o restabelecimento do presidencialismo, previa-se: a) "a imunidade de pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada, para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação"; b) garantia de terras para trabalhar, ou de trabalho, para o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário que estivesse por dois ou mais anos em uma propriedade; c) imunidade de pagamento de renda sobre a terra para o trabalhador que dela auferisse rendimento igual ou inferior ao salário mínimo familiar a ser fixado regionalmente e, finalmente; d) desapropriação, para pagamento a longo prazo, de todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos.

Como a crise se avoluma, o governo envia ao Congresso Nacional, no dia 15 de março de 1964, duas semanas antes do golpe, um projeto amplo de reforma agrária, que não chega a ser votado.

Todas as propostas de "desbloquear" a economia brasileira eram duramente acusadas de "comunismo" e condenadas pelos partidos políticos da direita e do centro, particularmente o PSD, com forte inserção rural em Minas Gerais e no Nordeste, onde seus quadros eram compostos por velhos *coronéis*, caciques políticos locais, com base latifundista e que usavam o acesso à terra como elemento de barganha eleitoral.

A insistência na reforma agrária é o principal elemento do afastamento entre o PTB e o PSD, levando esse último para uma aliança com a UDN, velha inimiga de Vargas, Goulart e Brizola, rompendo com os líderes do Trabalhismo brasileiro.

Entretanto, desde 1955, no Nordeste – particularmente em Pernambuco – a agitação por terra, e a luta daí decorrente, assumia a importância de luta política, superando a longa fase em que, ao longo da história do Brasil, constituíra-se em "caso de polícia". Nesse ano, surge, no município de Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, mais tarde denominada de "Ligas Camponesas", e que constituirão, sob a chefia de Francisco Julião, o centro da mobilização popular no campo, ponto de apoio para reformadores como Goulart e Miguel Arraes e fulcro da histeria anticomunista.

Essas forças populares, assim como a Frente Parlamentar Nacionalista e outros seguidores de Brizola, viam nas diversas decisões tomadas em favor da reforma agrária apenas medidas aproximativas, já que a medida principal – a redistribuição fundiária – era obstada pelo § 16 do Art. 141 da Constituição Federal (de 1946), que exigia o pagamento de indenização "justa e prévia, em dinheiro, para as desapropriações por interesse público". Em verdade, a Constituição de 1946, votada após a destituição de Vargas, com larga maioria da UDN, caracterizava-se, no plano econômico e social, como uma constituição liberal, preservadora da ordem econômica privada, em reação aos anos de intervencionismo e estatismo praticados sob o governo de Getúlio Vargas. A eclosão da guerra fria, a associação entre "mundo livre" e "capitalismo", assim como a questão da terra como ponto central da Revolução Cubana, serviram para consolidar, junto a milhares de brasileiros, a idéia da intocabilidade da propriedade privada, mesmo que reconhecidamente injusta e herdeira de "quatro séculos de latifúndio". O seu pretenso caráter iníquo seria apenas o pretexto através do qual os comunistas, sob os mais diversos matizes, poderiam iniciar a coletivização do país. Assim, não se tratava de discutir esse ou aquele modelo de desenvolvimento econômico, e sim de garantir um princípio que estava em risco: a propriedade privada. Mais tarde, após 1964, quando o capitalismo brasileiro e seus *partners* estrangeiros descobriram a terra como reserva de valor para seus capitais, tornou-se ainda mais difícil qualquer tentativa de reforma agrária. Somou-se a isso a crescente demanda de produtos primários como sejam, carne, madeira e derivados, propiciando imensos investimentos no campo, seja de empresas nacionais, seja de grandes conglomerados estrangeiros como as multinacionais Evadin, Volkswagen, a Jari-Agroflorestal, de Daniel Ludwig, Phillip Morris, Anderson & Clayton. Assim, a questão da reforma agrária tornou-se ainda mais tensa, já que envolvia o grande ca-

pital internacional, bem como empresas nacionais, cujo setor agrícola não era, por vezes, dominante na atividade empresarial e que possuíam, também em suas fábricas urbanas, movimentos específicos de reivindicações.

Entretanto, ao tempo de Goulart, a questão central residia na crença, de cunho cepalino, de que a industrialização necessitava, previamente, de uma reforma agrária que garantiria o fim da inflação, baixos salários e abundância de matérias-primas, através da modernização agrícola e da superação do latifúndio tradicional, atrasado e improdutivo.

Assim, a tragédia do governo Goulart evidenciava-se na luta pela reforma agrária, onde o prosseguimento de uma política de desenvolvimento, com o alargar, simultâneo, do mercado interno e da cidadania política, esbarrava em óbices institucionais, cuja superação dependia de uma posição de força que não possuía.

Os líderes populares, como o mesmo Francisco Julião, impacientavam-se com a política constitucional de Goulart, que se negava a tocar na Constituição sem o apoio dos partidos e consideravam a ação do presidente, tanto no Estatuto do Trabalhador Rural quanto no Plano Trienal, como "soluções e paliativos que olham o problema de forma horizontal", enquanto as "massas camponesas já desesperadas, aqui e acolá, estão exigindo uma transformação da estrutura fundiária do país".

O fato de ter minoria no Congresso colocava Goulart em situação difícil perante seus aliados, muitos dos quais exigiam "Reforma Agrária já. Reforma Agrária *na lei ou na marra*", ou seja, apesar e contra a resistência do Congresso Nacional.

A situação tornava-se mais difícil, atingindo a população urbana, quando da grande carestia de 1962, seguida de fome em largas regiões do Nordeste. Na Paraíba, o comandante militar, General Arthur da Costa e Silva, ordena a repressão aos protestos de camponeses, seguindo-se, assim, a repressão militar aos assassínios, ordenados por fazendeiros, das lideranças camponesas daquele estado.

Gêneros de primeira necessidade, como açúcar, feijão e arroz desapareciam dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, criando um clima de convulsão social e mal-estar político, levando o Conselho de Ministros, sob a direção de Tancredo Neves, a declarar "Estado de Emergência" sobre vasta área do Nordeste brasileiro. O presidente mantinha-se insatisfeito com as medidas tomadas e o movimento popular temia que a "emergência" servisse para reprimir e desorganizar os camponeses; em maio de 1962, Goulart rompe com o papel decorativo que lhe tinha sido imposto desde a aprovação, *manu militari,* do Parlamentarismo e declara:

> Se falta feijão, que se importe feijão, que se intervenha no comércio, nos armazéns, mas se organize, paralelamente, um plano de Reforma Agrária. *(Diário de Notícias,* 12.05.1962.*)*

Tancredo Neves renuncia logo em seguida, paralisado face ao *crescendo* da crise social e política. O novo primeiro-ministro indicado pelo presidente é recusado pelo Congresso, que, por sua vez, indica Auro de Moura Andrade, de uma ala do PSD hostil ao presidente. Esse rompe com a prática política parlamentarista e recusa aceitar o novo primeiro-ministro, alegando que o deputado do PSD não estava identificado com a realização das "Reformas de Base" que a crise exigia.

Quase simultaneamente, a CGT desencadeia uma greve geral em apoio a Goulart e eclodem grandes manifestações no Rio de Janeiro e São Paulo.

Em clima de golpe de Estado, com ameaças da UDN, PSD e PSP e de inúmeros chefes militares, Goulart nomeia Brochado da Rocha como *premier* e consegue marcar o plebiscito, pedindo o retorno ao presidencialismo, para 06.01.1963.

A economia brasileira entrara em um longo ciclo depressivo, desde 1962, agravado por uma inflação crescente, que paralisava as obras consideradas básicas pelo governo, visando a uma melhor distribuição de renda, e causava forte pressão sobre os salários, originando um clima de enfrentamento entre patrões e empregados, que vinha se somar à crise política mais geral.

BRASIL: TAXAS DE INFLAÇÃO
(EM %) 1960-1983

Ano	%	
1960	30,0	
1961	47,7	
1962	51,3	
1963	81,3	
1964	91,9	
1965	34,5	Ciclo depressivo da economia brasileira
1966	38,8	
1967	24,3	
1968	25,4	
1969	20,2	
1970	19,2	
1971	19,8	
1972	15,5	Período do "milagre" econômico
1973	15,7	
1974	34,5	Impacto dos preços do petróleo
1975	29,4	
1976	46,3	
1977	38,8	
1978	40,8	Grandes greves operárias em São Paulo
1979	77,2	
1980	110,2	
1981	95,2	
1982	99,7	Exportação de capitais para pagamento da dívida externa
1983	211,0	

Fonte: Fundação IBGE.

Ao mesmo tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) sofria um fortíssimo decréscimo, caindo abaixo do crescimento demográfico:

BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): VARIAÇÃO ANUAL 1960-1965

Ano	%
1960	10,3
1961	7,6
1962	6,5
1963	1,0
1964	2,6
1965	2,1

Fonte: Fundação IBGE.

No contexto geral de crise, dá-se, também, ampla paralisação dos investimentos privados, seja por temor da conjuntura econômica e política seja por mecanismos de *lock-out,* visando a acelerar a deterioração econômica do governo Goulart. Ao mesmo tempo, os rumos tomados pela política externa brasileira, a denominada "Política Externa Independente", formulada desde os tempos de Jânio Quadros e conduzida por San Thiago Dantas, objetivando identificar o país com o movimento não-alinhado, faz com que comece a ser paralisada a chegada de capitais estrangeiros, em particular norte-americanos.

O presidente John Kennedy vinha exercendo uma violenta pressão sobre o Brasil, para alinhá-lo à política de bloqueio e enfrentamento a Cuba, lançando mão de inúmeros instrumentos de chantagem e coerção. Em primeiro lugar, a diplomacia norte-americana, muito pouco sutil, utilizava-se da "Aliança para o Progresso", só fornecendo alimentos e recursos aos estados e municípios que perfilhassem uma evidente oposição ao governo federal, chegando em alguns casos – como no Nordeste – a discriminar populações em estado de calamidade. Em segundo lugar, foi incentivada a doação de grandes somas a dois institutos formados para organizar e centralizar a ação contra o governo Goulart, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que passam a receber fundos das empresas norte-americanas e alemãs estabelecidas no Brasil, em estreito contato com a CIA. Aos poucos, ambas as instituições passaram a ter uma ação em comum, procurando a assessoria direta de homens da Escola Superior de Guerra (ESG), como o Coronel Golbery do Couto e Silva ou Heitor Herrera, e assumindo o apoio financeiro da campanha de políticos que defendessem o capital estrangeiro e lutassem contra a reforma agrária, chegando a movimentar fundos no montante de US$12 bilhões.

Mesmo assim, nas eleições de 1962, o trabalhismo avançou significativamente, com vitórias espetaculares de Miguel Arraes em Pernambuco e de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, tendo o PTB duplicado sua bancada no Congresso Nacional.

Quase que simultaneamente, o governo dos EUA decretava o bloqueio naval contra Cuba e o risco de enfrentamento das duas superpotências diminuía enormemente a liberdade de atuação dos países pobres e em situação crítica. Era fun-

damental para a administração Kennedy evitar a ampliação do movimento não-alinhado, em especial na América Latina, cujo peso dos votos na ONU já era preocupante. Simultaneamente, queria garantir amplo apoio para uma planejada ação contra Cuba.

Nesse sentido, Kennedy dirige uma carta pessoal a Goulart, onde evidencia-se o "chamado ao rebanho" do governo norte-americano, não deixando margem para uma política externa autônoma por parte do Brasil. Em alguns momentos, como veremos, chega a ter um tom acintoso:

> ... Espero que nestas circunstâncias V. Exa. sentirá que o seu país deseja unir-se ao nosso, expressando os seus sentimentos ultrajados frente a esse comportamento cubano e soviético e que V. Exa. achará por bem expressar publicamente os sentimentos do seu povo.
>
> Quero convidar V. Exa. para que suas autoridades militares possam conversar com os meus militares sobre a possibilidade da participação em alguma base apropriada com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério em qualquer ação militar que se torne necessária pelo desenvolvimento da situação em Cuba...
>
> (Do arquivo pessoal de João Goulart, citada por Moniz Bandeira.)

Ante as evasivas do governo brasileiro, Washington enviou ao Brasil seu secretário de Estado de Justiça, Robert Kennedy, que expressou seu "temor" pela presença de comunistas no governo brasileiro – um tema batido pela direita e que, após o golpe de 1964, daria origem à maior caça às bruxas da história do país – e pela situação do capital estrangeiro, em particular da ITT e da Bond & Share, nacionalizadas no Rio Grande do Sul durante o governo Brizola.

O instrumento mais eficaz, entretanto, da presença política e ideológica norte-americana no cenário nacional foi a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, em pleno contexto da guerra fria, para fomentar uma doutrina para as Forças Armadas brasileiras. Seguindo o modelo do War National College, com a diferença de que o objetivo desenvolvido na ESG, apelidada de "Sorbonne" – dada a presunção do alto nível dos seus estudos – era a preocupação com o desenvolvimento e com a chamada "guerra revolucionária", que seria conduzida de dentro do país, visando a conquistar o poder sem a intervenção direta dos soviéticos (os exemplos eram, sempre, a Tchecoslováquia e Cuba). Assim, o binômio "desenvolvimento e segurança" atendia ao mesmo tempo a um duplo objetivo: eliminar o atraso econômico evitando, assim, o fermento subversivo.

A ESG, principalmente entre 1950 e 1964, adquiriu características profundamente originais, em comparação com os demais movimentos modernizadores de cunho militar na América Latina: a estreita aliança com o capital privado, a defesa do liberalismo econômico *e a visão otimista quanto aos capitais estrangeiros*.

Vários dos principais expoentes da ESG, nos seus primeiros dias, como Juarez Távora, Golbery do Couto e Silva – representante da Union Carbide no Brasil – acreditavam firmemente no mérito dos investimentos privados e da livre concorrência como elementos centrais do desenvolvimento tecnológico com a cooperação do grande capital estrangeiro. Assim, muitos "esgnianos" lutaram contra a criação da Petrobrás (o mo-

nopólio estatal da produção de petróleo), como Juarez Távora, e das demais empresas estatais, como a Eletrobrás ou Embratel, responsáveis pela infra-estrutura do desenvolvimento econômico do país, preferindo, na ausência de capitais nacionais de porte adequado, a entrega dos referidos setores ao capital estrangeiro.

Obviamente, após o golpe de 1964 – no ponto mais grave de um ciclo recessivo –, face à exigüidade da poupança interna e a decidida opção do capital estrangeiro pelo setor de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, veículos), os próprios militares tiveram que patrocinar a intervenção estatal, criando uma das maiores e mais eficientes redes de empresas monopolísticas públicas (mineração, energia elétrica, telecomunicações, transporte, siderurgia).

A própria ESG deixou, após 1964, de dar ênfase ao desenvolvimento econômico, evitando um tema que expunha as Forças Armadas à divisão entre facções "nacionalistas" e "entreguistas".

Aos poucos, a ESG voltou-se bem mais para a questão da "segurança interna", reforçando a doutrina de segurança nacional, base de ação do Conselho de Segurança Nacional, órgão assessor da presidência da República, assim como do Serviço Nacional de Informações (SNI), projetado e dirigido pelo próprio General Golbery do Couto e Silva. A doutrina serviu, ainda, de base para a Lei de Segurança Nacional, utilizada pelos tribunais militares contra centenas de oponentes ao regime militar, em especial, contra intelectuais e jornalistas.

O ESTABELECIMENTO DO REGIME AUTORITÁRIO

Foi naquele contexto de aguda crise econômica e de enfrentamento político que começou a esboçar-se o golpe militar. A vitória de Goulart, no plebiscito que restabelece o presidencialismo com mais de dez milhões de votos, e a vitória do bloco de esquerda nas eleições regionais de 1962, confirmavam o prognóstico do general Golbery do Couto e Silva acerca do crescimento do voto da esquerda e as poucas opções políticas para a sua contenção.

No final de 1963, eclodira, em Brasília – a nova e custosa Capital Federal – um motim de suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, exigindo o direito de voto e melhores condições na tropa, colocando o presidente na difícil situação de apoiar a quebra da hierarquia militar ou fortalecer, pela repressão aos amotinados, seus próprios oponentes.

Com dificuldade Goulart contornou a crise, restabelecendo a disciplina militar e trocando comandos para, em seguida, enfrentar uma tentativa de golpe, com a descoberta de arsenais clandestinos no Rio de Janeiro, mantidos pelo então governador da UDN, Carlos Lacerda. A tentativa de controlar a situação através da decretação do Estado de Sítio foi esvaziada pelos ministros militares, deixando a nu a falta de apoio ao presidente.

Nessas condições resta a Goulart, com apoio das organizações sindicais, dos nacionalistas e dos partidos de esquerda, passar, então, para a ofensiva e, buscando nas ruas, através de manifestações de massa e de comícios, a base que lhe faltava no Congresso. Esse ver-se-ia na contingência de recusar a realização da sua vontade, particularmente no tocante às Reformas de Base.

Para implementar as reformas que considerava necessárias, Goulart apoiava-se no então chamado "dispositivo militar-sindical": alguns comandos militares fiéis e a ampla rede de sindicatos, controlados pelo Estado desde a época de Vargas.

Assim, uma série de leis é encaminhada ao Congresso, entre elas a lei da Reforma Agrária, em 15 de março de 1964, após espetacular comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro, local de passagem de milhares de trabalhadores. No dia 26 de março de 1964, eclode uma Revolta de Marinheiros no Rio de Janeiro, dirigida e planejada por um agente da CIA, o famoso "Cabo Anselmo", colocando o governo na iminência de dar poderes extraordinários às Forças Militares, em um momento de extrema confusão política. Como, durante a revolta, dá-se a união entre marinheiros, estivadores, ferroviários e outros sindicatos poderosos, a ira dos comandantes militares volta-se contra as lideranças trabalhistas, acusadas de incentivar a formação de *sovietes*.

O esforço de Goulart em contornar a crise é vão, pois, a essa altura, as lideranças civis de Minas Gerais, com o Governador Magalhães Pinto, da UDN; de São Paulo, Ademar de Barros, do Partido Social Progressista; e da Guanabara, Carlos Lacerda, também da UDN, já articulavam com os comandos militares, em particular os Generais Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Costa e Silva e Castelo Branco, esse o mais prestigiado chefe militar de então, o desfecho do golpe para o mesmo mês de março.

Esses governadores conseguem o apoio do governador do Espírito Santo, Lacerda de Aguiar, para a cessão de um porto à frota norte-americana que, através da operação *Brother Sam*, estava sendo enviada para intervir em favor dos amotinados; muito possivelmente julgava-se que o presidente reagiria no Rio de Janeiro.

O golpe é desfechado de forma rápida; o Presidente, temeroso de um "banho de sangue", prefere não reagir e seu cargo é declarado vago pelo Congresso Nacional, onde se forma uma nova maioria de direita, em uma aliança dominada pela UDN. Iniciam-se os expurgos políticos.

O próprio Congresso rasgava a Constituição de 1946 que, pretensamente, defendia contra o reformismo do governo, ao declarar o afastamento de Goulart, abrindo, assim, um período de mais de 20 anos de arbitrariedade.

A conseqüência imediata do golpe foi a formação de uma nova maioria, bastante sólida, constituída pelos partidos de direita, que exerceu um forte fascínio sobre centristas e liberais. Acreditavam em uma intervenção militar rápida, visando particularmente a uma reforma econômica, ao controle da inflação e ao fim da corrupção.

Grande parte da imprensa formou ao lado da nova maioria e do seu esquema militar, apoiando o afastamento do presidente da Câmara (João Goulart já era um vice-presidente, empossado em virtude da renúncia de Jânio Quadros) e a eleição, pelo próprio Congresso mais uma vez contra a Constituição – do general Humberto de Alencar Castelo Branco, para o cargo de presidente da República.

Tanto os civis quanto os militares envolvidos no golpe pareciam ter um projeto bastante bem delimitado de intervenção na vida política do país, sempre norteado pelo mito das Forças Armadas como um "Poder Moderador", ao lado dos demais poderes constituídos da República.

A intervenção deveria ser curta e saneadora, tendo em vista, exclusivamente, o restabelecimento da ordem política e econômica, para permitir em seguida a volta à vida política normal do país.

Obviamente, tal discurso baseado na concepção de um "Poder Moderador" negava-se a ver as diversas intervenções militares no Brasil contemporâneo sempre dirigidas contra determinados segmentos políticos e sociais, em detrimento das camadas populares, dos grupos liberais, da esquerda. Desde 1946, todas as manifestações militares tiveram um caráter de direita, embora estivessem sempre encobertas pelo discurso da probidade, da luta contra a demagogia e pela busca do desenvolvimento econômico. Negavam-se, assim, a ver as contradições existentes no interior das forças que se auto-intitulavam "regeneradoras". Do contrário, como fazer um golpe de Estado contra a corrupção ao lado do governador de São Paulo, Ademar de Barros, apontado publicamente como o político mais corrupto da República?

Entretanto, o grau de envolvimento que os militares assumiram em inúmeros setores da vida nacional, sempre convencidos da sua superioridade administrativa e seguros do seu neutralismo político desde os primeiros dias do golpe, deixava entrever uma ação continuada e de longa duração.

Logo de início, destacavam-se a profundidade e o furor da repressão política, em particular contra o Trabalhismo e outras organizações de esquerda. Os sindicatos trabalhistas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Universidade, bem como jornais e rádios, tiveram suas sedes ocupadas e destruídas, em evidente desrespeito à Constituição e aos direitos e garantias individuais. Ao mesmo tempo, a morte e o desaparecimento de inúmeras lideranças sindicais e camponesas, assim como a deposição de governadores eleitos, prenunciavam o que seriam os anos de Terror do regime militar.

No Rio de Janeiro, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, ocupava a televisão para exigir expurgos no serviço público, particularmente nas escolas e nas Universidades. A poderosa FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), ao lado da Sociedade Rural Brasileira e do jornal *O Estado de S. Paulo*, advertiam, em 4 e 5 de abril de 1964, que sem expurgos profundos na sociedade a "Revolução" (como os militares intitularam seu golpe) não seria vitoriosa.

O novo governo, encabeçado pelo general Castelo Branco, altera profundamente a política econômica do país, chamando para o ministério dois políticos identificados com o liberalismo econômico mais ortodoxo: Roberto Campos e Bulhões de Carvalho. As medidas tomadas pela nova equipe objetivavam a retomada imediata do desenvolvimento econômico e a contenção da inflação. Para alcançar tais objetivos lançam mão de um elenco de medidas que poderiam ser resumidas em dois grandes blocos: de um lado, a liberalização da entrada, ação e saída de capitais estrangeiros no país, revogando a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior, com que Goulart procurara obstar as saídas de divisas do país e que provocara tamanha hostilidade da administração Kennedy; e, de outro, o controle dos salários, mantidos sempre abaixo da inflação (o "arrocho salarial"), a fim de, com isso, manter as taxas de remuneração do capital e, sobretudo, a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

Um outro vetor da política econômica procura diminuir a presença do Estado na economia, conforme os princípios liberais, através da privatização de amplos setores estabelecidos pelo Estado para criar as bases do desenvolvimento econômico. Assim, o Lloyd Brasileiro e a Fábrica Nacional de Motores são entregues ao capital estrangeiro, enquanto simultaneamente, o Estado renuncia ao controle dos preços

internos, particularmente no setor de alimentos, embora continuasse a manter os salários abaixo da inflação.

O efeito é imediato sobre as condições de vida, que marcam um acentuado declínio, enquanto a economia, no seu conjunto, dá vivos sinais de retomada do crescimento:

BRASIL: ÍNDICE DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (1960 = 100) 1960-1970

Ano	%
1960	100,00
1961	111,52
1962	101,82
1963	89,51
1964	92,42
1965	89,19
1966	76,03
1967	71,92
1968	70,39
1969	67,74
1970	68,93

Fonte: Retrato do Brasil, vol. 3, Editora Política, São Paulo, 1984.

Simultaneamente, o custo-hora da cesta básica elevava-se, passando de 98h20min. de trabalho necessário para sua aquisição, em 1963, para 109hl5min., em 1966, em uma escalada que atingiria as 172h10min. em 1983.

Para manter tal política econômica, concentradora de renda e antipopular, o regime militar foi obrigado a aprofundar, ainda mais, sua política repressiva, particularmente contra os sindicatos. Entre 1964 e 1969, 47 líderes políticos "desaparecem"; o Estado intervém 456 vezes em sindicatos, em 1964, e mais 358 vezes, em 1965, destituindo lideranças eleitas, fechando os mais combativos e nomeando interventores, muitas vezes militares.

Como toda essa ação repressiva provocasse "mal-estar" no Congresso, já funcionando sob controle militar, algumas lideranças protestam contra a militarização do país. As lideranças civis da "Revolução ", em particular Carlos Lacerda e Ademar de Barros, temem a perpetuação do poder militar, que prejudicaria seus projetos de alcançar a presidência da República. Em especial, as limitações impostas à autonomia dos estados, no âmbito da Federação, irritavam os estados mais fortes, como São Paulo e Minas Gerais. Nesse contexto, a erosão da nova maioria, alcançada através do golpe, começa a acelerar-se, culminando no virtual rompimento da coligação civil-militar que fizera o golpe.

O combate à corrupção, uma das bandeiras básicas dos militares, começava a fazer vítimas nas fileiras revolucionárias, atingindo lideranças civis expressivas,

como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o governador Ademar de Barros, no momento exato em que começava forte oposição ao regime militar. Nas próprias fileiras das Forças Armadas surgem cisões, particularmente junto aos militares nacionalistas, irritados com a supressão da "política externa independente" do período anterior; com a nossa participação, sob comando norte-americano, na invasão da República Dominicana, e com a entrega a capitais estrangeiros de setores estratégicos da economia nacional.

Velhos militares, como Amaury Kruel, passam para a oposição, fortalecendo o núcleo de liberais e trabalhistas remanescentes, que procuravam organizar uma oposição legal ao regime.

Dá-se um reconhecimento generalizado de que o modelo econômico implantado, embora tivesse conseguido deter a inflação (que caíra de 91% ao ano em 1964 para 21% em 1969) e retomar o crescimento econômico, custara, até então, a ampliação da pobreza e a transformação do país "em um imenso quartel", como os próprios líderes militares viam, com a imposição da Lei de Segurança Nacional.

O surgimento de uma forte oposição visando à campanha para as eleições regionais de 1966 em dois estados de grande importância, Minas Gerais e a Guanabara, faz com que os militares proponham o fim dos partidos políticos.

Assim, os setores mais radicais das Forças Armadas, a chamada "linha dura", impõe o Ato Institucional nº 2, em 1965, que dissolve os partidos políticos e limita a representação partidária a duas grandes frentes: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de apoio ao regime, com seus quadros saídos da UDN, PSD e demais partidos da direita (como o Liberal e o Republicano) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), organizado por alguns líderes militares, como Amaury Kruel e Oscar Passos, grande parte do PTB, a ala esquerda do PSD, o PS e o PSP, além do PC, sob a forma de II "entrismo", já que seus líderes e militantes passam a ser perseguidos pelos órgãos de repressão política, como é o caso de Luís Carlos Prestes, um comunista histórico.

Logo em seguida, a Constituição de 1946 é reformada em sentido autoritário, estabelecendo eleições indiretas e consolidando a intervenção militar na vida pública.

O regime se institucionaliza.

No mesmo ritmo, a resistência civil torna-se mais ousada e forte, ocupando, a partir de 1968, as ruas das principais cidades, os palcos e as salas de aula.

O movimento operário parece renascer de um longo período de adormecimento, eclodindo greves de massa em centros industriais como Osasco, em São Paulo, e Contagem, em Minas Gerais.

O recrudescimento da Guerra do Vietnã, a eclosão do movimento estudantil, particularmente na França (de onde vinham apoio e simpatia aos resistentes brasileiros) e a intensificação da Revolução Cultural, na China, criam um fermento de descontentamento bastante forte, a somar-se com a inconformidade nacional contra o regime militar.

No fim de 1968, sucedem-se conflitos de rua, particularmente no Rio de Janeiro onde milhares de pessoas desfilam em manifestações contra a ditadura. É editado, em resposta, o Ato Institucional nº 5, instrumento básico, doravante, da ação da ditadura, que fecha o Congresso, cassa inúmeros mandatos parlamentares, esta-

belece a censura prévia, os inquéritos militares sigilosos. O presidente Arthur da Costa e Silva, o segundo general a ocupar o posto depois de 1964, afasta-se por motivo de saúde e os ministros militares impedem que o vice-presidente Pedro Aleixo, um velho político udenista, assuma o cargo.

O país é declarado em "guerra subversiva", com o estabelecimento da pena de morte.

A resistência armada intensifica, também, sua ação, totalmente descrente da eficácia da ação parlamentar sob a tutela militar. Sob influência do "foquismo", defendido por "Che" Guevara e Regis Debray, a esquerda se cinde em duas posições: o Partido Comunista Brasileiro, pró-soviético, desenvolve a resistência no interior do MDB e dos poucos sindicatos ainda atuantes, enquanto sua dissidência, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha chinesa, defende a guerra revolucionária e inicia uma campanha de guerrilhas rurais, com escasso apoio camponês; outras dissidências, como Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), assim como a Ação Popular, católica, desenvolvem a guerrilha urbana.

A Junta de Ministros Militares resolve, em decorrência da morte do presidente, declarar vaga a presidência e reformar a Constituição, editando a Emenda Constitucional nº 1, que incorpora à Constituição todos os instrumentos repressivos criados desde 1964, inclusive o AI-5.

O Congresso, agora um *Rump Parliament,* é chamado para votar as medidas tomadas pela junta, o que faz sem protestos.

Um general, até então desconhecido, Emílio Garrastazu Médici, é indicado presidente do país.

Consumava-se "o golpe dentro do golpe", a fase mais radical do regime militar.

Os desaparecimentos de oponentes políticos sucedem-se com extrema freqüência: entre 1964 e 1981 são 341 pessoas que desaparecem nos porões dos órgãos de repressão. Alguns casos abalam a consciência nacional, obrigando todos a refletirem sobre a miséria moral a que o país chegara. Em 1966, um sargento do Exército, expulso da corporação por motivos políticos, é encontrado com mãos e pés algemados, no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul ("O Caso Mãos Amarradas"); em 1971, o ex-deputado Rubens Paiva, da antiga Frente Parlamentar Nacionalista, é seqüestrado em sua casa e desaparece; no mesmo ano Stuart Angel, filho da figurinista Zuzu Angel, é brutalmente torturado e seu corpo jogado ao mar – em 1976, Zuzu Angel, incansável na busca do corpo do filho, morre em um acidente não explicado; em 1975, o jornalista e escritor Wladimir Herzog é torturado e morto nas dependências do CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo: Wladimir era um sobrevivente de campos de concentração nazistas.

A repressão abate-se, também, sobre os intelectuais, artistas e estudantes. Peças teatrais de Bertolt Brecht e Federico Garcia Lorca são proibidas em 1967; o Teatro Opinião, um dos principais centros da dramaturgia brasileira, é invadido por forças militares; paramilitares do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadem e depredam um teatro, em São Paulo, onde exibia-se *Roda Viva,* um musical de Chico Buarque de Hollanda.

Em 1971, os teatrólogos Augusto Boal e Julien Beck são presos e depois expulsos do país, iniciando uma longa jornada em direção ao exílio. Ao todo, são proibidas cerca de 500 peças teatrais, entre elas *Streetcar Named Desire* (*Um bonde chamado desejo*), de Tennessee Williams.

O cinema sofre duros golpes, com a perseguição implacável a diretores como Glauber Rocha e Ruy Guerra, abalando enormemente o emergente "Cinema Novo", enquanto os órgãos oficiais de proteção ao cinema financiam filmes pornográficos (são as chamadas pornochanchadas).

A música popular brasileira também sofre os efeitos da repressão, em particular a Bossa Nova, em sua fase "favela", de identificação com a questão social, onde o lirismo se entrelaça com o desânimo face às injustiças:

"Acender as velas já é profissão
Quando não tem samba tem desilusão
É mais um coração que deixa de bater
Um anjo vai ao Pai do Céu
Deus me perdoe
Mas vou dizer
O doutor chegou tarde demais
Porque no morro não tem automóvel
para subir
Não tem telefone para chamar
Não tem beleza para se ver
E a gente morre sem querer morrer!"
(Zé Ketti)

A pressão contínua contra a gravação de músicas engajadas, chamadas de protesto, a censura prévia e a invasão de teatros inibem e impedem a criação artística. Inúmeros compositores e poetas são presos.

Surgem outros movimentos musicais como o "Tropicalismo", mistura de *non sense* – a linguagem possível sob a ditadura – e sensualismo, com soluções musicais herdadas da Bossa Nova e do Rock'n Roll, como em "Tropicália":

"No pulso esquerdo o bang-bang
Em suas veias corre muito pouco sangue
Mas seu coração balança a um samba
De tamborim
Emite acordes dissonantes
Pelos cinco mil alto-falantes
Senhoras e senhores ele põe os Olhos Grandes
Sobre mim."
(Caetano Veloso, 1968.)

O obscurantismo atinge também a Universidade, com a expulsão de físicos, médicos, juristas, historiadores e cientistas sociais, além de centenas de estudantes.

No seu afã de manter a ordem, a Censura torna-se responsável pela separação entre o bem e o mal. De forma sucessiva, no início dos anos 70, proíbe a publicação da Declaração da Independência dos Estados Unidos, a exibição do Balé Bolshoi e a exposição de uma cópia da escultura "Davi", de Miguelângelo!

O novo governo, do general Médici, embalado nos mais altos índices de crescimento econômico da história do país, calçado na entrada maciça de capitais estrangeiros e no arrocho salarial, e em um mercado internacional em expansão, proclama o "Milagre Brasileiro" como o patamar inicial de um crescimento acelerado e ininterrupto.

Surge o nacionalismo ufanista do "Brasil Grande", a realização da vocação nacional a ser grande potência e o tratamento de todos os críticos da política econômica, em particular do endividamento, como traidores. O governo incentiva a propaganda nacionalista em torno do *slogan:* "Brasil: ame-o ou deixe-o", utilizado nas comemorações oficiais da vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970.

Sob o efeito do milagre econômico e da vitória nos campos de futebol, o regime militar parece consolidado e forte.

O milagre começa, entretanto, a mostrar sua fraqueza ao longo do governo do quarto general-presidente, Ernesto Geisel, quando os dois pilares do desenvolvimento brasileiro (endividamento externo e arrocho salarial) parecem chegar ao seu limite. Em particular, o endividamento, com juros flutuantes, parece engolir, cada vez mais, fatias enormes do Produto Interno Bruto:

BRASIL: RELAÇÃO ENTRE O VOLUME DA DÍVIDA EXTERNA E O PIB – 1980-1984

1980	18,9
1981	19,1
1982	28,5
1983	41,1
1984	46,3

Fonte: Banco Central do Brasil, 1986.

O impacto da alta dos preços do petróleo, a partir da Guerra do Yom Kippur, em 1973, começa a estrangular a indústria nacional, em grande parte nucleada em montadoras de veículos e abastecida por derivados de petróleo.

Mesmo o transporte urbano, que desdenhara a energia elétrica, sofre imenso impacto, que é repassado para os consumidores.

Uma grande parte da população encontra-se abaixo do mínimo indispensável de 2.240 calorias diárias, como vemos nos quadros apresentados a seguir.

A crise do milagre econômico acentua o descontentamento com o regime, alvo de profundas críticas, acusado, em particular, de ter acentuado as desigualdades regionais e sociais, com uma brutal concentração de renda junto aos mais ricos.

Brasil: Condições de Vida: Desnutridos em Relação ao Conjunto da População

Período	*Desnutridos*	*% sobre população*
1961-63	27 milhões	38
1974-75	71 milhões	67
1984	86 milhões	65

Fonte: Fundação IBGE.

Brasil: Concentração de Renda, em Porcentagem, Conforme os Grupos Sociais

Grupos	% sobre população	1960	1970	1976	1980	1983
Pobres	50	17,4	14,9	13,1	14,2	12,2
Médios	30	27,4	23,2	21,7	22,6	23,2
Ricos	20	54,8	61,9	65,2	63,2	64,6

Fonte: Fundação IBGE.

Embora levando o país a um crescimento econômico próximo aos 10% ao ano, com o desenvolvimento de um vasto parque industrial, o regime militar não conseguiu, bem pelo contrário, diminuir as injustiças sociais. Tratava-se de um processo de concentração econômica que prenunciava uma crise social bem mais ampla.

Nas eleições parlamentares de 1974, sob o impacto da crise econômica e uma sucessão de escândalos financeiros, o MDB consegue uma ampla vitória eleitoral. Os debates entre candidatos e a propaganda política, pela primeira vez expressa de forma livre, dão ciência à população de uma dívida externa de mais de US$100 bilhões e mostram a face oculta do milagre.

O presidente Geisel, após inúmeras hesitações, acelera a abertura política, afastando militares identificados com a tortura e com a corrupção. Sob pressão da opinião pública dá continuidade a uma abertura "lenta, gradual e segura", consolidada na Emenda Constitucional de 1978, que revoga os atos discricionários e restabelece eleições locais.

A crise institucional da ditadura, acompanhada pela abertura política, era, em grande parte produto do esgotamento do modelo de substituição de importações praticado no país desde os anos 30. Iniciado como um processo de internalização da produção de bens de consumo, até então importados, visando principalmente a aliviar a pauta de importações, a substituição de importações passa rapidamente de uma fase "fácil", a produção de bens de consumo, para uma fase "difícil", a produção de bens intermediários e de capital. Tal processo, transitando do primeiro governo Vargas até o segundo Vargas e o período JK, atinge, sob a ditadura militar, um aspecto novo. Tratava-se de tomar pé na chamada Segunda Revolução Industrial, com a construção de infra-estrutura ampliada, a produção interna de máquinas produtoras de máquinas e a incorporação dos setores de ponta, como a química fina, a informática, a indústria de armas e tecnologia nuclear. Este é, largamente, o significado do

 II Plano Nacional de Desenvolvimento/PND: concluir a industrialização avançada

do país. Evidentemente, necessitava-se agora de uma atuação direta do Estado e um endividamento crescente – a pauta de importações de tecnologia avançada é simplesmente mais cara do que simples bens de consumo.

A mudança dramática da conjuntura mundial, em especial a partir de 1973, com o choque do petróleo, produz um forte impacto sobre o modelo em prática. Esgotam-se as fontes de financiamento, elevam-se os gastos estatais e fecham-se os grandes mercados mundiais. O modelo, em seu conjunto, altamente dependente de conjunturas favoráveis, chegava à exaustão.

O último general-presidente, João Batista Figueiredo, acelera as transformações institucionais, entre 1979 a 1984, concedendo a Anistia Política, que vinha sendo exigida pela sociedade, e altera a legislação partidária, dando maior liberdade de organização aos partidos.

A reforma dos partidos políticos visava a quebrar o monopólio que o MDB exercia na oposição, fragmentando-o em inúmeros partidos e evitando, dessa forma, uma ascensão da oposição ao poder.

A antiga frente governista, a ARENA, transforma-se no PDS (Partido Democrático Social), sob a liderança de José Sarney, político oriundo da UDN e fiel ao regime militar; enquanto isso, o MDB assume a palavra "partido", tornada obrigatória, e transforma-se em PMDB, mas perde uma imensa fração de centristas e liberais, que formam o Partido Popular, o PP, sob a liderança do ex-primeiro-ministro Tancredo Neves. O PP é considerado uma oposição confiável, "uma linha auxiliar do governo", na expressão do articulador político do regime, Petrônio Portela, e capaz de servir de "ponte" na transição entre a ditadura e um regime representativo.

O PMDB perde, ainda, um amplo setor trabalhista, dividido entre três partidos: o PTB, renascido sob a tutela de políticos clientelísticos, com bases principalmente em São Paulo; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), liderado por Leonel Brizola, agora identificado com a social-democracia européia e com amplas bases no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; e o PT (Partido dos Trabalhadores), montado a partir do novo sindicalismo independente, particularmente de São Paulo, reunindo católicos progressistas, socialistas e diversos grupos da esquerda não-reformista.

Nas eleições para governadores de estado a oposição elege dez governadores, testando a realidade da abertura política e impondo derrotas nas principais capitais, onde surgem Franco Montoro (São Paulo), Leonel Brizola (Rio de Janeiro) e Tancredo Neves (Minas Gerais).

A continuidade da crise, com uma inflação de 200% ao ano e mais de quatro milhões de desempregados, faz estalar a crise nos meios militares, com um grupo – a chamada "comunidade de informação e segurança" – negando-se a aceitar a abertura política e apelando para o terrorismo contra alvos civis.

Os partidos, a Igreja, os órgãos de classe reúnem-se em uma imensa campanha política por eleições presidenciais diretas (as "Diretas já"), pondo lado a lado líderes como Tancredo Neves (que retomara, com o PP, para o PMDB, ante a impossibilidade de fazer coligações políticas), Ulisses Guimarães, do PMDB e principal articulador da união das oposições, Leonel Brizola, do PDT e Luís Inácio da Silva, do PT.

São manifestações de massa, com a participação de mais de um milhão de pessoas em certas capitais estaduais, isolando o regime e seu candidato à sucessão, o

ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, acusado de corrupção e arbitrariedade por políticos do próprio partido governista.

Sob cerco militar e em Estado de Emergência, o Congresso vota pelas eleições indiretas, por um colégio eleitoral, do presidente da República, em um aparente favorecimento do candidato governista.

As oposições conseguem, entretanto, cindir o partido governista, o PDS, sob a argumentação de comoção social se o regime fosse continuado por um político rejeitado nacionalmente, levando à saída do presidente do PDS, José Sarney, do governo, para compor a chapa de oposição como vice-presidente de Tancredo Neves, escolhido como candidato por sua moderação e capacidade de compor politicamente.

Tancredo Neves fizera um acordo com o ex-presidente Geisel e o vice-presidente Aureliano Chaves, de tomar membros do PDS como ministros, além do próprio Sarney como vice, e comprometia-se a não permitir inquéritos sobre as torturas, desaparecimentos e escândalos financeiros, bem como a impedir qualquer membro do antigo regime de ser responsabilizado pela dívida externa.

Tancredo Neves é eleito presidente do país, com o compromisso de instalar uma Assembléia Nacional Constituinte, transformando assim o seu governo na transição entre a ditadura e a democracia.

Infelizmente, o ex-primeiro-ministro de João Goulart morreu antes de assumir o cargo, deixando para todos uma pesada herança: redemocratizar um país profundamente dividido, com desigualdades sociais gigantescas e um estado econômico calamitoso, liderado por homens de escassa experiência democrática.

José Sarney, ex-líder da ARENA e ex-presidente do PDS, vice-presidente da coligação Aliança Democrática, união do PMDB com dissidentes do PDS, é empossado primeiro presidente da Nova República.

CARACTERÍSTICAS DA TRANSIÇÃO NO BRASIL

Alessandra Carvalho

Os primeiros indícios da iminência de transformações no regime militar surgem em 1974, quando o presidente Ernesto Geisel profere um discurso aos seus ministros no qual afirma a intenção de promover mudanças políticas. Neste mesmo discurso, Geisel busca também estabelecer os limites destas mudanças, entendendo-as como um "gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático".

As razões para esta iniciativa, segundo os estudiosos do período, seria a necessidade de se antecipar a uma possível crise de legitimidade, até então sustentada no crescimento econômico, que já apresentava sinais de esgotamento, e no combate à subversão. Além disso, desde a instalação da ditadura em 1964 fazia-se presente entre os militares grupos que defendiam o afastamento das Forças Armadas da chefia do governo. Por último, o envolvimento crescente dos militares na administração federal trazia problemas e riscos de divergências no seio das próprias Forças Armadas.

A estratégia do governo Geisel consiste na revalorização da esfera político-partidária como o caminho para a transformação do regime. Neste sentido, as primeiras medidas liberalizantes surgem nas eleições legislativas e para os execu-

tivos estaduais em 1974, na qual os militares esperam ver confirmado nas urnas o apoio da população ao regime militar. Para isso, seria fundamental que a competição eleitoral entre os partidos existentes, ARENA e MDB, possuísse um mínimo grau de efetividade, não sendo encarada como uma farsa ou simulacro. Daí a permissão de um amplo espaço para a propaganda eleitoral em rede nacional e o incentivo à participação popular no pleito.

Contabilizados os votos, a surpresa foi geral: o partido de oposição, MDB, consegue 16 das 22 cadeiras de senadores em disputa, além de aumentar de 28% para 44% sua bancada na Câmara. Nas eleições majoritárias, o MDB também aparece como vencedor nos 16 estados. Percebendo as possibilidades reais de crescimento e fortalecimento através de eleições, a oposição se aproxima da estratégia militar, principalmente depois da vitória eleitoral alcançada em 1974.

Para se resguardar de outras surpresas nas eleições seguintes, o governo Geisel promulga em 1976 a célebre "Lei Falcão", que impõe estreitos limites à propaganda eleitoral nos meios de comunicação. Por outro lado, o governo faz amplo uso da legislação existente para cassar o mandato de vários parlamentares que, criticando duramente a ditadura e exigindo mais rapidez na abertura, não "obedeciam" ao gradualismo exigido pelos militares. Desta forma, o regime tenta determinar o ritmo das mudanças, permitindo uma maior participação porém de forma controlada na arena política.

Em 1977, buscando assegurar a vitória da ARENA nas próximas eleições e a manutenção da maioria na Câmara, o presidente Geisel decreta um recesso temporário do Congresso no início do mês de abril, durante o qual articula com seus colaboradores mais próximos uma série de artigos e decretos-leis que ficam conhecidos como o "Pacote de Abril". Este prevê eleições indiretas para governadores estaduais, eleição de um terço dos senadores também por via indireta (os senadores biônicos), extensão das restrições da Lei Falcão às eleições estaduais e federais, ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial e a redução do quórum necessário à aprovação de reformas constitucionais de dois terços para a maioria simples no Congresso.

Com estes atos, o regime busca controlar um processo político que ameaça escapar-lhe das mãos, principalmente a partir do ano de 1977, quando começam a surgir na chamada sociedade civil críticas bastante severas à ditadura. Organizações como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como setores da Igreja Católica, iniciam duros ataques à atuação dos militares na repressão política, denunciando seguidamente violações aos direitos humanos. Esta movimentação havia sido detonada em outubro de 1975, após a morte do jornalista Wladimir Herzog numa dependência do Exército, na cidade de São Paulo. Alguns meses depois, foi a vez do operário Manoel Fiel Filho morrer no mesmo quartel, causando uma onda de condenação pública ao regime militar.

O ano de 1977 marca também o início das críticas do setor empresarial, sobretudo paulista, às políticas governamentais, quando a economia já começa a sentir os efeitos da crise do petróleo de 1973 e a "ressaca" do milagre econômico. As primeiras declarações deste grupo contestam a centralização excessiva das decisões no Executivo federal, reclamando uma maior liberdade para a atuação dos grupos econômicos. Estas críticas ao governo e sua política econômica terminam em ataques

ao próprio regime e na defesa das liberdades democráticas e do retorno ao estado de direito, funcionando como um reforço às exigências de mudanças políticas advindas de outros setores da sociedade.

Este distanciamento entre o governo militar e empresários, entretanto, encontra limites bem precisos no recrudescimento dos movimentos sindicais. Diante das greves em 1978 em diante, que projetaram Luís Ignácio Lula da Silva no cenário nacional e demonstraram a rearticulação do movimento operário, os setores empresariais percebem que o processo de transição abre espaço para contestações mais profundas e que podem atingir seus interesses. Neste sentido, necessitam da atuação do governo na repressão aos movimentos operários para impedir que a abertura tome rumos indesejados.

A presidência do general João Baptista Figueiredo, iniciada em 1979, avança mais alguns passos em direção à redemocratização com a Anistia Política, que permite o retorno ao país de inúmeros exilados, e a reforma partidária. Esta última tem como objetivo dividir a oposição, até então aglutinada no MDB, dificultando sua ascensão ao poder. A ARENA, governista, se transforma no Partido Democrático Social (PDS), reunindo os partidários do regime sob a liderança do senador maranhense José Sarney. O antigo MDB se tornou PMDB, incorporando a palavra partido, obrigatória pela nova legislação, à sua antiga sigla.

Surgem também o Partido Democrático Trabalhista (PDT), próximo à social-democracia européia, cuja maior liderança será Leonel Brizola; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado a políticos clientelistas e com base em São Paulo; e o Partido dos Trabalhadores (PT), a partir do sindicalismo independente, particularmente de São Paulo, e contando também com católicos progressistas, socialistas e outros grupos da esquerda não-reformista.

O Partido Popular (PP), formado por políticos centristas e liberais que pertenciam ao MDB e capitaneado por Tancredo Neves, é criado em 1979 mas logo se reincorpora ao PMDB quando o governo proíbe coligações partidárias para as eleições de 1982, o que inviabiliza a existência do PP como força eleitoral devido à sua pouca organização em nível nacional.

As eleições diretas para governadores estaduais em 1982 colocam o regime militar frente a um novo cenário. Neste pleito, a oposição elege dez governadores, incluindo os estados mais importantes: Franco Montoro em São Paulo, Leonel Brizola no Rio de Janeiro e Tancredo Neves em Minas Gerais. O regime militar vai gradativamente perdendo sua capacidade de controlar a situação política e alguns grupos oposicionistas começam a se articular com vistas à sucessão presidencial em 1985. Correntes moderadas dentro do PMDB, tendo à frente o governador de Minas Gerais Tancredo Neves, iniciam um movimento duplo em 1983: o enfraquecimento dos grupos mais radicais dentro do partido e o estímulo à formação de uma dissidência no partido governista, o PDS, com vistas à formação de uma aliança no Colégio Eleitoral. Paralelamente, Tancredo inica também uma aproximação com os militares para garantir a continuidade do processo de transição.

A crise econômica, com inflação anual de 200% e mais de quatro milhões de desempregados, atinge duramente o país de 1982 em diante, provocando a intensificação das críticas ao governo. O ano de 1984 assiste à campanha pelas eleições diretas à presidência da República, conhecida como movimento das "Diretas Já".

Organizada por partidos, organizações de classe e a Igreja, esta campanha é marcada por surpreendentes mobilizações populares, nas quais o repúdio da sociedade ao regime militar alcançou grande repercussão.

Nos imensos comícios realizados nas principais capitais do país, passam a ser vistas bandeiras de todos os partidos, inclusive dos clandestinos PCB e PC do B, o que eleva o temor quanto a um possível fortalecimento de correntes esquerdistas e a reação que isto poderia suscitar entre os militares. Esta campanha coloca para o PMDB a questão de ter que dividir o estandarte de principal partido de oposição com outros partidos, como o PT de Lula e o PDT de Leonel Brizola, figuras marcantes nos palanques das "Diretas Já".

Com a derrota da emenda que previa eleições diretas no Congresso, a sucessão do governo Figueiredo seria decidida no Colégio Eleitoral entre os candidatos escolhidos pelo PDS e PMDB. A aliança em torno do nome de Tancredo Neves, articulada desde o ano anterior, consolida-se com a adesão do vice-presidente Aureliano Chaves – os dois políticos mineiros firmam o "Acordo de Minas", no qual Aureliano lhe garante apoio e votos para a disputa da presidência enquanto o governador mineiro lhe assegura participação no futuro governo e que o regime militar não será alvo de quaisquer investigações.

O PDS, por sua vez, escolhe como candidato o deputado paulista Paulo Maluf, político rejeitado nacionalmente. Uma parte considerável do PDS abandona o partido em direção à candidatura de Tancredo Neves, reforçando as fileiras da Frente Liberal articulada por Aureliano Chaves. Esta cisão do partido governista garante ao governador mineiro os votos suficientes para sua eleição para presidente da república.

A formação da Aliança Democrática, com a união do PMDB e a Frente Liberal formada por dissidentes do PDS, confere um novo encaminhamento à transição brasileira, acentuando seu caráter conservador. Isto porque, pelo cronograma inicialmente elaborado por Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, as conversações para a construção do acordo se desenvolveriam em três etapas sucessivas: primeiro, a união das várias correntes do PMDB em torno do nome conciliatório de Tancredo; depois, as negociações com os outros partidos oposicionistas e, por último, a tentativa de cooptação dos pedessistas insatisfeitos.

A rapidez inesperada da desintegração do partido governista e o apoio maciço ao candidato do PMDB subverte esta ordem prevista, tornando prescindíveis os votos dos partidos de esquerda, que poderiam trazer para a mesa de negociação exigências de maiores transformações na sociedade brasileira. Consolidada o acordo com a Frente Liberal e colocando-se como o candidato da paz e da conciliação, Tancredo Neves obteve uma vitória arrasadora sobre Paulo Maluf em 15 de janeiro de 1985.

OS MILITARES, A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES E A ABERTURA

Samantha Viz Quadrat

Após a tomada do poder pelas Forças Armadas em 1964, ficou notória a cisão existente dentro de seus quadros oficiais, mais precisamente dentro do Exército. De

um lado tínhamos a corrente militar que defendia uma *intervenção cirúrgica*, suficiente para afastar a ameaça comunista e reestabelecer a ordem no país. Como partidários desta idéia podemos destacar os presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco – que pretendia ser o primeiro e único presidente militar no período – e Ernesto Geisel, além do general Golbery do Couto e Silva. Alguns membros deste grupo voltaram a defender, desde o início dos anos 70, a volta da corporação aos quartéis pois, para eles, a política e suas disputas eram uma ameaça à coesão da corporação. Em oposição a este grupo, a outra corrente militar defendia a permanência das Forças Armadas no poder por quanto tempo fosse necessário, até que a ameaça do comunismo estivesse completamente afastada. Podemos identificar como principais representantes deste grupo – conhecido como *linha dura* – os presidentes Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici e, também o general Silvio Frota que nos anos de abertura declarava estar o governo Geisel ainda infestado de comunistas.

Esta divisão das Forças Armadas acompanhou todo o regime, e embora não tenhamos tido um governo formado exclusivamente por um ou por outro grupo podemos observar a alternância em que eles se sucederam no poder ao longo dos vinte anos de regime militar. No entanto, no momento da abertura iniciada pelo presidente Geisel, esta separação ganhou contorno especial quando a *linha dura*, principalmente através dos grupos que formavam a comunidade de informações (CIE, CENIMAR, CISA, DOI-CODI e SNI), se colocou como um dos maiores obstáculos ao projeto de devolução do poder aos civis.

O *sistema*, como ficaram conhecidos estes órgãos, conseguiu acumular durante os anos de regime militar um poder praticamente autônomo às cadeias de comando, tanto das Forças Armadas como as do governo. O fim do regime militar representava portanto o término deste poder e abria também a possibilidade de punição destes militares pelos atos praticados contra os direitos humanos, além de perdas salariais, com o fim das gratificações especiais que estes agentes recebiam à parte do resto da corporação.

A partir de 1973, quando se apresentava no cenário político do país os primeiros sinais de mudança no regime, os órgãos de informações iniciaram uma onda de perseguição aos principais representantes da oposição. Cresceram os números de mortos por "suicídio", "em combate", "tentativa de fuga", "atropelamento" e também os "desaparecidos". Os militares envolvidos com a repressão pareciam promover uma verdadeira *operação limpeza* no país, agindo ainda mais clandestinamente do que nos anos anteriores.

O reflexo desta mudança no *modus operandi* do aparelho repressivo acarretou no primeiro ano do governo Geisel a "crise dos desaparecidos". A sociedade, entidades civis e o MDB aos poucos começaram a se organizar no sentido de pressionar o governo para obter uma posição oficial sobre os desaparecidos. O retorno do governo, através do ministro da Justiça Armando Falcão, sobre os 26 militantes tidos como desaparecidos não foi o esperado, denotando o pacto de silêncio que havia se formado dentro da corporação militar.

Doravante, para dar prosseguimento ao seu projeto de abertura Geisel deveria exercer um controle maior sobre a comunidade de informações, devendo afastar os seus líderes públicos para conseguir o respaldo popular e ao mesmo tempo manter o aparato repressivo atuante para conter a oposição. Porém, mesmo buscando cercear

o poder da *linha dura*, Geisel não abriu mão dos mecanismos de controle criados por ela, dentre os quais podemos destacar o AI-5, extinto apenas em 01 de janeiro de 1979, e a Lei de Segurança Nacional. Geisel foi o presidente que mais cassou políticos durante o regime militar, em parte porque enfrentou uma oposição mais forte após a eleição de 1974 e também porque os limites da abertura não estavam bem definidos, o que incentivava as críticas e reivindicações pelo retorno ao Estado de direito por parte da oposição. Desta maneira, a comunidade de informações deveria ser controlada, mas não desmontada porque ela era útil ao controle da oposição e do próprio processo da transição.

Para demonstrar a sua insatisfação, os militares que atuavam na repressão e também na área de informação promoveram uma série de atentados terroristas visando desestabilizar a transição. Os estratagemas utilizados pelos homens da repressão eram de diversos tipos desde a prisão de políticos da oposição, como também, e principalmente, o uso da violência física através da tortura e morte de diversos presos políticos e de atentados contra a sociedade civil.

Uma das primeiras ações contra os grupos de esquerda feitas pelos militares insatisfeitos com o processo de abertura aconteceu em 30 de janeiro de 1975, quando foi desmontada uma gráfica clandestina do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que funcionava no porão de uma casa em Campo Grande (RJ). Esta descoberta ocasionou o aumentou da perseguição aos integrantes do PCB.

O caso que mais ganhou destaque neste período foi a morte do jornalista Wladimir Herzog, em 26 de outubro de 1975, nas dependências do Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI), em São Paulo. Herzog, que se apresentou espontaneamente às autoridades militares, morreu sob a tutela do Estado em mais um caso de "suicídio", apesar da foto com o jornalista morto demonstrar a impossibilidade do fato ter acontecido como foi relatado oficialmente. Era uma demonstração clara de que as forças de repressão desafiavam a autoridade presidencial e confiavam na impunidade.

Além de propiciar a reorganização da sociedade civil exigindo o fim do uso da violência por parte do Estado, a morte de Herzog deixou claro que a comunidade de informações estava fora do controle do presidente Geisel. E meses após este "incidente", em 17 de janeiro de 1976, a morte do operário Manuel Fiel Filho, nas mesmas condições em que morreu Herzog, deixava claro esta situação de descontrole. Numa tentativa de reafirmar o seu poder perante a corporação e a própria sociedade civil, Geisel demitiu o general Ednardo d'Avila Melo do comando do Segundo Exército, no qual ocorreram as mortes de Herzog e Fiel Filho, e nomeou o general Dilermano Gomes Monteiro, de sua inteira confiança.

A demissão do general Ednardo deu um falso ar de controle sobre a comunidade de informações, pois em 1976 aconteceu o "massacre da Lapa", uma ação policial na qual foram dizimados membros do PC do B, pondo fim à única organização clandestina de oposição ainda estruturada naquele momento.

Em meados de 1976 começaram os ataques à bomba em sedes de instituições civis de caráter oposicionista. A primeira bomba explodiu em 29 de agosto de 1976 na ABI (RJ) e no mesmo dia outra foi encontrada na OAB (RJ). Estes atentados foram assumidos pela Aliança Anticomunista Brasileira, grupo de extrema direita também contrário à transição. Este tipo de atentado continuou a ocorrer nos anos

seguintes tanto no governo Geisel como no de Figueiredo e não poupou nem mesmo as Igrejas Católicas, pois em 20 de dezembro de 1978, uma bomba destruiu o altar da igreja de Santo Antônio de Santana, em Nova Iguaçu (RJ). Antes deste atentado, o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, havia sido seqüestrado e espancado por pessoas não identificadas, em 02 de setembro de 1976. Desta maneira, fica claro que nenhuma oposição, até mesmo eclesiástica, seria permitida.

O projeto da abertura estava ameaçado pelos próprios integrantes da corporação e também pelos membros do governo. Em 1977, o líder da *linha dura* no governo, general Silvio Frota, lançou a sua candidatura à presidência da República desafiando a autoridade do presidente Geisel. Tal desafio não foi bem recebido por Geisel que o demitiu no mesmo ano. A demissão de Silvio Frota, sem a ciência do Alto Comando, deixou claro o acúmulo de poder que Geisel havia alcançado em torno de si.

O candidato do presidente Geisel a sua sucessão era o então chefe do SNI, o general João Baptista Figueiredo, tido muito mais como um militar do que como um político. Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979, e recebeu o aparato repressivo praticamente intocado, apesar de meses antes à sua posse Geisel ter extinto o AI-5 e feito pequenas alterações na Lei de Segurança Nacional.

Um dos principais pontos da agenda política de Figueiredo era a questão da anistia, item fundamental para o prosseguimento da transição democrática. As negociações levaram em conta os custos e os riscos que a anistia traria tanto para a oposição como para o próprio governo. Decretada em 28 de agosto de 1979, a anistia assegurou que não haveria "revanchismo" – uma das principais preocupações das Forças Armadas – pois o perdão não permitiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados e condenados. Atualmente a anistia ainda é evocada pelas Forças Armadas sempre que alguma nova denúncia é feita ou algum militar, associado à repressão, assume um cargo público ou posto de destaque.

No entanto, o cenário econômico encontrado por Figueiredo ao tomar posse e durante todo o seu mandato já não era o mesmo, pois o fim do "milagre econômico" e a instalação de uma forte crise financeira fez com que diversas greves eclodissem no país desde 1978. E assim como o seu antecessor, Figueiredo também não abriu mão do aparato repressivo e o utilizou para conter as greves e o movimento sindical que se reorganizava no país.

A partir de 1979, a comunidade de informações voltou a desestabilizar o processo de abertura. Em 04 de outubro de 1979, uma bomba incendiou o carro do jornalista Hélio Fernandes, no Rio de Janeiro, e a igreja Santo Antônio de Santana (Nova Iguaçu- RJ) voltou a ser atacada e desta vez não com bombas, mas com inscrições pichadas em seus muros. Nestas pichações estavam escritas as seguintes frases: "Fora Comunistas", "Este bispo é comunista", "Aqui, sede do PCB" e "Este bispo é pederasta". Numa clara tentativa de desmoralização e ameaça ao bispo Dom Adriano Hipólito.

No ano seguinte, em 1980, vários atentados à bomba foram realizados. Em 27 de agosto de 1980 uma outra bomba explodiu na ABI, matando a secretária Lyda Monteiro. Neste mesmo dia mais dois atentados à bomba ocorreram no Rio de Janeiro, um no jornal *Tribuna Operária* e outro no prédio da Câmara Municipal. Além destes atentados várias bancas de jornais que vendiam periódicos alternativos, como *O Pasquim* e o *Em tempo*, foram atacadas, assim como personalidades da vida

política do país – uma bomba foi encontrada no hotel onde estava hospedado Leonel Brizola e outra, no escritório do advogado Sobral Pinto – e locais onde estavam programadas reuniões da oposição, como a bomba que explodiu na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro onde ocorreria um ato de apoio ao PMDB.

O atentado mais audacioso destes grupos, adeptos do terrorismo de direita, foi o caso Riocentro em 30 de abril de 1981. A ação, que não se sabe clandestina ou não, pretendia explodir diversas bombas durante um show promovido em comemoração ao dia do trabalho. Cabe ressaltar que no ano anterior ao caso Riocentro uma bomba explodiu em uma loja do Rio de Janeiro, onde era possível comprar ingressos para o show de 1° de maio daquele ano.

Os acontecimentos do Riocentro não corresponderam aos planos traçados pelos militares envolvidos na ação, pois uma das bombas explodiu no interior do carro onde estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que acabou falecendo, e o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército (RJ). As pressões para a apuração do caso partiram não só da sociedade civil, como de dentro do próprio governo. A falta de esforço e interesse em apurar os responsáveis acabou marcando o governo Figueiredo e retirando de cena o general Golbery do Couto e Silva que não concordou com o desinteresse do governo pelo inquérito. O arquivamento do IPM foi feito com base na alegação de "falta de indícios de autoria".

Após o episódio do Riocentro, a comunidade de informações voltou a demonstrar fôlego ao condenar a campanha das "Diretas Já" com diversos pronunciamentos à imprensa, ameaçadores de um possível retrocesso na volta à democracia. E também ao fraudar material de campanha do então candidato à presidência da República, Tancredo Neves. No material distribuído, destacava-se o cartaz atribuído ao Partido Comunista Brasileiro, onde constava uma caricatura de Tancredo Neves, o símbolo do comunismo – a foice e o martelo ao contrário – com a frase "Chegaremos lá". Além do material impresso, vários militares foram detidos pichando muros e portando bandeiras do PC do B em comícios e dispensados após a identificação.

Outro ponto de atuação da comunidade de informações foi a promoção de palestras pelo CIE para os círculos internos das Forças Armadas. Tais palestras possuíam um caráter golpista para impedir a vitória do candidato Tancredo Neves, ainda associado ao comunismo. Estas ações enfrentaram oposição dentro das próprias Forças Armadas sendo contidas principalmente pelo general Leônidas Pires Gonçalves, comandante do III Exército, que viria a ser uma das principais vozes do futuro governo.

Além disto, as negociações entre Tancredo Neves e o ministro *linha dura* do Exército Walter Pires, garantiram que o SNI e a comunidade de informações seriam mantidos e que não haveria "revanchismo", tanto para as acusações de violência como havia assegurado a anistia como para as de corrupção, mesmo diante dos sucessivos escândalos financeiros que eram denunciados pela imprensa. A manutenção do SNI era fundamental para os militares pois desta forma eles saíam do governo mas continuavam a atuar nele através de um órgão com o aparato que possuía o SNI. Esta posição foi assegurada pelo vice José Sarney ao tomar posse após a morte de Tancredo Neves.

Desta maneira o aparato repressor foi mantido intacto e atuante, principalmente nas greves que estouraram no país e na identificação dos membros do movi-

mento sindical. E as denúncias da esquerda, sobre a presença no governo de oficiais envolvidos na repressão, foram retribuídas com ameaças veladas de retorno ao Estado ditatorial.

O desmembramento do *sistema* só ocorreu com a chegada do presidente Fernando Collor de Mello, que nos primeiros meses do seu governo em 1990 extinguiu o SNI e desmontou o aparato repressivo.

BIBLIOGRAFIA

As fontes para o estudo do período são amplas e variadas, gozando de um tratamento estatístico sofisticado, devendo-se destacar para os dados econômicos: as publicações do IBGE, do DIEESE, de São Paulo, e da Fundação Getúlio Vargas; para os indicadores eleitorais, pode-se consultar os dados do Tribunal Superior Eleitoral e das agências regionais, e para os dados agrícolas, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Os dados mais atualizados para a análise da inflação e da dívida externa advêm das publicações do Banco Central, do IBGE e da FGV.

O grande debate político está amplamente noticiado nos principais jornais da época, muitos deles protagonistas dos principais episódios. *O Globo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias* e *Última Hora.*

Já existem inúmeros trabalhos sobre os militares e o regime autoritário, particularmente de norte-americanos, como Thomas Skidmore (*De Getúlio a Castelo*) *e* Alfred Stepan (*Os militares na política*), quase sempre muito envolvidos pelo mito dos militares como um "Poder Moderador".

O maior repertório de história política é, entretanto, o *Dicionário de história contemporânea do Brasil,* obra coletiva, de suma importância, do CPDOC/FGV, com o perfil dos principais personagens da história recente do país.

Inúmeros cientistas políticos contribuíram para a análise da crise brasileira, como Gláucio A. Dillon Soares (ver *Ciência Hoje,* vol. 2, no. 3, nov./dez. 1983) e Raimundo Rodrigues (*Eleições no Brasil pós-64,* São Paulo, Global Editora, 1984), Leôncio Martins Rodrigues (*Industrialização e atitudes operarias,* São Paulo, Brasiliense, 1970), assim como os diversos trabalhos de Fanny Tabak e a importantíssima contribuição de Francisco Weffort.

Do ponto de vista trabalhista destacam-se dois trabalhos sérios e fartamente documentados: *O governo João Goulart,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, e *Cartéis e desnacionalização,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, ambos de Moniz Bandeira.

No campo da História destacamos: *A ideologia da cultura brasileira* (1933-1974), de Carlos Guilherme Meta, São Paulo, Ática, 1977, e *História Política do abastecimento – 1918-1974,* de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, Brasília, BINAGRI, 1981, como também *Constituintes e Constituições Brasileiras,* de Francisco Iglésias, São Paulo, Brasiliense, 1985.

Sobre a repressão e a vida política sob a ditadura, ver *Brasil: nunca mais. Um relato para a história,* Petrópolis, Vozes, 1985, e *Retrato do Brasil,* org. de Mino Carta, Ed. Política, São Paulo, 1985, 3 v.

Devemos destacar ainda, sobre os partidos políticos, as obras de Jacob Gorender. *Combate nas trevas,* São Paulo, Ática, 1987; Maria Vitoria Benevides. *A UDN e o udenismo,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Angela Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo,* Rio de Janeiro, Ed. Vértice, 1988; René Dreifuss. 1964. *A conquista do Estado,* Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.

Existem vários trabalhos que dão conta do processo de abertura no Brasil. Dentre eles podemos destacar: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985.* Rio de Janeiro, Record, 1999. E também KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise.* São Paulo, Brasil Debates, 1982.

Para uma análise do papel dos militares na transição ver: MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979).* Campinas, São Paulo, Papirus, 1995, OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia.* Campinas, São Paulo, Papirus, 1994, e STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

As diversas visões dos militares acerca do processo de transição podem ser encontradas em: D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, e SOARES, Glaúcio Ary Dillon (orgs). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre abertura.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995. E D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs) *Ernesto Geisel.* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1997.